



DIÁRIO da Assembleia da República

VIII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1999-2000)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 12 DE MAIO DE 2000

Presidente: Ex.^{mo} Sr João Bosco Soares Mota Amaral

Secretários: Ex.^{mos} Srs. José Ernesto Figueira dos Reis
Manuel Alves de Oliveira
António José Carlos Pinho

SUMÁRIO

O Sr Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 20 minutos

Deu-se conta da entrada na Mesa dos projectos de lei n^o 202 a 207/VIII

Em sessão de perguntas ao Governo, o Sr Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território (José Sócrates) deu resposta, a pergunta formulada a Sr^a Deputada Heloisa Apolónia (Os Verdes), sobre os impactos e controlo da extração de areia no rio Tejo, e ao pedido de esclarecimento adicional da Sr^a Deputada Isabel Castro (Os Verdes).

A pergunta do Sr Deputado Luís Fazenda (BE), sobre o Programa Polis, bem como aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs Deputados Ricardo Fonseca de Almeida (PSD), Isabel Castro (Os Verdes), Manuel Queiró (CDS-PP), Honório Novo (PCP) e Rui Vieira (PS) respondeu o mesmo membro do Governo — que também deu explicações à defesa da consideração da bancada feita pelo Sr Deputado Manuel Queiro (CDS-PP).

O Sr Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território respondeu ainda à pergunta do Sr Deputado Herculano Gonçalves (CDS-PP) acerca da extração de areias na Praia do Ribatejo pela empresa Sarcil, Lda, assim como aos pedidos de esclarecimentos adicionais formulados pelos Srs Deputados Manuel Oliveira (PSD), Luisa Mesquita (PCP) e Paulo Fonseca (PS).

A pergunta apresentada pelo Sr Deputado António Martinho (PS), sobre infra-estruturas rodoviárias no distrito de Vila Real, foi respondida pelo Sr Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas (Luis Parreira), bem como os esclarecimentos adicionais formulados pelos Srs Deputados António Abelha (PSD), Agostinho Lopes (PCP) e Luis Pedro Pimentel (PSD).

O Sr Secretário de Estado da Comunicação Social (Arons de Carvalho) respondeu à pergunta apresentada pelo Sr Deputado

António Filipe (PCP), relativa ao apoio à imprensa regional, assim como aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs Deputados Carlos Luís (PS), Miguel Macedo (PSD), António Reis (PS) e Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP).

O Sr Deputado Manuel Moreira (PSD) formulou uma pergunta sobre a construção das escolas EB 2/3 de Ermesinde e EB 3/S de Alfena, no concelho de Valongo, que foi respondida pelo Sr Secretário de Estado da Administração Educativa (Augusto Santos Silva), assim como aos pedidos de esclarecimento adicionais formulados pelos Srs Deputados Pedro Mota Soares (CDS-PP), Afonso Lobão (PS) e Honório Novo (PCP).

Aquele membro do Governo respondeu também a pergunta da Sr^a Deputada Ana Narciso (PSD), relativa às provas de aferição no ensino básico, bem como aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs Deputados Luisa Mesquita (PCP), Rosado Fernandes (CDS-PP) e Rosalina Martins (PS).

A pergunta sobre o balanço da aplicação do Decreto-Lei n^o 123/97, de 22 de Maio, feita pela Sr^a Deputada Isabel Castro (Os Verdes), bem como aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs Deputados Bernardino Soares (PCP) e Telmo Correia (CDS-PP), respondeu o Sr Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Trabalho e da Solidariedade (Rui Cunha).

O mesmo membro do Governo respondeu, ainda, à pergunta formulada pelo Sr Deputado Telmo Correia (CDS-PP), acerca da verdadeira posição do Ministério do Trabalho e da Solidariedade perante o Decreto-Lei n^o 9/99, de 8 de Janeiro, e aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs Deputados Vicente Merendas (PCP) e Barbosa de Oliveira (PS).

O Sr Presidente encerrou a sessão eram 14 horas e 10 minutos

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Srs Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão

Eram 10 horas e 20 minutos

Estavam presentes os seguintes Srs Deputados

Partido Socialista (PS)

Aires Manuel Jacinto de Carvalho
 Alberto Bernardes Costa
 Alexandre António Alves Chaves
 António Alves Marques Júnior
 António Alves Martinho
 António Fernandes da Silva Braga
 António Fernando Marques Ribeiro Reis
 António Fernando Menezes Rodrigues
 António Manuel Dias Baptista
 António Manuel do Carmo Saleiro
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
 Carlos Alberto Dias dos Santos
 Carlos Manuel Luís
 Dinis Manuel Prata Costa
 Eduardo Ribeiro Pereira
 Fernando Manuel de Jesus
 Fernando Pereira Serrasqueiro
 Francisco José Pereira de Assis Miranda
 Francisco Xavier Pablo da Silva Torres
 Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho
 Helena Maria Mesquita Ribeiro
 Isabel Maria Batalha Vígia Polaco d'Almeida
 Isabel Maria dos Santos Barata
 João Alberto Martins Sobral
 João Cardona Gomes Cravinho
 João Francisco Gomes Benavente
 João Macedo Lourenço
 João Pedro da Silva Correia
 João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira
 João Rui Gaspar de Almeida
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
 Jorge Lacão Costa
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
 José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão
 José Alberto Rebelo dos Reis Lamego
 José António Teixeira Cardoso
 José Aurélio da Silva Barros Moura
 José Carlos Correia Mota de Andrade
 José Carlos da Cruz Lavrador
 José Carlos Lourenço Tavares Pereira
 José de Matos Leitão
 José Eduardo Vera Cruz Jardim
 José Ernesto Figueira dos Reis
 José Manuel de Medeiros Ferreira
 José Manuel Pires Epifânio
 José Manuel Rosa do Egípto
 José Manuel Santos de Magalhães
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
 Júlio Francisco Miranda Calha
 Laurentino José Monteiro Castro Dias
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
 Luís Miguel Gomes Miranda Teixeira
 Luísa Pinheiro Portugal
 Manuel Alberto Barbosa de Oliveira
 Manuel António dos Santos

Manuel Francisco dos Santos Valente
 Manuel Joaquim Barbosa Ribeiro
 Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
 Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira
 Maria do Céu da Cruz Vidal Lourenço
 Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima
 Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino
 Maria José Vidal do Rosário Campos
 Maria Teresa de Oliveira Ferreira Coimbra
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
 Nelson Madeira Baltazar
 Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes
 Paulo Alexandre de Carvalho Pisco
 Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
 Rosalina Maria Barbosa Martins
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira
 Rui Manuel Leal Marqueiro
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
 Teresa Maria Neto Venda
 Victor Brito de Moura
 Vitor Manuel Alves Peixoto
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

Partido Social Democrata (PSD)

Adão José Fonseca Silva
 Álvaro dos Santos Amaro
 Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto
 Ana Maria Martins Narciso
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira
 António de Carvalho Martins
 António d'Orey Capucho
 António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
 António Manuel da Cruz Silva
 António Manuel Santana Abelha
 Armando Manuel Dinis Vieira
 Arménio dos Santos
 Bruno Jorge Viegas Vitorino
 Carlos José das Neves Martins
 Carlos Manuel de Sousa Encarnação
 Carlos Manuel Marta Gonçalves
 David Jorge Mascarenhas dos Santos
 Domingos Duarte Lima
 Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares
 Feliciano José Barreiras Duarte
 Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
 Fernando Santos Pereira
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
 Henrique José Praia da Rocha de Freitas
 Herminio José Sobral Loureiro Gonçalves
 João Bosco Soares Mota Amaral
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá
 João José da Silva Maçãs
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
 José António de Sousa e Silva
 José David Gomes Justino
 José de Almeida Cesário

José Luís Campos Vieira de Castro
 José Manuel de Matos Correia
 José Manuel Macedo Abrantes
 Lucília Maria Samoreno Ferra
 Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho
 Luis Manuel Machado Rodrigues
 Luis Maria de Barros Serra Marques Guedes
 Luis Pedro Machado Sampaio de Sousa Pimentel
 Manuel Alves de Oliveira
 Manuel Castro de Almeida
 Manuel Filipe Correia de Jesus
 Manuel Joaquim Barata Frexes
 Manuel Maria Moreira
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
 Maria do Céu Baptista Ramos
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite
 Maria Natália Guterres Viegas C. da Conceição Antunes
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira
 Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva
 Pedro Augusto Cunha Pinto
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa
 Pedro Manuel Cruz Roseta
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
 Sérgio André da Costa Vieira

Partido Comunista Português (PCP).

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes
 Antonio Filipe Gaião Rodrigues
 António João Rodeia Machado
 Bernardino José Torrão Soares
 João António Gonçalves do Amaral
 Joaquim Manuel da Fonseca Matus
 José Honório Faria Gonçalves Novo
 Lino António Marques de Carvalho
 Maria de Fátima Caeiro Queimado Amaral
 Maria Luísa Raimundo Mesquita
 Maria Natália Gomes Filipe
 Maria Odete dos Santos
 Octávio Augusto Teixeira
 Vicente José Rosado Merendas

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)

António Herculano Gonçalves
 António José Carlos Pinho
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca
 Fernando Alves Moreno
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia
 Luís Pedro Mota Soares
 Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró
 Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona
 Narana Sinai Coissoró
 Paulo Sacadura Cabral Portas
 Raúl Miguel de Oliveira Rosado Fernandes
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)

Fernando Carlos Almeida Pésinho

Isabel Maria de Almeida e Castro

Bloco de Esquerda (BE)

Francisco Anacleto Louçã
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Srs Deputados.
 o Sr Secretário vai dar ler o expediente.

O Sr. Secretário (José Reis). — Sr Presidente e Srs Deputados, deram entrada na Mesa, e foram aceites, os projectos de lei n.º 202/VIII — Criação do município de Canas de Senhorim (BE), que baixou à 4.ª Comissão, 203/VIII — Medidas de redução de riscos para toxicodependentes e criação de salas de injeção assistida (BE), que baixou às 1.ª e 8.ª Comissões, 204/VIII — Prescrição de medicamentos genéricos (CDS-PP), que baixou à 8.ª Comissão, 205/VIII — Regularização dos gastos com a comparticipação de medicamentos (CDS-PP), que baixou à 8.ª Comissão, 206/VIII — Cria o cheque-medicamento (CDS-PP), que baixou à 8.ª Comissão, e 207/VIII — Define o sistema de organização do ensino superior (BE), que baixou à 7.ª Comissão.

O Sr Presidente (Mota Amaral). — Srs Deputados, da ordem do dia de hoje constam perguntas ao Governo, sendo a primeira formulada pela Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia, do Grupo Parlamentar Os Verdes, sobre os impactos e controle da extração de areia no rio Tejo, que será respondida pelo Sr. Ministro do Ambiente e Ordenamento do Território, que já se encontra presente e a quem cumprimento

Tem a palavra a Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia

A Sr.ª Heloísa Apolónia (Os Verdes) — Sr Presidente, Sr. Ministro, em primeiro lugar, gostaria de referir que, desde Dezembro do ano passado, o Grupo Parlamentar Os Verdes tem insistido na resposta a esta questão em sessão de perguntas ao Governo. Portanto, até que enfim que o Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território se digna responder a esta matéria. Na nossa perspectiva, seguramente, deu tempo para fazer algum trabalho de casa!

Sr. Ministro, a ver pelas determinações do Decreto-lei n.º 46/94, de 22 de Fevereiro, relativo ao regime jurídico de utilização do domínio hídrico, não passaria pela cabeça de ninguém encontrar aquilo que se vê ao longo do rio Tejo, nomeadamente de Abrantes a Lisboa, no que respeita à extração de areias.

Como diria um então porta-voz do Partido Socialista para o ambiente em tempo de oposição, hoje Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, existe um país legal e um país real e um nada tem a ver com o outro.

O referido Decreto-Lei acautela a integridade do leito relativamente às extrações de areia, a estabilidade das margens, a preservação da fauna e da flora, o planeamento das actividades de extração de areia, como a intervenção de desassoreamento e muitas outras questões. Ao referido Decreto-Lei todos os Srs Deputados têm seguramente acesso, pelo que me dispenso de o citar, mas a realidade nua e crua é que provavelmente alguns desconhecerão

Penso que qualificar a prática de exploração de areia no Tejo como criminosa e bárbara não é um exagero nem

um fundamentalismo ecologista. Não há concelho ribeirinho que não tenha uma extracção, quando não mais do que uma. Aliás, a primeira pergunta que gostaria de fazer ao Sr. Ministro é a seguinte qual o número de extracções licenciadas, neste troço do rio Tejo?

Os camiões partem, ininterruptamente, carregados de toneladas de areia, sem qualquer controlo da quantidade das areias extraídas, as «lagartas» chegam a cortar os rios de lés a lés, criando uma verdadeira fronteira metálica com perigos daí inerentes para os seus utilizadores; para a sucção das areias são utilizados motores com uma potência brutal, que chega a atingir 500 a 600 cavalos e são utilizados jactos para remover as areias por motores com igual potência, atingindo a rocha do fundo do leito e quebrando a camada de areia sedimentada sobre a mesma.

Feita mais ou menos a caracterização da situação, gostaria que, para além do número exacto das explorações, o Sr. Ministro nos informasse acerca de quantas foram as explorações sujeitas a estudo de impacte ambiental ou de incidência ambiental, como determina a lei, e quantas foram sujeitas a inquérito público.

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, dispondo, para o efeito, de 3 minutos.

O Sr. Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território (José Sócrates) — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, agradeço a pergunta, justamente porque nos dá oportunidade de nos referirmos a um dos pontos em que o Estado deve fazer mais, sendo, portanto, uma das nossas prioridades fazer cumprir a lei.

Uma das orientações do Ministério, tendo em consideração que o desenvolvimento legislativo ambiental é recente, é, justamente, fazer com a lei ambiental seja cumprida, todavia, o domínio das extracções de areias é uma das áreas onde tem sido mais difícil cumprir. Desde 1994 que temos um decreto-lei em vigor sobre a matéria e, de facto, a realidade tem demonstrado que tem sido de difícil aplicação.

Mas, como dizia, a orientação do Ministério é fazer aplicar este Decreto-Lei. Como? Em primeiro lugar, cumprindo o que consta do Decreto-Lei, já que todas as explorações de areia nos rios devem ser feitas ou por concessão ou, então, através de concurso público.

Como sabe — e este facto já é conhecido nos diferentes meios (aliás, a seguir responderei a uma pergunta que tem ver com o facto de o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território ter proibido o funcionamento de uma empresa) —, vamos fazer um concurso público (e vamos começar pelo Tejo) para a extração de areias, o qual não pôde ser feito antes de ter sido realizado um estudo sobre os locais que deveriam ser objecto de exploração. É que a questão técnica é essencial, porque o que se tem passado é que dificilmente se pode comprovar tecnicamente que os locais onde estão a ser exploradas areias são aqueles locais dos rios onde é necessário fazer essa operação. Portanto, nesse sentido foi feito um estudo pelo LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil).

Como a Sr.^a Deputada referiu, a seguir a este estudo, é preciso desenvolver agora os estudos de incidência ambiental para cada um desses locais, por forma a definir rigorosamente, no caderno de encargos do concurso público, as obrigações que cada exploração deve ter em cada

um desses sítios. Esse estudo de incidências ambientais, que está previsto na legislação, como referiu, está a ser feito e contamos tê-lo concluído durante o mês de Junho, o que quer dizer que nesse mês lançaremos o concurso público para o Tejo. Com o lançamento deste concurso para a regulamentação e para a atribuição de licenças no Tejo, criaremos um sistema coerente e uniforme, que será depois aplicado a todas as outras direcções regionais.

A situação é, por um lado — não hesito em dizê-lo —, de desconformidade com a lei existente e, por outro lado, de ausência de certezas técnicas quanto ao resultado do interesse público da exploração de areias. Não há qualquer certeza sobre se o que se está a fazer contribui para o desassoreamento dos rios, se se está a explorar areia nos sítios correctos. Por isso é que vamos começar pelo Tejo, já no próximo mês.

Julgo, portanto, estar em condições de lhe dar boas notícias neste domínio.

O nosso objectivo e a nossa determinação, nestes seis meses, foram fazer com que este sector, tradicionalmente muito difícil, passasse a cumprir todas as normas legais previstas justamente no diploma de 1994, que citou. Seis anos já é suficiente para fazermos aplicar a lei.

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, dispondo, para este efeito, de 2 minutos.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes) — Sr. Presidente, Sr. Ministro, quem o ouviu falar terá ficado com dúvidas sobre quem teria estado no governo aquando da anterior legislatura. É que, ao que parece, só agora, o Governo do Partido Socialista, segundo as palavras do Sr. Ministro, acordou para este grave atentado e crime ecológico que acontece no Tejo, situação que foi conhecida na passada legislatura, tendo graves consequências em termos de ecossistema e da própria vivência do rio.

Sobre a inexistência de certeza, que o Sr. Ministro referiu, em relação às acções de desassoreamento das extracções de areia, pergunto e quanto à fiscalização? Ela é completamente inexistente não só em relação em relação a esta matéria como a outras. Aliás, sabe-se perfeitamente que algumas explorações funcionam ilegalmente, no sentido de que extraem muito mais areia do que aquela que estão autorizadas a fazer. Portanto, o que há — e permite a expressão — é uma inexistência de fiscalização quanto a esta matéria fundamental, e a isso o Sr. Ministro não se referiu.

Gostaria de colocar uma última pergunta ao Sr. Ministro.

Os planos de bacia também têm uma função fundamental no planeamento das extracções de inertes. Sr. Ministro, já pensou quanto custaram ao Tejo os sucessivos atrasos no que diz respeito aos planos de bacia, nomeadamente ao plano de bacia do Tejo? Gostaria de saber o que é que o Sr. Ministro tem a dizer sobre esta matéria.

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel de Castro, dispondo, para o efeito de 1 minuto.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes) — Sr. Presidente, Sr. Ministro, corrigido o facto de este problema não existir há seis meses mas, como bem sabe, há seis anos, havendo um desajuste entre a lei e a realidade, sabendo da

situação caótica — porque evidentemente a gravidade da situação é tão grande que ninguém a pode ignorar — e admitidas as imensas dúvidas sobre os impactes, a verdade é que a extracção está a ser feita

Pergunto o Governo admite ou não, desde já, impor uma moratória, ou seja, suspender todas as extracções até ter um conhecimento científico que lhe permita decidir diferentemente e, eventualmente, vir a conceder licenciamentos para extracção em determinados locais? É que as etapas que há para cumprir seguramente demoram meses e, do nosso ponto de vista, não se pode «queimar» mais tempo

A Sr^a Heloísa Apolónia (Os Verdes) — Muito bem!

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para responder tem a palavra o Sr Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, dispondo no máximo de 10 minutos para responder ao conjunto das questões, mas faço-lhe notar que já foram gastos 3 minutos

Faça favor, Sr. Ministro

O Sr Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território — Sr Presidente, vou ser breve, já que nada há de novo nestas últimas perguntas a não ser a questão da suspensão

Sr^a Deputada Heloísa Apolónia, fui honesto consigo, não pintei o sector de cor-de-rosa, disse exactamente o que se passava e estou de acordo com a necessidade que referiu de, neste domínio, fazer aplicar a lei e disse, aliás, que esta era a principal preocupação do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território. No entanto, não posso é ser «preso por ter cão e preso por não ter»

A Sr^a Heloísa Apolónia (Os Verdes) — Ninguém disse isso!

O Orador — Não posso ser «preso» por ser honesto e dizer a verdade e, por outro lado, ser também «preso» pelo facto de não haver resultados

Além disso, como a Sr^a Deputada sabe, os esforços do Governo neste domínio não começaram nos últimos seis meses mas, sim, desde 1997, porque foi finalmente nesse ano que se começou a actuar. For nesse ano que foi encaminhado o estudo ao LNEC, que nos permite, neste momento, saber exactamente quais os locais onde pode e deve ser feita a exploração de areia, a benefício do Tejo e do interesse público.

Falta-nos, agora, complementar o estudo das incertezas ambientais que, como lhe disse, está muito próximo do fim e, finalmente, lançar o concurso público. Vai ser uma grande novidade! As principais vozes de descontentamento, as principais vozes dos interesses económicos ligados a esta matéria, já se começaram a fazer ouvir contra o concurso público, contra a excessiva regulamentação, etc., mas vamos enfrentar esses interesses e vamos fazer aquilo que, embora já devesses ter sido feito há muitos anos, sem o correspondente estudo técnico da matéria, era muito difícil avançar, e desde 1997 que estão a ser feitos esses estudos.

Quanto aos planos de bacia, devo dizer que só vão estar prontos em Dezembro de 2000 e não podemos esperar por eles, como algumas pessoas disseram, para, depois, fazermos o que devemos fazer. Não! Vamos avançar com o concurso público já este ano, no Verão, e, se estivermos

em condições de o lançar em Junho, não deixaremos de o fazer. Se não poder ser, será em Julho, já que, e concordo com as Sr^{as} Deputadas, a situação é urgente.

Finalmente, não me parece que seja necessário suspender as explorações de areia. Se os estudos técnicos demorassem ainda mais dois anos, poderíamos pôr essa hipótese. Como estamos a dois meses de lançar um concurso público, não nos parece haver motivo para a suspensão. Repito, se os estudos demorassem anos, poderia ser uma hipótese, mas a verdade é que o que queremos fazer pode fazer-se nos próximos dois meses e por isso não nos parece haver qualquer vantagem em tomar uma medida tão radical como essa. Se a tivéssemos tomado em 1994, era outra situação, mas a verdade é que não a tomámos e não vamos tomá-la agora, a dois meses de, finalmente, começarmos a pôr as coisas em ordem no Tejo.

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Srs Deputados, vamos passar à segunda pergunta agendada para hoje, sobre a extracção de areias na Praia do Ribatejo pela empresa Sarcil, Lda., a qual vai ser formulada pelo Sr. Deputado Herculano Gonçalves e será também respondida pelo Sr. Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território.

Antes, porém, para interpelar a Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Mota Soares

O Sr Pedro Mota Soares (CDS-PP) — Sr Presidente, quero apenas informar a Câmara que o Sr. Deputado Herculano Gonçalves está a caminho de Lisboa, vindo de Santarém, mas houve um acidente na auto-estrada do Norte que, desde as 7 horas e 30 minutos da manhã, tem dificultado a circulação.

Trata-se de algo que apanhou o Sr. Deputado Herculano Gonçalves desprevenido, pelo que, se fosse possível, sugerímos que se passasse à pergunta seguinte, uma vez que o Sr. Deputado só chegará dentro de momentos.

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Muito bem, Sr. Deputado

Vamos, então, passar à pergunta sobre o Programa Polis, a qual vai ser formulada pelo Sr. Deputado Luis Fazenda e será, igualmente, respondida pelo Sr. Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território.

Tem a palavra, Sr. Deputado Luis Fazenda

O Sr Luis Fazenda (BE) — Sr Presidente, Sr. Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, foi recentemente anunciado o Programa Polis, uma iniciativa que se saúda, para a requalificação urbana e valorização ambiental das cidades, e as questões que coloco são concretas e directas em relação ao anúncio desse Programa.

Verificamos, pela informação pública, que foram pré-selecionadas 18 cidades e a primeira pergunta que faço tem exactamente a ver com isto. Porquê essa pré-selecção de cidades? Por que não um regime de candidatura aberta, em que as autarquias e a validade dos projectos de requalificação pudessem ser escolhidos de outro modo? Que critérios existiram nessa pré-selecção? Que critérios existirão na avaliação dos projectos para essas 18 cidades?

Em segundo lugar, Sr. Ministro, o modelo de gestão que é apresentado é o da constituição de sociedades anónimas de capitais públicos por cada projecto de intervenção, um pouco à imagem do modelo da Expo, pelo que

lhe faço a seguinte pergunta, que creio ser incisiva porquê optar pelo modelo de gestão da Expo, que foi controverso e extremamente discutível e, em todo o caso, tinha que ver com um evento de realização mais ou menos a curto prazo, quando aqui estão em causa projectos de consistência ao longo do tempo, com afectação de fundos comunitários do III Quadro Comunitário de Apoio, para além de outras verbas públicas? Por que não contratualizar com as autarquias outras formas de gestão destes projectos de requalificação urbana? Como poderá isso ser controlado e avaliado? Que mecanismos pensa o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território pôr em vigor para monitorizar e controlar esta gestão?

Por outro lado, e porque leio no anúncio que estas sociedades, com a tutela do Ministério, terão amplíssimos poderes, no sentido de expropriar, de pagar indemnizações, de se dotarem de instrumentos de gestão urbanística — planos variados, plantas de zonamento, planos de pormenor, planos de urbanização, etc —, pergunto como é que o Ministério justifica este «excepionamento» em relação aos planos estratégicos das cidades, aos planos directores municipais, e como é que isto se vai articular com aqueles que são os instrumentos de gestão urbanística. Porquê criar estas excepções? Por que não fazê-lo inserido nos instrumentos de gestão urbanística de que se dotaram os municípios?

Sr Ministro, finalmente, estes avultados investimentos, certamente, vão accionar apetites pela especulação imobiliária. Como pensa o Ministério, neste domínio, vir a travar, a frear esses apetites especulativos em torno das zonas que estão em requalificação, dos projectos que estão em execução?

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para responder, dispondo, para o efeito, de 3 minutos, tem a palavra o Sr Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território

O Sr Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território — Sr Presidente, Sr Deputado Luís Fazenda, não sei se terei hipótese de, em 3 minutos, responder às cinco perguntas que me fez, mas talvez possa responder a seguir. É muito importante que lhe responda, porque tenho visto, na imprensa, grandes dúvidas expostas pelos Srs. Deputados, a maior parte das quais coincide com aquelas que acaba de suscitar Tenho, pois, repito, imenso gosto e, mais do que isso, imenso interesse em responder-lhe Aliás, as dúvidas que suscita são muito semelhantes às dúvidas suscitadas por outros Srs. Deputados.

O Sr António Capucho (PSD) — E Sr^o Deputado!

O Orador — nomeadamente pela Sr^a Deputada Helena Roseta, que as formulou através de requerimento

O Sr António Capucho (PSD) — Até parece que só os Deputados têm dúvidas! Toda a gente tem dúvidas sobre isto!

O Orador — E, Sr Deputado, há aqui dúvidas que têm que ver com o facto de não se conhecerem os contornos do Programa, e importa esclarecê-lo, e há outras dúvidas que são legítimas, pois trata-se de submeter à discussão as opções políticas que existem no âmbito deste Programa

Em primeiro lugar, a questão do controlo parece-me ser uma questão que deriva do facto de não se conhecer em profundidade, digamos assim, o Programa

O Programa vai buscar o seu financiamento ao III Quadro Comunitário de Apoio. A maioria do financiamento tem origem no III Quadro Comunitário de Apoio e em diferentes fundos comunitários, nomeadamente no Programa Operacional do Ambiente e nos Programas Operacionais Regionais E, desde logo, o Programa está sujeito à fiscalização e aos controlos previstos para o III Quadro Comunitário de Apoio, pelo que o remeto para o artigo 42º (Órgãos de controlo) do III Quadro Comunitário de Apoio, sendo certo que existem três níveis de controlo em primeiro lugar, um controlo interno, depois, um controlo externo e, finalmente, uma coordenação global

Em segundo lugar, este Programa está também sujeito ao controlo, à vigilância, à monitorização de um gabinete coordenador que foi aprovado em Conselho de Ministros e que vai coordenar todas as acções do Programa

Finalmente, as empresas públicas que vão ser criadas, uma para cada realização, e só estamos a falar dessas 18, estão também sujeitas aos diferentes tipos de controlo previstos na lei para as empresas públicas

Portanto, Sr Deputado, não é por falta de controlo que o Programa não terá sucesso — sucesso político, entendesse! —, pois há muitas e plurais formas de controlo

A dificuldade na realização deste Programa reside na capacidade de execução. Aí é que reside a dificuldade! Grande parte de todos os programas destinados à requalificação urbana sempre falharam em Portugal, justamente porque não tiveram sucesso na execução. E por isso que este Programa tem essa questão em tão grande atenção! Não importa apenas o que fazer mas como fazer, isto é, fazer mesmo! Grande parte dos insucessos verificados no passado registaram-se porque não se prestou suficiente atenção a este aspecto

Uma vez que não tenho tempo para responder de forma tão desenvolvida como gostaria às perguntas que me foram feitas, tenho de acelerar

O Sr Deputado perguntou-me também o porquê das 18 cidades, por que não todas, por que não deixar o Programa aberto a todas as candidaturas. Nós não quisemos fazer isso, Sr Deputado! É claro que quem fica de fora, naturalmente, será contra, mas nós quisemos escolher. E porquê escolher? Este Programa não vai resolver todos os problemas das cidades portuguesas mas vai apontar um caminho e sempre entendemos que, para apontar esse caminho, era preciso seleccionar as intervenções mais relevantes, que tivessem a escala e a dimensão para servirem de referência e de paradigma da nova cidade em Portugal

Foi por isso que escolhemos, com base em quatro critérios. Em primeiro lugar e desde logo, era preciso que houvesse projectos. Critério fundamental! A ausência de projectos, naturalmente, impedir-nos-ia de os aprovar

Em segundo lugar, os projectos escolhidos tinham de se encaixar como uma «luva» nos objectivos do Programa, isto é, tinham de se destinar a requalificar áreas degradadas das cidades, tinham de ter, em si, uma oportunidade de reparar erros urbanísticos cometidos nos últimos 25 ou 30 anos para que se desse um sinal claro à sociedade portuguesa de que não é possível continuarmos a resignar-nos a esses erros urbanísticos e à forma de os corrigir.

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Sr Ministro, excede o tempo de que dispunha, pelo que peço que resuma as suas conclusões

O Orador — Bom, Sr Deputado, não posso resumir de outra forma a não ser dizendo-lhe que todos estes critérios estão escritos e desenvolvidos num livrinho que se intitula *Programa Polis — Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades*

Espero poder responder às suas perguntas, na segunda parte, mas adianto, Sr Deputado, que a seleção, à cabeça, de 18 projectos é o aspecto decisivo deste Programa. Estas 18 intervenções são aquelas que existem no nosso país que têm mais escala e dimensão, que são mais representativas e que vão funcionar como paradigma da intervenção que é necessário levar a cabo nestas cidades. E tratou-se, justamente, de tomar uma opção política, de escolher e não de dar a todos por igual. No passado, foram cometidos erros deste tipo. Repare-se, por exemplo, no Programa PROSIURB, em que foram dados uns grãozinhos a cada uma das cidades. Pergunto-lhe quais são os resultados do Programa PROSIURB? Onde é que eles estão?

O Sr Manuel Queiró (CDS-PP) — As perguntas são ao Governo e não à oposição! Não troque as coisas!

O Orador — Dificilmente se poderá dizer que esse Programa teve um grande êxito ou apontou um caminho ou mobilizou os autarcas e as diferentes forças na sociedade para se constituírem como forças de pressão para a requalificação urbana. A seleção de 18 casos exemplares, paradigmáticos, que sirvam de referência, é a questão essencial deste Programa. E julgo que o sucesso de um programa de requalificação urbana também depende muito dessa opção política.

Mais uma vez, repito, espero poder responder às restantes perguntas que me fez na segunda oportunidade que terei para dar respostas a esclarecimentos pedidos.

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Sr Ministro, a Mesa terá de descontar o tempo regimental que agora utilizou a mais no seu segundo período de respostas.

Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr Deputado Luís Fazenda

O Sr Luís Fazenda (BE) — Sr Presidente, Sr Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, espero que se refira aos instrumentos de gestão urbanística.

Em relação ao que disse, o Sr. Ministro falou de controlos internos vários, do ponto de vista das sociedades gestoras, das empresas públicas, do gabinete coordenador. Na verdade, há aqui fiscalização, há aqui controlos, mas são tudo controlos internos que não têm, à partida, grande celeridade nem condições sancionatórias.

Pela minha parte, refiro-lhe as conclusões a que já chegou o Tribunal de Contas em relação ao modelo de gestão que foi utilizado para a Expo e pergunto-lhe se este tipo de sociedades gestoras que se virão a implementar não correrá o mesmo risco.

Por outro lado, o Sr Ministro não falou das sociedades gestoras a criar e, nomeadamente, da participação de empresas privadas, de como prevê ou delineia que isso venha a suceder, mas não falou, sobretudo, da interligação

com as autarquias, de como é que as autarquias locais se inserem neste modelo de gestão.

Para além das questões que lhe coloquei, gostava ainda que falasse acerca da legislação de exceção que o Sr. Ministro espera apresentar a esta Assembleia na implementação deste projecto.

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Estão inscritos, para pedir esclarecimentos adicionais ao Sr Ministro, os Srs. Deputados Ricardo Fonseca de Almeida, Isabel Castro, Manuel Queiró, Helena Roseta, Honório Novo e Rui Vieira Corrigindo o que disse há pouco, cada um dos Srs. Deputados dispõe de 2 minutos para esse efeito.

Tem a palavra o Sr Deputado Ricardo Fonseca de Almeida

O Sr Ricardo Fonseca de Almeida (PSD) — Sr Presidente, Sr Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, de facto, a problemática da falta de qualidade de vida em algumas áreas urbanas é uma realidade. Conhecedor desta realidade, o PSD propôs, no seu programa eleitoral, a criação do «Ministério das Cidades», especialmente vocacionado para a resolução dos problemas do ambiente e da requalificação urbana. É pena que o Governo do Partido Socialista só agora, ao fim de quase cinco anos, constate este problema.

Mas, em face da solução encontrada, convém, desde já, tecer algumas considerações quanto à transparéncia e à eficácia na gestão de fundos públicos. E estamos a falar de 160 milhões de contos.

Em primeiro lugar, não sabemos qual a razão que levou o Governo a abdicar dos concursos públicos, não dando oportunidade a que outras entidades pudessem apresentar as suas propostas. Qual foi a razão que levou o Governo a optar pela Sociedade Parque Expo, S.A.?

Qual vai ser a participação das câmaras municipais em todo este processo? E como vai ser aproveitada a sua capacidade de iniciativa e gestão do seu poder local democrático? Devem ou não criar-se empresas municipais, encarregues da gestão de cada projecto em concreto? Qual vai ser o tipo de parceria com as câmaras municipais?

Estamos, sem dúvida, perante mais um exemplo de centralismo, quando se opta, mais uma vez, por uma empresa sediada em Lisboa e, ainda para mais, sem qualquer tipo de critério objectivo.

Em nome da transparéncia, exige-se ao Governo que actue de outra forma.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Tem a palavra a Sr^a Deputada Isabel Castro

A Sr^a Isabel Castro (Os Verdes) — Sr Presidente, Sr Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, esta questão envolve, como já percebeu, múltiplos aspectos e são muitas as interrogações. Pela minha parte, gostaria de enfatizar uma que já foi suscitada e que, do nosso ponto de vista, continua por responder, pelo que gostaríamos que aprofundasse no tempo disponível.

O Sr Ministro disse que tinha que ter 18 municípios, porque não tinha condições para ter mais. Tudo bem! Depois, disse que havia critérios objectivos a cumprir e, portanto, entendeu encontrar um universo que permitisse obter exemplos paradigmáticos.

Em todo o caso, ainda não explicou à Câmara quais os critérios a que obedeceu essa escolha de 18 cidades, considerando nós que, com certeza, não foi uma escolha casuística.

A segunda questão que gostaria de colocar é relativa ao modo como as cidades têm vindo a ser projectadas em relação à mobilidade e aos direitos das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade limitada. Esta é uma questão fundamental, é uma questão de direitos humanos e é uma questão em relação à qual, desde 1997, há legislação não cumprida. Pergunto-lhe, portanto, como é que nos novos projectos essa questão é ou não considerada e, já que o ordenamento do território passou, e bem, a estar ligado ao ambiente e sendo esta uma questão de ambiente urbano e de direitos dentro da cidade, como é que a intervenção está a ser feita para que a mobilidade seja assegurada a todos os cidadãos. Lembrando que a lei era omisiva, saliento que me estou a referir a edifícios públicos, a novas urbanizações e aos transportes.

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para uma interrogação à Mesa, tem a palavra a Sr^a Deputada Helena Roseta.

A Sr^a Helena Roseta (PS) — Sr Presidente, o Sr Ministro acabou de referir aqui um livrinho sobre o Programa Polis e presumo que a informação desse livrinho seja a mesma que consta na Internet sobre este Programa. Em todo o caso, peço à Mesa que envide todos os esforços junto do Sr Ministro para que este livrinho sobre o Programa Polis seja distribuído a todos os Deputados que estejam interessados nisso.

O Sr Honório Novo (PCP) — E não só a alguns!

O Sr António Capucho (PSD) — Já agora!

O Sr Presidente (Mota Amaral) — A Mesa anota a solicitação da Sr^a Deputada e, como o Sr Ministro está presente, fica desde já ciente da mesma.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Manuel Queiró.

O Sr Manuel Queiró (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr Ministro, esta intervenção do Governo na área da requalificação urbana faz-se através de um método que, mais do que conferir às empresas públicas poderes de expropriação de terrenos, expropria o poder local de muitas das suas competências. Aliás, o Governo está numa «onda» de expropriar o poder local de muitas das suas competências e de muitos dos seus projectos.

O Sr Ministro disse que não há falta de controlo sobre a execução do Programa Polis, apontando três fases de controlo que decorrem, na maior parte das vezes, sob responsabilidade governamental. Não haverá falta de controlo governamental, mas há, seguramente, falta de controlo democrático através dos mecanismos que a Constituição prevê para o controlo dos cidadãos das acções que incidem sobre a administração urbanística, ou seja, através do poder local autárquico democraticamente eleito. Esse controlo democrático é que não é feito e, portanto, não vale a pena falar aqui das três fases de controlo, porque se trata apenas de controlo governamental, e não controlo democrático por parte dos cidadãos.

Sobre isto ainda poderíamos dizer que, mais do que a governamentalização do poder local que estas sucessivas acções de ofensiva sobre as competências das autarquias denunciam, estaremos na presença da governamentalização das eleições autárquicas do próximo ano.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Exactamente! É a partidarização das eleições!

O Orador — Talvez ai esteja a perguntar a fazer e a resposta a dar sobre a escolha das 18 cidades, a que o Sr Ministro poderá aludir com mais detalhe na resposta que irá dar.

Gostava ainda de perguntar o que é que se passa com o nível supra-municipal, porque há acções de requalificação urbana, acções que envolvem meios urbanos, e que, por sua vez, envolvem mais do que um município. Que tipo de intervenção é que o Sr Ministro, com esta capacidade de intervenção governamental, perspectiva para este tipo de problemas como o que acontece, por exemplo, com a área do grande Porto, onde há áreas, como as margens do Douro, cuja requalificação necessita de uma intervenção supra-municipal?

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr Deputado Honório Novo.

O Sr Honório Novo (PCP) — Sr Presidente, Sr Ministro, os critérios de selecção das 18 cidades e os critérios que vão seleccionar não sei quantas mais cidades neste país para programas de recuperação urbana foram alvo de perguntas que lhe dirigi em sede de discussão orçamental. São, portanto, questões que têm já dois meses e, de facto, não conseguimos ainda esclarecer esta situação de uma forma exaustiva, pelo que espero que o Sr Ministro o faça hoje.

Sobre esta matéria, queria colocar-lhe duas questões, a primeira das quais relativa ao ponto de vista político. De facto, o Governo anunciou com grande brado e com grande divulgação na comunicação social que a gestão dos fundos comunitários e do Quadro Comunitário de Apoio ia ser altamente descentralizada em relação ao passado. O que parece é que o Governo dá com uma mão e retira com a outra, isto é, tem um discurso e depois elabora e põe no terreno um Programa Polis que, de facto, centraliza e não descentraliza, que governamentaliza e não municipaliza a gestão dos programas, pelo menos no que diz respeito às 18 cidades que estão no terreno. Gostava de encontrar explicações para esta mudança de política ou para o facto de o Governo estar a dar com uma mão e a retirar com a outra, se é que não está a retirar com as duas!

A segunda questão de pormenor que quero colocar, Sr Ministro, é a seguinte: assumindo o Governo, através do Programa Polis, muitos projectos autárquicos, qual é a sua intenção sobre a aceitação desses projectos? Pensa o senhor, no cumprimento das regras ambientais que aceitou e que lhe são impostas no âmbito dos financiamentos comunitários, vir a analisar do ponto de vista do impacte ambiental alguns dos projectos que são «passados» das autarquias para o Programa Polis? Dar-lhe-ei dois exemplos: o remate do Parque da Cidade, no Porto, integrado na Porto 2001, que, como sabe, levanta questões e controvérsias várias, e as obras do Jardim Público de Viana

do Castelo Tenciona o Sr. Ministro intervir nestes projectos do ponto de vista dos impactes ambientais?

O Sr Presidente (Mota Amaral): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr Deputado Rui Vieira

O Sr. Rui Vieira (PS) — Sr Presidente, estive presente no lançamento do Programa Polis e, na altura, fiquei muito perplexo quando foram virados para o local onde estava a realizar-se a apresentação do Programa altifalantes com altas cantorias, à revelia da mais elemental boa educação, actuação levada a cabo por um partido político aqui representado nesta Câmara. Não entendi a motivação daquela atitude, já que esta me pareceu excessiva e incompreensível

No entanto, hoje, entendo muito bem quais são as preocupações da oposição na sua globalidade não querem esclarecimentos e julgo que, justificadamente, têm grandes preocupações, porque, a realizar-se este Programa tal qual está anunciado, isso é motivo para a oposição, de facto, se preocupar de uma forma continuada e consistente. Daí que tente «atirar para o ar muita poeira»

Protestos do PSD, do PCP e do CDS-PP

Penso continuar, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Com certeza! Os Srs. Deputados sabem que só podem interromper o orador com o seu consentimento!

O Sr António Filipe (PCP) — Parem lá com as «cantorias»!

O Orador — As «cantorias», Sr Presidente, estão relacionadas com o facto de serem 160 milhões de contos e de se tratar da requalificação de um grande número de centros urbanos deste país e da melhoria da qualidade de vida de milhões de pessoas. Aliás, basta pensar na intervenção que vai ser feita na Costa de Caparica.

Portanto, Srs Deputados da oposição, este Programa vai ser concretizado e os senhores vão ter muitas dificuldades daqui a dois ou três anos. Daí a vossa grande preocupação!

Não me peçam é para colaborar convosco quando tentam transformar os membros do Governo que vêm aqui numa espécie de «piões-das-nicas», porque esta é uma Câmara de debate político onde temos de denunciar as vossas atitudes. Os senhores, aliás, não querem esclarecimentos, os senhores estão é preocupadíssimos com a concretização do Programa Polis! Nós bem vos entendemos, Srs Deputados!

Aplausos do PS

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Sr Deputado Rui Vieira, tenho de o advertir, dizendo-lhe que usou indevidamente da palavra, porque, nesta fase dos nossos trabalhos, a palavra só pode ser usada para pedir esclarecimentos ao Sr Ministro. Não o ouvi fazer qualquer pergunta e, nesse sentido, tenho de o advertir!

Aplausos do PSD, do PCP, do CDS-PP e do BE

Para responder aos pedidos de esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território

O Sr Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território — Sr. Presidente, Srs Deputados, tenho o maior gosto em responder às questões que me colocaram.

Começo por retomar a questão do controlo, já que parece que não fui ouvido. Recordei que o controlo é exercido de diferentes formas e que há, em primeiro lugar e desde logo, um controlo que está previsto num decreto que regulamenta toda a gestão dos fundos comunitários. Esse controlo dos fundos comunitários é feito a três níveis e sendo que este Programa vai buscar a maior parte dos seus financiamentos ao III Quadro Comunitário de Apoio, esse controlo é um dos primeiros que deve ser invocado, justamente para sossegar a boa consciência dos Srs. Deputados

Mas, depois, há outros. Há um gabinete de coordenação e de monitorização criado especialmente para o efeito no âmbito do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, justamente para acompanhar o Programa Polis. Depois, há ainda os controlos próprios previstos na lei para as empresas públicas que vão ser criadas. Há diferentes tipos de controlo e posso dizer-lhes que não é por falta de controlo que isto falhará

Isto poderá falhar, como sempre falhou no passado, por causa da dificuldade na aplicação das coisas que estão pensadas. O difícil não é controlar, mas, neste caso da requalificação urbana, é fazer, porque no passado nunca foi feito. A verdade é essa! E nunca foi feito porque é difícil, já que para a requalificação urbana é preciso convocar vários agentes, vários protagonistas públicos, várias tutelas que têm competências no território da cidade e que sempre foi difícil pôr de acordo

E por isso que este Programa tem, à cabeça, duas opções, com o que passo a responder à questão relativa aos critérios. A opção política foi a de, em primeiro lugar, seleccionar projectos que, pela sua dimensão, escala e significado, pudessem servir de referência relativamente aos critérios de planeamento e desenho urbano que devem motivar uma acção qualificadora nas cidades portuguesas e, em segundo lugar, de concentrar esforços nessas acções. A verdade é que a selecção à cabeça permite seleccionar projectos que tenham na sua componente os objectivos do Programa, isto é, que se destinem à requalificação de áreas degradadas, que imponham o alargamento da área verde das cidades, que diminuam a poluição do ar, do espaço e das águas, que tenham na sua base elementos-âncora ambientais, como um rio ou uma frente ribeirinha, por forma a que essas operações requalificadoras permitam também alterar significativamente o espaço público da cidade e servir, como disse, de exemplaridade para o resto do País

Depois, perguntaram-me porquê estas 18 cidades. Primeiro, porque já existiam, porque têm dimensão e escala suficientes para servirem de exemplo. Em segundo lugar, porque se enquadram nos objectivos do Programa e, finalmente, porque a selecção destas cidades tem a ver também com o papel que elas têm no sistema urbano português e com a sua capacidade de influenciarem, em função da intervenção requalificadora, o *interland* da sua influência. É por isso que encontramos nestes 18 casos uma suficiente dispersão pelo País, uma suficiente dispersão pelo

território nacional, por forma a que todas as regiões do País possam beneficiar do exemplo e da influência que essas acções podem ter nessas regiões

Tínhamos uma outra possibilidade, que era deixar tudo em aberto, mas penso que esse foi, justamente, um dos erros do passado, pelo que seleccionar à cabeça 18 intervenções exemplares me parece ser a melhor forma de fazer as coisas.

Finalmente, questionaram o método. O método foi muito questionado, naturalmente porque alguns dos Srs Deputados não o conhecem, mas também porque houve alguma demagogia, como acabou por acontecer com o Sr. Deputado Manuel Queiró. Diz o Sr Deputado que vão ser criadas empresas públicas e, com isso, expropriadas às câmaras municipais dos seus poderes Por amor de Deus! Expropriar câmaras municipais?⁷¹ As empresas que vão ser criadas sé-lo-ão não apenas com o consentimento das câmaras municipais mas com a sua vontade em constituir essas empresas Por que é que constituímos essas empresas? Porque, como já tive oportunidade de explicar, grande parte destas operações de requalificação falharam devido ao facto de as tutelas serem tantas, tão plurais e tão diversificadas sobre o território das cidades que nunca chegou a haver um centro de poder no qual os diferentes poderes públicos pudessem delegar para que estas operações pudessem ser realizadas nos prazos e com os orçamentos que estão previstos A maior parte das requalificações urbanas tem a ver com tantas tutelas, que estas acabam por se arrastar no tempo sem qualquer eficácia

Do meu ponto de vista, o País deve aproveitar o sucesso que a Expo representou, porque a Expo, ao contrário do que alguns dizem, foi uma experiência de sucesso no nosso país e não o contrário. Ora, o sucesso da Expo deveu-se, fundamentalmente, à concentração de poderes públicos, à delegação de poderes públicos, quer do Estado, quer das câmaras municipais, numa empresa que pode efectivar no terreno uma série de operações que seriam muito complexas de levar a cabo se não tivesse esses poderes Mas atenção, esses poderes para essas empresas vão ser objecto de decisão da Assembleia da República e não do Governo O que vamos fazer é uma proposta de lei a apresentar à Assembleia da República e, portanto, não percebo onde é que está expropriado o controlo democrático, tanto mais que as próprias câmaras municipais estão interessadas, já que sabem das dificuldades em construir estas empresas

Desculpem, mas isto é retórica a mais e são actos a menos Quem está habituado a lidar com os problemas da execução das coisas sabe que criar uma empresa para fazer estes projectos é, porventura, o único meio capaz de garantir a todos que as coisas se farão nos prazos previstos

É por isso que os presidentes das câmaras de todos os partidos desejam constituir as empresas Se quisermos levar a cabo aquelas 18 intervenções deixando tudo como está e cada um com os seus poderes, essas 18 intervenções não serão feitas.

Quem conhece as dificuldades da governação, quer ao nível autárquico, quer ao nível do Governo, não utiliza nem acompanha a demagogia presente nas palavras do Sr Deputado Manuel Queiró, porque controlo democrático haverá .

O Sr Manuel Queiró (CDS-PP). — Demagogia?

O Orador — Demagogia, sim!

O Sr Carlos Encarnação (PSD) — Este Ministro é dos entusiasmados. Destes é que eu gosto!

O Orador — Mais trata-se de um controlo democrático que está presente nos instrumentos de planeamento que vão ser utilizados Aliás, para responder à sua pergunta sobre a compatibilização de tudo isto com os instrumentos de planeamento, devo dizer que os instrumentos de planeamento que vamos utilizar nestas 18 intervenções são aqueles que estão previstos na lei

Em primeiro lugar, e desde logo, vai ser feito para cada uma das intervenções um plano estratégico, que é proposto pela câmara municipal Depois desse plano estratégico, seguir-se-ão planos de pormenor ou, quando a área o justificar, planos de urbanização Pergunto-lhe, Sr Deputado, sabe quem aprova esses planos de pormenor e de urbanização?

O Sr. Luís Fazenda (BE) — O Governo!

O Orador. — Sr Deputado Luís Fazenda, está enganado! O melhor seria ler os documentos, porque, quando não se lê, fazem-se perguntas que revelam desconhecimento Mas vou explicar-lhe como é, se o Sr Deputado quiser ouvir

O plano de pormenor é aprovado, como diz a lei, pela assembleia municipal e, depois, é sujeito à ratificação governamental em Conselho de Ministros Portanto, tudo é feito de acordo com o que está previsto na lei A única proposta que fazemos à Assembleia da República para ser diferente diz respeito ao prazo de consulta pública Neste caso, propomos que não sejam os 60 dias mas, apenas, 15 dias de consulta pública. Fizemos esta proposta, porque entendemos que a discussão pública à volta destes projectos vai ser tão demorada, devido aos prazos que não contam para os prazos legais, que é a única proposta de alteração do quadro legal e geral possível

Por isso, quanto ao controlo democrático, mais uma vez, Sr. Deputado, engano seu!

As assembleias municipais é que vão aprovar o plano estratégico e os planos de pormenor e o Governo, comportar-se-á como sempre se comportou, isto é, ratificando esse planos de pormenor

Portanto, vai aí uma enorme demagogia que, certamente, será consequência de algum desconhecimento

Colocou-me também uma questão sobre os poderes excepcionais que estas empresas teriam Devo dizer-lhe, Sr Deputado, que os poderes excepcionais que estas empresas terão são aqueles que a Assembleia da República lhes atribuir, porque, como já referi, será apresentada uma proposta de lei à Assembleia da República

Mas, neste caso particular, trata-se de utilizar as boas experiências que o País teve, nomeadamente a experiência da Expo, porque não vamos transformar a luta política num exemplo de «terra queimada». A experiência da Expo foi muito positiva; demonstrou a possibilidade que temos de fazer operações requalificadoras em espaço urbano muito complexo — em que intervêm várias tutelas — através da criação de uma empresa que tenha poderes públicos para fazer essas intervenções. Ora, isso é fundamental para que se tenha êxito.

Aliás, foi o PSD que montou esse modelo, e bem, porque deu bons resultados. Por isso, lamento muito que

o PSD tenha abandonado essa doutrina, uma vez que a seguiu no anterior governo

Entendo, portanto, que o País deve aproveitar as boas experiências e o sucesso da Expo deve, pois, ser aproveitado para que esta operação possa ser utilizada em benefício de outras cidades

Colocaram-me, também, uma questão sobre a participação da Parque Expo. Quanto a este ponto, devo esclarecer o seguinte. Em primeiro lugar, não é a Parque Expo que dirige o Programa Polis..

O Sr. Presidente (Mota Amaral). — Tem que terminar, Sr. Ministro.

O Orador — Vou tentar responder rapidamente a esta última pergunta, Sr. Presidente

Dizia eu que a Parque Expo vai ser chamada a participar nalgumas destas intervenções — sem concurso público, é certo, — exercendo os poderes de mandato dos accionistas de algumas dessas empresas. Porquê?

Em primeiro lugar, porque consideramos que algumas destas intervenções têm que ser feitas por uma empresa pública. O poder regulador não pode existir em termos de relação contratual apenas, é preciso também que essa empresa seja pública

Em segundo lugar, porque a Parque Expo é uma empresa de enorme prestígio, com enormes capacidades e não há, no País, uma empresa que se lhe compare quer no perfil, quer na experiência, quer no prestígio, em termos de operações de requalificação urbana. E, portanto, perfeitamente comprehensível que o Estado assim se comporte.

No entanto, devo referir que, do total das 18 intervenções, a Parque Expo vai ser chamada a fazer algumas apenas, porque, em relação às restantes, serão abertos concursos públicos para seleccionar as empresas que irão fazer a gestão dos projectos

Note-se que, em relação às intervenções que referi, a única coisa que a Parque Expo vai fazer é a gestão de projectos, não vai gerir dinheiro nenhum. Isto é, vai assegurar que aquilo que está previsto no plano estratégico vai ser feito no período de tempo acordado. Para isso, não há empresa nenhuma em Portugal que tenha as competências e o prestígio que a Parque Expo tem

Confundir tudo e lançar um opróbrio sobre a Parque Expo é, do meu ponto de vista, confundir os portugueses, já que a operação da Expo foi de grande dimensão, tendo-se traduzido numa vitória para o País, e não o contrário

O Sr. Presidente (Mota Amaral). — Sr. Ministro, tem que terminar.

O Orador — Julgo ter respondido a todas as questões.

Terminarei, dizendo ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados que agradeço muito esta oportunidade de desenvolver explicações sobre um programa que representa uma aposta muito significativa de uma nova frente política que inaugura uma nova prioridade ambiental o ambiente urbano

O Sr. António Capucho (PSD) — Vai ter muitas oportunidades, Sr. Ministro!

Aplausos do PS

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Para defesa da sua honra por ter sido chamado «demagogo», tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Queiró

O Sr. Manuel Queiró (CDS-PP) — O Sr. Presidente coloca a questão de tal forma que quase que tenho de pedir desculpa por me ter considerado ofendido com a qualificação de demagogo. Mas quero salientar que, na minha boca, essa expressão não é barata e não me sai com facilidade, portanto considero que tenho de usar a palavra neste momento

Aliás, devo dizer que adoraria deixar o Sr. Ministro em paz, mas enquanto o Sr. Ministro não aparecer aqui com a tranquilidade e a serenidade necessárias para discutir estes assuntos e enquanto essa pose tão excitada, não pode necessariamente ser deixado em paz com essa facilidade

Vozes do CDS-PP e do PSD — Muito bem!

O Orador: — Sr. Ministro, não lhe vou dar uma lição, mas vou lembrar-lhe, apenas, que

O Sr. Presidente (Mota Amaral). — O Sr. Deputado Manuel Queiró tem a palavra para desagravar a sua honra ofendida e não para fazer novas perguntas ao Sr. Ministro. Isso eu não consinto!

O Orador — Vou fundamentar a defesa da minha honra, se o Sr. Presidente me permitir

Sr. Ministro, em Portugal, os planos urbanísticos e a gestão urbanística são uma competência municipal na nossa política de ordenamento do território. O Sr. Ministro tem 160 milhões de contos de verbas europeias para gastar neste domínio, e não resistiu comandar, de forma centralista, através de um plano estratégico, a aplicação desses dinheiros em Portugal

Sabemos que, em Portugal, as competências municipais se encontram de certa forma manietadas e condicionadas pela repartição dos recursos públicos, tendo as autarquias locais, apenas, 7% dos recursos públicos à sua disposição, recorrendo muitas vezes a dotações das verbas controladas para administração central. Portanto, se o Governo, em cada ocasião, não respeitar estritamente os critérios que repartem as competências no nosso país, no nosso sistema democrático — sendo evidente que as câmaras estão sujeitas a pressões do mais variado tipo — às vezes, não chegam as verbas do Orçamento do Estado, pelo que têm de recorrer às próprias verbas do Quadro Comunitário de Apoio

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Sr. Deputado Manuel Queiró, o seu tempo esgotou-se.

O Orador: — Muito bem, Sr. Presidente

Quero chamar a atenção do Sr. Ministro para o facto de a minha intervenção não se tratar de uma exposição demagógica mas, sim, de uma exposição — do ponto de vista da defesa do poder local — da repartição de competências da administração, que conferem ao poder local o exclusivo ou a preponderância na administração e na gestão urbanística em Portugal.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para dar explicações, tem a palavra o Sr Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território

O Sr. Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território — Sr Presidente, Sr Deputado Manuel Queiró, o senhor pensa que eu utilize de forma demasiado apressada a expressão «leviana» Eu diria que o Sr Deputado utiliza a expressão «expropriar», porventura, de forma excessivamente leviana

O Governo não vai expropriar, como ficou provado, qualquer competência municipal Aliás, basta pensar na questão seguinte por que é que as câmaras municipais não se limitam a aderir, mas desejam esta parceria com o Governo central? É porque sabem uma coisa muito simples que espero que o Sr Deputado possa compreender é que, sem uma verdadeira parceria entre o Governo e as câmaras municipais, dificilmente estas operações de requalificação se fariam

Por isso, o que se pretende é respeitar integralmente os poderes de cada um, respeitando integralmente o processo de aprovações em tudo o que diz respeito a planos Já expliquei que os planos de pormenor mantêm a mesma bitola prevista na lei geral, isto é, são aprovados na assembleia municipal e ratificados pelo Governo Portanto, mantendo esse quadro geral, as câmaras municipais desejam formar empresas que tenham a possibilidade de propor esses planos de pormenor — ou planos de urbanização quando a área o justifique — que cumpram os controlos democráticos Estas empresas são formadas pelos accionistas Estado e câmaras municipais Portanto, através da empresa também se podem exercer esses poderes públicos.

Por outro lado, as assembleias municipais terão um controlo permanente e completo de todas estas operações Por isso, não vejo onde está o problema, porque essas vossas inquietações e dúvidas não são acompanhadas pelas inquietações e dúvidas das câmaras municipais Estas não só aplaudem a perspectiva deste Programa

O Sr Manuel Queiró (CDS-PP). — Estão condicionadas!

O Orador — Desculpe, Sr Deputado, mas não insulte as câmaras municipais Ninguém se deixa condicionar, seja o Sr Deputado seja uma câmara! Portanto, essa pretensão de o Sr Deputado julgar que os outros se deixam condicionar, desculpe, mas acho que é ofensiva para as câmaras municipais!

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador. — Eu disse que o Sr Deputado utilizou a demagogia Porventura, utilizou sem consciência, mas a verdade é que a demagogia está presente naquilo que classificou como uma expropriação das câmaras municipais, o que não tem a mínima repercussão nem é compaginável com a realidade e, além disso, é desmentido pela própria actuação das câmaras municipais

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr Presidente (Mota Amaral). — Srs Deputados, antes de dar a palavra ao orador seguinte, quero anunciar que se encontram a assistir aos nossos trabalhos um grupo de 40 alunos do Externato Coração de Maria, de Portimão, um grupo de 30 alunos da Escola Secundária Patrício Prazeres, de Lisboa, um grupo de 20 alunos da Escolinha do Largo de Cascais, que são os mais novos, e um grupo de 15 alunos do Instituto Profissional da Sertã. É ainda esperado um grupo de 22 alunos da Escola EB 2/3 de São Sebastião, de Mértola

Para todos eles, a nossa saudação amiga

Aplausos gerais, de pé

Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr Deputado Luís Fazenda

O Sr Luís Fazenda (BE) — Sr Presidente, gostaria que, por intermédio da Mesa, a Câmara fosse informada do seguinte aquilo a que o Sr Ministro chamou «livrinho» do Programa Polis, penso ser aquilo que está disponível na Internet, que contradiz formalmente aquilo que o Sr Ministro, aqui, acabou de dizer. Depois de o Sr Ministro nos anunciar legislação a título excepcional — que ficámos sem saber do que se trata —, diz taxativamente, que a aprovação dos planos de

O Sr Presidente (Mota Amaral): — Sr Deputado Luís Fazenda, recordo que o Regimento da Assembleia da República diz que os Deputados podem interpelar a Mesa, quando tenham dúvidas sobre as decisões desta ou orientação dos trabalhos Por isso, só posso consentir que a interpelação à Mesa seja feita dentro desses objectivos.

O Orador: — Com certeza, Sr Presidente

Limitar-me-ei à figura regimental, informando a Mesa que porei à disposição de todos os Srs Deputados o tal «livrinho», que contradiz formalmente aquilo que o Sr Ministro acabou de referir

Informo também a Câmara, através da Mesa, que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, até porque o Ministro se mostrou insatisfeito com o debate que aqui se realizou, vai solicitar uma audição em comissão para pleno esclarecimento desta matéria.

O Sr Presidente (Mota Amaral): — Penso ser uma boa solução, para que se possa obter mais esclarecimentos sobre esta matéria.

Para uma interpelação, tem a palavra o Sr Deputado Honório Novo

O Sr Honório Novo (PCP): — Sr Presidente, trata-se de uma interpelação, nos termos em que o Sr. Presidente acaba de referir, sobre a orientação dos trabalhos.

Não sei se a Mesa vai dar uma oportunidade ao Sr Ministro para ele poder responder, posteriormente, às questões que lhe coloquei, às quais ainda não respondeu, ou se entende que deve fazê-lo numa fase posterior, mas num prazo urgente, uma vez que agora não há tempo.

Vozes do PCP — Muito bem!

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Sr Deputado Honório Novo, trata-se, de facto, de uma interpelação e a Mesa responde-lhe, remetendo-o para o Regimento Num

debate como o desta manhã há limitações de tempo que têm de ser respeitadas para que todas as perguntas previstas na ordem de trabalhos possam ser respondidas. Se, porventura, o tempo disponível não permite todo o esclarecimento de uma questão — que se revelou, aliás, tão complexa, como a que agora nos ocupa —, então, os Srs. Deputados têm a possibilidade de formular, por escrito, requerimentos ao Governo ou, em alternativa, solicitar a presença do Sr. Ministro nas comissões e, eventualmente, até fazer uma interpelação ao Governo sobre essa matéria.

Por outro lado, se o Governo entende que não teve o tempo suficiente para responder, pode solicitar ele próprio para vir à comissão ou até fazer uma comunicação em Plenário, nos termos do Regimento.

Isto é o que tenho a dizer em resposta à sua interpelação.

O Sr. Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território — Sr. Presidente, peço a palavra para interpellar a Mesa.

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Tem a palavra, Sr. Ministro, mas espero que não seja para dar respostas aos Srs. Deputados, o que neste momento não permite!

O Sr. Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território — Sr. Presidente, se me permite, gostava de informar a Mesa que o que está na *Internet* é exactamente o livrinho do programa e que isso é compaginável com o eu disse aqui em Plenário.

Além disso, quero também informar a Mesa de que receberá, muito brevemente, a proposta de lei, e nela os Srs. Deputados poderão comprovar a veracidade das minhas palavras. O que está aí previsto é apenas um regime excepcional quanto à consulta pública e nada mais do que isso.

Portanto, quanto a essa ideia de que haveria um poder excepcional, «a montanha pariu um rato».

O Sr. José Junqueiro (PS) — Sr. Presidente, peço também a palavra para interpellar a Mesa.

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. José Junqueiro (PS) — Sr. Presidente, é apenas para informar a Mesa que a Comissão de Administração e Ordenamento do Território, Poder Local e Ambiente já solicitou, em devido tempo, a presença do Sr. Ministro para uma audição exactamente sobre esta temática que tem estado aqui em apreciação.

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Óptimo! Esta interpelação do Sr. Deputado José Junqueiro vai na linha das sugestões que a Mesa apresentou em resposta à interpelação do Sr. Deputado Honório Novo.

Srs. Deputados, vamos passar à pergunta sobre extração de areias na Praia do Ribatejo pela empresa Sarcil, Lda., formulada pelo Sr. Deputado Herculano Gonçalves, que se já se encontra presente, a qual será também respondida também pelo Sr. Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território.

Tem a palavra, Sr. Deputado Herculano Gonçalves.

O Sr. Herculano Gonçalves (CDS-PP) — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Sr. Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território A Praia do Ribatejo é uma simpática freguesia, com uma praia com mais de 2 km de extensão de areia branca e fina, outrora estância balnear por excelência. Serviu, durante vários anos, para momentos de lazer para as gentes da região centro do País.

Em 1987, a empresa Sarcil, Lda., iniciou a extração de areia neste local, sendo, contudo, possuidora de licença precária, emitida pela Direcção Regional do Ambiente de Lisboa e Vale do Tejo Relacionada com esta actividade, esta empresa instalou na orla norte do rio Tejo, em frente à estação da CP da Praia do Ribatejo, o armazenamento e a lavagem de inertes, bem como um estaleiro com os equipamentos onde se procede à granulometria das areias, o que contribui para a degradação ambiental de toda esta zona.

Começa a existir uma fortíssima poluição atmosférica devido às poeiras expelidas, a que se associa uma forte poluição sonora devido ao constante trabalhar dos equipamentos.

Como as águas que são devolvidas ao rio não têm qualquer tratamento, por força desta actividade, o rio naquele local começa a ser poluído.

Com o desenvolvimento desta actividade, contribuiu-se para o atrofiamento económico, social e turístico desta freguesia, que, por sinal, é a maior do concelho de Vila Nova da Barquinha. Neste âmbito nasceu um movimento popular, apolítico e unitário, unicamente com a finalidade de lutar contra a extração de areias na Praia do Ribatejo, tentando devolver à freguesia esta zona de lazer.

Depois de variadíssimas acções desenvolvidas e decorridos nove anos, vem o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território pôr fim à actividade de extração de areias na Praia do Ribatejo, por despacho datado de 21 de Janeiro de 2000.

Sua Exceléncia o Sr. Procurador-Geral da República desencadeou os respectivos processos judiciais, encontrando-se a correr seus termos na Procuradoria do Círculo Judicial de Abrantes o processo administrativo e na Delegação do Ministério Público do Tribunal Judicial do Entroncamento o respectivo processo crime.

Por outro lado, o movimento está a ultimar os elementos necessários com vista à apresentação de uma queixa na Comissão Europeia, uma vez que entende que foram violadas as normas comunitárias no aspecto ambiental. Para tal conta com o apoio da Quercus.

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Sr. Deputado está a terminar o seu tempo, tem de formular as perguntas.

O Orador. — Sr. Presidente, então, passarei de imediato às perguntas que tenho para formular ao Sr. Ministro.

Gostaria de saber, Sr. Ministro, qual o teor integral do despacho que ordenou a suspensão e/ou a cessação da licença precária atribuída à empresa Sarcil, Lda., e a retirada de todo o material, mecanismos e viaturas a ela pertencentes, se este local vai continuar ou não a integrar concursos de extração de areia, e acerca da responsabilidade pela reposição do areal, tendo em conta a requalificação daquela zona ribeirinha, prometida pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Por fim, quero referir que nem eu, nem o meu partido.

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Sr Deputado, já esgotou o seu tempo Peço-lhe que termine

O Orador — nem a associação em causa temos algo contra a empresa em causa, simplesmente deixamos o alerta para evitar que uma acção judicial entre no tribunal contra o seu Ministério, como já foi informado pela comunicação social

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para responder, tem a palavra o Sr Ministro

O Sr Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território — Sr Presidente, Sr Deputado Herculano Gonçalves, agradeço-lhe muito a sua pergunta, porque permite também realçar, perante o Parlamento, que a acção do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, no que diz respeito à Sarcil, Lda, é bem clara relativamente à política que seguimos

Quando as empresas não cumprem as orientações do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, como esta não cumpriu, relativamente à minimização das incidências ambientais, só lhes resta deixarem a actividade, porque esta actividade está dependente de uma licença que o Ministério lhes deu

Esta empresa, cuja licença foi dada pela Direcção Regional do Ambiente de Lisboa e Vale do Tejo, violou, sistematicamente, todas as orientações no sentido de minimizar o impacte da sua actividade. Ora bem, pelo facto de não ter cumprido reiteradamente essas orientações, o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território decidiu suspender a licença e a sua actividade

Não lhe posso responder à segunda pergunta sobre se esse local fará parte dos locais a pôr a concurso. Isso, para já, está numa fase de estudo, e, como já tive oportunidade de responder à Srª Deputada de Os Verdes, esse concurso acontecerá durante o Verão, no mês de Junho ou de Julho. Nessa altura, a sua pergunta será respondida.

Espero que compreenda que, neste momento, não é altura para divulgar locais que vão ser sujeitos a concurso público.

Em terceiro lugar, sobre a retirada do equipamento do local, a DRALVT já notificou a empresa para, em dois meses, retirar todo o material. A empresa não retirou e a fiscalização da DRALVT realizou uma vistoria ao local e, tendo constatado que a empresa não cumpriu a ordem, levantou um auto de verificação do não cumprimento do auto de notificação.

O processo está, portanto, neste pé, e julgamos que a insistência da administração e o levantamento de diferentes autos vai levar a empresa a que cumpra exactamente aquilo que o Ministério lhe ordenou.

Finalmente, sobre a responsabilidade da reposição do areal, não temos dúvidas de que essa responsabilidade é da empresa, e ela já foi notificada para adoptar as condutas determinadas no auto de notificação e que se referem à reposição da situação do ponto de vista ambiental.

Este é o ponto da situação no que diz respeito à empresa Sarcil, Lda. Mas, repito, o caso da empresa Sarcil, Lda representa e ilustra bem a determinação do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território em pôr na ordem a extração de areias no rio Tejo.

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr Deputado Herculano Gonçalves. Dispõe de dois minutos

O Sr Herculano Gonçalves (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território. V Exª referiu que a licença foi retirada à empresa, porque esta não cumpria aquilo a que estava obrigada.

A este respeito, dir-lhe-ia, Sr Ministro, que esta licença tem uma periodicidade trimestral e que esta empresa se encontra a laborar há 10 ou 12 anos naquele local. A licença tem vindo a ser consecutivamente protelada, ou seja, de três em três meses há uma nova licença. Pergunto-lhe, Sr Ministro, só agora é que o Ministério verificou que a empresa não cumpria as suas obrigações?

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Por outro lado, não fiz qualquer pergunta no sentido de nos dizer hoje, aqui, quais são os locais no rio Tejo onde poderão ser extraídas areias, o que quero saber é se, em relação a este local concreto, vai haver algum concurso público ou não.

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr Deputado Manuel Oliveira.

O Sr Manuel Oliveira (PSD) — Sr Presidente, Sr Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, a Sarcil, Lda, é uma empresa que explorou, durante algum tempo, as areias marginais do rio Tejo, sob uma forte contestação das populações de Vila Nova da Barquinha. Eram argumentos invocados pelas populações o tráfego de viaturas, a poluição sonora e ambiental, os efeitos paisagísticos, entre outros.

Como foi dito por despacho da Direcção Regional do Ambiente de Lisboa e Vale do Tejo, não foi prorrogada a licença de exploração desta extração de areias. Assim, gostaria de perguntar ao Sr Ministro se o acto administrativo que não renovou a licença é definitivo ou provisório. Será que se pretende com esta medida fazer abrandar as contestações da população, que, através de uma comissão representativa, interpôs uma acção no tribunal contra o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, ou será que oportunamente se pretenderá mudar a exploração para outro local?

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr Deputada Luisa Mesquita

A Srª Luisa Mesquita (PCP) — Sr Presidente, Sr Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, penso que, para além das respostas, de algum modo, céleres e objectivas, embora seleccionadas, que o Sr Ministro aqui nos trouxe, há que contextualizar o processo, estamos perante um exemplo de uma gravidade imensa,

perante um processo conhecido deste Governo, conhecido durante os quatro anos da legislatura anterior e conhecido já do governo anterior

Lembro só ao Sr Ministro — e V Ex^a sabe disto, porque já me deu resposta a dois requerimentos, dos três que fiz sobre esta matéria — que há notificações de 1993 e de 1994 que não foram cumpridas, há estudos feitos pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil relativamente a esta matéria que não tiveram quaisquer implicações ou decisões por parte do Governo, o Governo, através da Direcção Regional do Ambiente de Lisboa e Vale do Tejo, limitou-se a fornecer à Sarcil, Lda. licenças para continuar a fazer a extração das areias, sem qualquer intervenção, ignorando totalmente aquilo que lá se estava a passar

Chamo a atenção do Sr Ministro para o facto de, numa das respostas que me dá ao primeiro requerimento, de 9 de Outubro de 1997, já ser do conhecimento do Ministério o não cumprimento de todas as notificações feitas em 1993, 1994 e 1995 e que, em 1997, mais uma vez, tinha sido dada licença à Sarcil, Lda para que continuasse a extraer as areias, apesar das notificações não cumpridas

Também quero dizer ao Sr Ministro que, depois do relatório de 1998 do Laboratório Nacional de Engenharia Civil e após 13 anos de destruição, o Governo conseguiu encontrar algum tempo, em Janeiro do ano 2000, para agir

Esta é que é a questão, Sr Ministro: porquê este tempo todo? Porquê 13 anos de crime? E, agora, porquê tão poucas informações acerca não da resolução do crime, porque os crimes não resolvem, mas daquilo que poderá ser a minimização do crime qualificado, em termos de ambiente, que foi cometido contra aquela freguesia e aquele concelho e relativamente ao qual o Sr Ministro pouco ou nada disse, dizendo que talvez para o Verão saibamos alguma coisa?

Vozes do PCP — Muito bem!

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Paulo Fonseca

O Sr Paulo Fonseca (PS) — Sr Presidente, Sr Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, creia que me congratulo com a determinação que aqui apresenta, quando, em Janeiro passado, emitiu o despacho para encerramento da Sarcil, Lda

De facto, já hoje aqui foi dito que se arrasta desde há 12 anos este problema de profunda gravidade ambiental e sem dúvida que é necessário que haja medidas determinadas para resolver os problemas, com o que me regozijo

O Tejo sempre foi um *ex-libris* de todo o distrito de Santarém e também do País e foi vivendo — por que não dizê-lo — morrendo de costas voltadas para as povoações ribeirinhas, votado a um certo abandono, situação que urge inverter com toda a celeridade

Existe, em relação à Sarcil, Lda, um conflito com as populações, conflito com a perspectiva ambiental e conflito com a reconversão do Tejo, que todos queremos ver acelerada

Foi por isso também que a Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha incluiu o local de extração de areias da Sarcil, Lda no Programa Vale Tejo, o programa de reconversão ribeirinha, no sentido exactamente de que possa ser obtida uma versão final de reconversão ribeirinha que seja aplaudida e desejada por todos

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — A pergunta que gostaria de formular ao Sr Ministro é no sentido de saber se o estudo que hoje aqui anunciou, e que motivou o meu regozijo inicial, terá em conta as perspectivas autárquicas já desenvolvidas, nomeadamente no âmbito do Programa Vale Tejo, que está em fase de concretização, como é o conhecimento público

Aplausos do PS

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para responder, tem a palavra o Sr Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território

O Sr Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território — Sr Presidente, Srs Deputados Em primeiro lugar, eu gostaria de salientar o facto de esta discussão ocorrer não, como era tradicional, à volta da inércia do Governo mas resultar da acção do Governo Pela primeira vez, estamos a ter uma discussão sobre areias do Tejo motivada por uma acção do Governo — porque o Governo mandou fechar uma empresa. Muitos acharão pouco, mas outros certamente acharão muito. Ainda por cima, porque é um acto que teve também muito de simbólico, porque o Governo mandou fechar a empresa, cessar a sua actividade, 15 dias antes de terminar a licença — temporária, é certo — que a empresa tinha. Não esperou pelo fim,

A Sr^a Luísa Mesquita (PCP) — Mas quase!

O Orador — . justamente para dar um sinal de que as incidências ambientais e o cumprimento da minimização dos impactos ambientais é para cumprir

Mas o mais importante é garantir à Câmara o seguinte: tudo isto tem a ver com uma orientação política que vai no sentido de fazer cumprir a lei, e fazer cumprir a lei significa que, pela primeira vez, nesta história (que não é uma história exaltante) de extração de areias, vai haver um concurso público. Muita gente não quer o concurso público, mas vai haver!

O Sr. Herculano Gonçalves (CDS-PP) — Para aquele local?

O Orador: — Quanto aos locais, posso dizer-lhe que serão seleccionados em função do estudo técnico que o LNEC nos apresentou. Os locais vão ser aqueles que o próprio Tejo, o desassoreamento do Tejo, exija, o que quer dizer que os interesses a prosseguir são os interesses públicos. E descanso-o quanto a isto não vão ser objecto de nenhuma avaliação de critérios políticos, são os critérios técnicos que estão na base dos estudos que o LNEC nos apresentou

Esse concurso público realizar-se-á nos primeiros meses do Verão — espero que seja em Junho mas, se não for, será em Julho. Isso posso garantir-vos, porque os trabalho sobre incidências ambientais nos diferentes locais, trabalhos esses que vão obrigar as empresas no caderno de encargos, estarão concluídos no final deste mês.

Relativamente à pergunta sobre se é definitivo, direi que sim, que é definitivo. A empresa só tem possibilidade de voltar a candidatar-se no âmbito do concurso público, não mais do que isso. Isto é definitivo e é claro quanto às

nossas intenções, pela primeira vez, julgo eu, deu-se um sinal claro de que isto vai ser objecto de concurso público e não vai continuar, como até aqui, na situação transitória das licenças precárias.

Finalmente, eu diria o seguinte o mais importante é reconhecer-se, ao nível regional, que o Governo está a agir, está a avançar, e que a questão do concurso público é uma questão essencial para afastarmos os fantasmas de grandes zonas de sombra no negócio das areias. E o nosso objectivo é fazer o primeiro concurso público na zona do Tejo para que, depois, com essa experiência, de forma coordenada e também homogénea, se possa estender os ensinamentos desse primeiro concurso no Tejo a todos os rios de Portugal e a todas as Direcções Regionais do Ambiente.

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Sr Ministro, agradecemos a sua participação nesta sessão.

A próxima pergunta, formulada pelo Sr Deputado António Martinho, sobre as infra-estruturas viárias no distrito de Vila Real, destina-se ao Ministério do Equipamento Social e será respondida pelo Sr Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas.

Tem a palavra o Sr Deputado António Martinho.

O Sr António Martinho (PS) — Sr Presidente, Srs Deputados, Sr Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas, uma visão estratégica do desenvolvimento de uma região no que respeita às infra-estruturas tem, naturalmente, de ter presente, por um lado, a malha interna e, por outro lado, as vias estruturantes. Acontece que os investimentos da administração central e do Governo na rede interna de estradas do distrito de Vila Real tem sido considerável e tem-se manifestado em investimentos que são importantes para a coesão da região e do distrito. Lembro a EN103, com rectificações de traçado e repavimentação. Lembro a estrada Vila Pouca/Pópulo, Víago/Vila Real, a EN2, e perspectiva-se para este ano o início de uma obra importante a este nível, a estrada nacional entro o Pópulo e Alijó, com rectificação, e Víago/Boticas.

Já no que se refere às vias estruturantes, aos itinerários complementares e principais (IC e IP), as coisas não são bem assim. Efectivamente, o Governo pôs a concurso e adjudicou a concessão da Brisa Norte, da A7, que está neste momento a seguir os seus passos normais e já há manifestações de trabalho no terreno, com estudos tendo em vista as expropriações, com contactos com municípios, etc.

O IC5, que há-de dar continuidade à A7, de Vila Pouca até ao Pópulo, projectando-se depois para o distrito de Bragança, não sei como se encontra neste momento. A sul do distrito, o IC26, que ligará o IP4, em Amarante, à Régua, é também uma obra fundamental para a Região Demarcada do Douro, quer porque irá permitir o escoamento do produto vinho do Porto, quer porque irá permitir melhores acessos da Área Metropolitana do Porto ao Douro superior e ao Parque do Côa.

A Régua, com a importância da naveabilidade, da ferrovia e da rodovia, será uma placa intermodal, o que se encaixa perfeitamente nas estratégias do Programa do Governo. Acresce que, à Régua, chega já um troço do IP3 e da Régua deve partir, em direcção a Vila Real, Vila Pouca e Chaves, este importante itinerário principal, ver-

dadeiramente estruturante para o distrito de Vila Real e para as cidades por onde passa. Tendo sido aberto concurso para este itinerário principal em Março de 1998 e tendo sido seleccionados dois concorrentes, que razões obstam a que ainda não tenha sido feita a escolha do concessionário da SCUT Interior Norte? Relativamente ao IC25 e IC26, Sr Secretário de Estado, qual é o ponto da situação da calendarização deste itinerários complementares?

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para responder, tem a palavra o Sr Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas.

O Sr Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas (Luis Parreira) — Sr Presidente, Srs Deputados, respondendo às questões colocadas e dando uma panorâmica do que está em causa neste momento no distrito de Vila Real, diria ao Sr Deputado António Martinho, em particular, e a todos os Srs Deputados, em geral, o seguinte relativamente ao IP4, está a decorrer a empreitada de remodelação dos nós do IP4 entre Amarante e Vila Real, e vai ser lançada também este ano uma nova empreitada para reforço do pavimento do IP4 entre Vila Real e o limite do distrito do Porto.

Relativamente ao IC5, está neste momento a ser feito o estudo prévio desse itinerário complementar, relativamente ao IC26, o estudo prévio referente ao lanço Régua/Amarante está concluído e vai ser remetido, nos próximos dias ou semanas, às câmaras municipais para que elas possam pronunciar-se e emitir a sua opinião sobre esse estudo prévio, nomeadamente quanto ao traçado.

Quanto ao IP3 e à adjudicação da concessão, há algum atraso nesse processo, atraso que decorreu da necessidade de fazer algumas substituições (eu diria, necessidades de carácter burocrático, que não outras) mas, neste momento, como é sabido, foram já escolhidos os dois finalistas e foi pedido a esses dois concorrentes que apresentem, desde já, várias alternativas de corredor que possam ser objecto de avaliação de impacto ambiental, ganhando-se nesta fase algum tempo, para que não venha a perder-se depois da assinatura do contrato de concessão.

Simultaneamente, demos instruções para que se incluisse no traçado do IP3 um nó de acesso ao aterro sanitário de Vila Real, questão que tinha sido colocada e objecto de um compromisso anterior. Dentro dos vários troços do IP3 e após a assinatura do contrato de concessão, que admitimos possível de ser feita no início do quarto trimestre deste ano, o lanço Régua/Vila Real tem já estudo de impacto ambiental aprovado, o que permitirá que seja o primeiro lanço a arrancar, portanto, mais rapidamente.

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para um pedido de esclarecimento adicional, tem a palavra o Sr Deputado António Martinho.

O Sr António Martinho (PS) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado, as questões que coloco relativamente ao IP3, reconhecerá, são a expressão de alguma ansiedade das populações do distrito relativamente a este itinerário principal que, como disse — e eu sei que o Sr Secretário de Estado reconhece —, é uma espinha dorsal no distrito de Vila Real.

Mas acresce que os dois primeiros concursos de SCUT foram o da Beira Interior e o do Interior Norte, e regoziz-

jo-me com esse facto, tendo sido ontem concessionada a SCUT da Via do Infante e prevendo-se para breve (li ontem no jornal) a SCUT da Costa da Prata' Eu sou dos que acham que isso é positivo para o País, mas também gostaria de ver avançar com mais celeridade os trabalhos no sentido da entrega da SCUT Interior Norte

Queria chamar a atenção do Sr Secretário de Estado para um outro aspecto que é importante a EN2 tem sido uma via de bastante sinistralidade, porque o tráfego que vem da auto-estrada da Galiza passa muito pela EN2 entre Chaves e Vila Real, entrando depois no IP4. Ora, o IP4, no troço Alto de Espinho/Campeã, é também uma via com bastante sinistralidade. O desnívelamento dos nós é importante, mas julgo que seria de equacionar a possibilidade de, além de um piso mais seguro, se encontrar também uma solução para travar a velocidade e as ultrapassagens, que têm sido causas significativas de acidentes no troço Campeã/Alto de Espinho

Sr Secretário de Estado, julgo que estas são sobejamente razões para que eu possa apelar à maior brevidade na resolução dos problemas ainda pendentes relativamente ao IP3, para que este itinerário principal, esta SCUT, possa avançar para obra o mais rapidamente possível.

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Também para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr Deputado António Abelha

O Sr António Abelha (PSD) — Sr Presidente, em primeiro lugar, quero corroborar as palavras do Sr. Deputado António Martinho e, sobretudo, o desencanto que elas revelam é que o distrito de Vila Real, nomeadamente o Alto Tâmega, está votado ao abandono. O problema não é de hoje, não é deste Governo, unicamente Mas o IP3 é, sem sombra de dúvida, uma infra-estrutura rodoviária decisiva para o desenvolvimento e para o «desencravamento» da região de Trás-os-Montes, nomeadamente do Alto Tâmega e Barroso

O Sr Deputado António Martinho está desencantado e desiludido duplamente duplamente porque, como eu, é testemunha, desde há cinco anos, de reiteradas promessas, nomeadamente do Sr Primeiro-Ministro que considerou o IP3 a prioridade número um em Vila Real durante a campanha eleitoral de 1995, e também porque ouve constantemente o Sr Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia mostrar também o seu desencanto porque o IP3 nunca mais se reinicia, ou inicia, no distrito de Vila Real. Isto é, este Governo pouco fez em termos de acessibilidades, sobretudo nesta, que é a mais fundamental, porque a coluna vertebral do desenvolvimento de Trás-os-Montes, designadamente do Alto Tâmega, Chaves e Barroso, passa pelo IP 3.

Ainda no ano passado o Sr Eng. Guterres, em Chaves, dizia que a conclusão do IP3 seria antecipada de um ano. Mas que ano? Mas que ano, se não há um metro feito a partir de Peso da Régua em direcção a Chaves?

Sr Secretário de Estado, esta questão está para além da representação partidária, é uma questão que une todos os transmontanos, que une os Deputados eleitos pelo círculo eleitoral de Vila Real. Estou certo de que comungamos, eu e os restantes Deputados, tanto do PSD como do PS, da mesma ideia quanto à necessidade urgente desta infra-estrutura para o desenvolvimento do distrito. Mas

precisamos de respostas concretas Vila Real e o Alto Tâmega não podem continuar condicionadas

Vozes do PSD — Muito bem!

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Sr Deputado, o seu tempo esgotou-se

O Orador — Terminei, Sr Presidente, com as seguintes perguntas para quando, Sr Secretário de Estado, o início das obras do troço do IP3 Chaves/Peso da Régua? Será que vai começar, em simultâneo, uma frente de trabalho Peso da Régua/Chaves e outra Chaves/Peso da Régua? Por que não começar em Vila Verde da Raia para fazer a ligação à A7, outra prioridade que o Sr Secretário de Estado pouco referiu? E quando chegará a A7 à zona de Vila Pouca de Aguiar?

Terminei, Sr Presidente, com aquilo

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Já devia ter terminado, Sr Deputado

O Orador — Terminei, Sr Presidente, dizendo o seguinte de tanto prometerem o IP3, Sr Secretário de Estado, qualquer dia, os transmontanos pensam que já está construído!

Aplausos do PSD

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr Deputado Agostinho Lopes

O Sr. Agostinho Lopes (PCP) — Sr. Presidente, Sr Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas, não acredito que seja propositada a confusão que é estabelecida, relativamente às informações, com as vias rodoviárias no distrito de Vila Real. Não acredito que seja propositada, mas que ela existe, existe.

No PIDDAC para 2000, relativamente ao distrito de Vila Real, constavam as seguintes vias a EN212 — rede a municipalizar no concelho de Vila Real (429 000 contos), vários concelhos no distrito de Vila Real — a EN311, a EN103, entre Chaves e o limite do distrito de Bragança, e, depois, foi aqui aprovada, por proposta de Deputados do PS, uma verba para a EN213, de 30 000 contos, indo retirar esta verba 10 000 contos à EN212, em Alijó

Em resposta recente a um requerimento que fiz sobre esta matéria, obtive o seguinte esclarecimento relativamente às EN2, EN103 e EN213, na coroa urbana de Chaves, elas estão previstas no PIDDAC — e estão previstas no PIDDAC, segundo a informação ai contida, dentro da rede a municipalizar. Ora, há aqui uma primeira contradição: ou a rede a municipalizar não é toda no concelho de Vila Real ou falta no Orçamento do Estado a rede a municipalizar relativa ao concelho de Chaves.

Mas, depois, na resposta ao requerimento, diz-se ainda o seguinte. a EN103, nos troços Barracão/Sapiãos e Sapiãos/Chaves, está incluída no PIDDAC para 2000 com um investimento de 1,390 milhões de contos

Sr Secretário de Estado, não sei quantos PIDDAC há! Isto não tomado por boa a história do anexo, que o Sr Ministro do Equipamento Social aqui inventou na altura

Também relativamente à EN2, no troço Chaves/Vidago, responde-se que

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Sr Deputado Agostinho Lopes, tem de concluir

O Orador — Vou concluir, Sr Presidente

Como dizia, relativamente à EN2, no troço Chaves/Vidago, também se responde que está incluída no PIDDAC para 2000, com um investimento de 285 000 contos. Também aqui, gostaria de saber em que PIDDAC consta esta verba.

Finalmente, Sr Secretário de Estado, pergunto-lhe quando é que o Estado prevê que o IP3 vai estar pronto, tanto mais que a EN2 continua no estado em que está e, além disso, os senhores preparam-se para encerrar a linha do Corgo, inclusive, no troço Vila Real/Régua.

Vozes do PCP — Muito bem!

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr Deputado Luís Pedro Pimentel

O Sr Luís Pedro Pimentel (PSD) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas, sendo o distrito de Vila Real um distrito do interior, necessita para o seu desenvolvimento de mais e, sobretudo, de melhores infra-estruturas rodoviárias.

O que se tem vindo a observar, nestes últimos anos, é que tem havido por parte deste Governo um grande esquecimento em várias áreas, mas, sobretudo, nas infra-estruturas rodoviárias.

Esta realidade leva-me a concluir que este Governo não tem consideração pelas gentes do distrito de Vila Real.

Gostaria, assim, de perguntar a V Ex^a, Sr Secretário de Estado, o seguinte em primeiro lugar, tendo sido retirado do PIDDAC para 2000 verbas previstas para a EN212 — rectificação do IP4 Pópulo/Alijó —, gostaria de saber para quando a execução da rectificação da EN212, entre o Pópulo e Alijó, sendo esta de vital importância para quem quer sair ou entrar neste concelho com alguma dignidade.

Em segundo lugar, sendo o concelho de Mesão Frio um concelho de pequenas dimensões, não deixa de ter extrema importância para a economia do sul do distrito. Um dos graves problemas é, sem dúvida, a falta de infra-estruturas rodoviárias, que faz com que este concelho fique cada vez mais isolado. Por isso, gostaria de perguntar a V Ex^a para quando a construção do troço do IC26 Peso da Régua (IP3)/Mesão Frio (limite do distrito de Vila Real), sendo que este é de vital importância para o concelho de Mesão Frio e, sobretudo, para a região do Douro, a qual necessita das melhores infra-estruturas rodoviárias para o seu desenvolvimento.

Em terceiro lugar, pelos mesmos motivos atrás referidos, gostaria também de saber se está prevista, e para quando, a ligação entre o concelho de Sabrosa e o tão desejado e aclamado IP3.

Em relação ao IP4, gostaria também de ratificar as palavras do Sr Deputado António Martinho, dizendo que este itinerário principal tem tudo, nos últimos tempos, um aumento da sinistralidade, o que nos deixa bastante preocupados. Julgo que o Governo deveria repensar, essencialmente, os troços entre Amarante e Vila Real. Já que este

Governo apregoa tanto que se importa com as pessoas e tem morrido tanta gente no itinerário principal entre Amarante e Vila Real, isso tem sido tão esquecido que, se calhar, devia repensar-se esses troços, pelo que até deixo aqui uma sugestão por que não a duplicação, entre Amarante e Vila Real, do IP4?

Vozes do PSD — Muito bem!

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para responder, tem a palavra, por 10 minutos, o Sr Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas

O Sr Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas — Sr Presidente, Srs Deputados Gostaria, antes de mais, de esclarecer que julgo que — e tal como foi referido por alguns Srs Deputados — desenvolver o País, ou qualquer uma das suas regiões, é sempre um motivo para nos unir a todos. E é também motivo para que se possa, nesta Assembleia como em qualquer outro sítio, dizer, com toda a clareza e transparência, quando as coisas correm melhor e quando elas correm menos bem.

Ora, tive oportunidade de dizer na minha intervenção inicial que, relativamente ao IP3, e do ponto de vista do desenvolvimento de todo o processo burocrático que conduz à assinatura do contrato de concessão, se tratou de um processo que não correu bem. E não correu bem porque é um processo muito complexo, um processo em que o Estado é, como em todos os processos de concessão, assessorado por vários consultores, tendo havido a necessidade, a meio deste processo, de mudar o grupo de consultores que acompanhava este processo de concessão e, como compreenderão facilmente, essa mudança num processo desta complexidade, em que estão em causa investimentos de larguissimos milhões de contos, traduz-se sempre numa demora acrescida no seu desenvolvimento. Foi isso o que aconteceu e é isso que aqui refiro com toda a clareza, informando os Srs Deputados sobre o sucedido.

Relativamente às obras previstas no PIDDAC, elas estão previstas, e estão-no todas, com uma calendarização. Portanto, o objectivo, muito claro, é o de, nessa matéria, cumprir a calendarização aí enunciada.

Questão diferente — e tive oportunidade de dizê-lo aqui, aquando da discussão do PIDDAC para 2000 — é a da rede a municipalizar. Essa é uma área em que a nossa actuação depende sempre de acordos que temos de celebrar com as câmaras municipais. E aquilo que está a acontecer, neste momento, é um conjunto de contactos com a generalidade das câmaras do País — e também, naturalmente, com as do distrito da Régua, digo, de Vila Real — para poderem concretizar-se todos esses acordos aí previstos.

O lapso que agora cometí em relação à Régua tem a ver com o seguinte: há pouco, não referi — e não o fiz, porque não foi questionado, mas aproveito para dizê-lo agora — que a Régua tem um conjunto de pontes que quer alterar, nomeadamente quanto à sua utilização, e já foram desenvolvidos contactos vários entre o Ministério e a câmara municipal para podermos, em protocolo de acordo, acordar como vão ser geridas essas pontes e como vão ser entregues à câmara municipal para lhes dar o tratamento urbano que pretende.

Relativamente ao início das obras do IP3, a questão que se coloca não é de desencanto, mas de acreditar que é possível fazermos sempre mais e melhor. E, de facto, o

distrito de Vila Real fica, por via do plano de auto-estradas em curso, quer com o acesso para sul, através do IP3, quer com o acesso para poente, através da concessão Aenor. Aquilo que podemos dizer, em matéria de início de obras — e, em matéria de início de obras, no que tem a ver com o IP3, como em praticamente todos os contratos de concessão —, é que as obras se iniciarão, no máximo, nove meses após a assinatura do contrato de concessão, que é o tempo necessário para a elaboração dos projectos de execução e para a celebração dos acordos financeiros.

Foi recolocada a questão do IC26, que eu tinha referido na minha intervenção inicial, e gostaria de aclarar o seguinte o estudo prévio do IC26, entre a Régua e Amarante, está concluído e, nas próximas semanas, estará nas câmaras municipais, para que possam pronunciarse sobre ele.

Relativamente a toda a rede de estradas secundárias prevista no PIDDAC, aquilo que estamos a fazer é ou a lançar concursos ou a fazer adjudicações, para que todas essas obras possam concretizar-se.

O Sr António Martinho (PS) — Muito bem!

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Srs Deputados, passamos agora à quinta pergunta, sobre o apoio à imprensa regional, que será formulada pelo Sr Deputado António Filipe e respondida pelo Sr Secretário de Estado da Comunicação Social.

Tem a palavra o Sr Deputado António Filipe

O Sr António Filipe (PCP) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado da Comunicação Social, a pergunta que formulamos, hoje, tem a ver com a situação da imprensa regional e com os apoios do Estado à subsistência e ao desenvolvimento desse sector da comunicação social.

O Sr Secretário de Estado não ignora que a imprensa regional atravessa uma situação particularmente difícil, na medida em que tem vindo a perder, nos últimos anos, meios de subsistência tradicionais e tem vindo a sofrer uma concorrência acrescida, concorrência essa não apenas da imprensa de âmbito nacional, com muito melhores possibilidades em termos económicos, mas também devido ao facto de começarem a aparecer pseudo-órgãos de imprensa regional, suportados por grupos económicos e que pouco são do que folhetos de supermercado, veículos publicitários, que invadem directamente o terreno da imprensa regional, na medida em que se dão ao luxo de ceder publicidade gratuita, designadamente a pequenas empresas e a pequenos comerciantes. Conhecemos casos concretos em que, quando um qualquer órgão da imprensa regional procura angariar publicidade junto do pequeno comércio, não o consegue, pois pseudo-jornais regionais, distribuídos gratuitamente por grupos económicos, cedem essa publicidade gratuitamente.

Essa concorrência reside também no facto de cada vez serem menos as rádios locais. Isto é, as rádios locais, as rádios genuinamente locais, com as quais a imprensa regional podia estabelecer parcerias interessantes, do ponto de vista do aproveitamento das sinergias — termo agora tão na moda, em termos de comunicação social —, também essas vão sendo cada vez mais absorvidas por grupos multimedia e vão perdendo as suas características originais.

Assim sendo, a imprensa regional está cada vez mais só, enquanto resistente ao domínio da comunicação social por parte dos grupos multimedia.

A par disso, a imprensa regional tem vindo a perder meios de subsistência, um dos quais eram as escrituras. De facto, a publicação de escrituras era um dos meios tradicionais de subsistência da imprensa regional. Porém, um diploma governamental permitiu que a não publicação das escrituras de constituição de sociedades na imprensa regional deixasse de ser necessária para a sua oponibilidade a terceiros. Portanto, a gratuidade continua, mas não há qualquer consequência do facto de essa publicação não ser feita, e o que se verifica é que a publicação não é feita, em regra. Por isso, os jornais regionais têm vindo a perder esta fonte tradicional de receitas, que tinha muitos anos, que era a publicação de escrituras de constituição de sociedades. Elas, hoje, não são publicadas, pura e simplesmente, na imprensa regional, mas apenas no *Diário da República*.

Quanto à publicidade institucional, ela é uma miragem. Os vários governos têm feito vários diplomas sobre essa matéria e, nominalmente, em termos legais, deveria haver uma distribuição de publicidade institucional pela imprensa local, mas ela, efectivamente, não existe.

Por outro lado, a única coisa com que o Governo parece preocupar-se é o porte pago

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Sr Deputado, o seu tempo esgotou-se. Tem de terminar.

O Orador — Vou concluir de imediato. Sr Presidente

Como dizia, a única coisa com que o Governo parece preocupar-se é em reduzir o porte pago à imprensa regional. Talvez seja hoje uma boa oportunidade para o Sr Secretário de Estado nos clarificar o que pensa relativamente a esta matéria. No entanto, a minha pergunta é, fundamentalmente, esta: para além de pretender reduzir o porte pago à imprensa regional, será que o Governo tem alguma ideia relativamente ao apoio que é necessário dar à imprensa regional e alguma intenção de concretizá-lo?

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para responder, tem a palavra o Sr Secretário de Estado da Comunicação Social

O Sr Secretário de Estado da Comunicação Social (Arons de Carvalho) — Sr Presidente, Sr Deputado António Filipe, devo dizer que não partilho da análise que faz sobre a situação da comunicação social regional, nem em relação à imprensa regional, nem em relação às rádios locais. E não creio que a imprensa regional esteja a perder meios de subsistência.

Devo dizer que os governos do Partido Socialista e da nova maioria criaram novas formas de incentivo à imprensa regional. Cito apenas algumas dessas formas de incentivo: o serviço regional da Agência Lusa, os descontos nas telecomunicações por permuta publicitária e o acesso à Internet em termos muito pouco onerosos.

Devo dizer-lhe também que, por muito que me diga que a publicidade institucional é uma miragem, a verdade é que — tenho aqui os números e posso dizer-lhos —, em 1997, a imprensa regional recebeu cerca de 38 000 contos em publicidade institucional e esse valor subiu, em 1998, para 63 000 contos e, em 1999, para 138 000 contos.

publicidade institucional e esse valor subiu, em 1998, para 63 000 contos e, em 1999, para 138 000 contos

É evidente que poderá dizer-me que o problema não está na quantidade de publicidade institucional mas, sim, na sua distribuição. E isso é rigorosamente verdade.

De facto, em Outubro – poucos dias antes das eleições e sem qualquer cobertura mediática, precisamente por causa disso –, foi assinado um protocolo, de acordo com o qual, a partir desse momento, a publicidade institucional passava a ser distribuída através das diferentes associações do sector. Este protocolo foi assinado pelo Instituto da Comunicação Social e por todas as associações da imprensa regional, da mesma forma que, ontem mesmo, foi assinado um outro protocolo, desta vez, pelas associações representativas das rádios locais.

E o que tem sido dito, e que é a realidade dos números, é que a publicidade institucional tem aumentado bastante.

Queria dizer-lhe também que tenho estado a trabalhar intensamente com as associações do sector – com todas elas, sem qualquer excepção –, para procedermos à modificação do quadro legislativo relativo ao conjunto de incentivos à comunicação social regional. Tenho tido uma grande colaboração por parte das associações e penso que será possível obter um largo consenso em torno de toda a política de incentivos para esta situação.

Queria dizer-lhe ainda – e agora em relação à pergunta concreta que me formulou –, que todos estamos concordados (o Governo e as associações) que é preciso modificar a situação dos apoios à imprensa regional e também a situação do porte pago. Apenas poderemos estar em desacordo em relação à percentagem de jornais que devem ser abrangidos pelos 100% de apoio no porte pago. Esta é a única discordância, porque nas associações do sector existe também a percepção de que importa impor regras à imprensa regional, regras de profissionalismo, de qualidade, que excluem do incentivo do porte pago a 100% as publicações que não são competitivas, que não têm qualidade, que não têm profissionais. E esse é, digamos, o ponto de consenso que, certamente, será possível encontrar entre o Governo e as associações do sector.

É preciso evitar as formas de concorrência desleal que existem, hoje, entre as publicações que têm assinantes, que têm jornalistas, que têm qualidade, que têm uma relação com o leitor, e as outras publicações, que também existem, que são uma carga extremamente onerosa para o erário público, que não têm jornalistas, que não têm a mínima qualidade, que não têm uma distribuição, isto é, que não são visíveis nos quiosques em nenhuma parte de País e que têm apenas uma relação com o anunciante. A tiragem destas últimas publicações é exclusivamente ditada pela necessidade de ter publicidade.

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Sr Secretário de Estado, o seu tempo esgotou-se. Faça o favor de concluir.

O Orador — Portanto, Sr Presidente e Srs Deputados, a nossa procura de consenso é incessante.

Vamos continuar a trabalhar com as associações do sector e vamos chegar tão longe quanto possível no consenso relativo a uma nova forma de incentivos à comunicação social, que deve ter em conta a nova realidade do sector e a concorrência que o Sr Deputado aqui referiu, não apenas com os grupos económicos, porque isso, por enquanto, é algo muito insípido no sector, mas sobretudo com as novas formas de comunicação. Porque no mun-

do que se aproxima, com a televisão digital, com a comunicação social de proximidade, com a Internet, é impossível continuarmos a ter uma imprensa regional, a qual, em grande parte, está antiquada, desajustada do sector e é completamente incapaz de ter uma relação competitiva e uma relação de fidelidade com o mercado.

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Sr. Deputado António Filipe, deseja pedir esclarecimentos adicionais?

O Sr António Filipe (PCP) — Sim, Sr. Presidente.

O Sr Presidente (Mota Amaral). — Tem a palavra, Sr Deputado. Dispõe de 2 minutos para o efeito.

O Sr António Filipe (PCP) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado da Comunicação Social, sempre que o senhor vem aqui falar, designadamente sobre o porte pago e os incentivos à imprensa regional, invoca sempre amplos consensos relativamente às suas propostas. Simplesmente, considerando toda a correspondência que recebemos da parte dos órgãos das associações representativas da imprensa regional e o próprio contacto que temos com directores e com pessoas que trabalham na imprensa regional, verificamos que, de facto, não vemos onde é que está esse consenso. O que nós vemos mais são as críticas, que são constantemente apresentadas, relativas às intenções que o Governo tem para este sector, designadamente às intenções de redução dos apoios e, em concreto, de redução do porte pago.

Devo salientar um progresso quando, há quatro anos, discutimos aqui um decreto-lei sobre o porte pago, o Governo defendia como boa a solução de «cortar a direito», isto é, de retirar 10% do porte pago a todos os órgãos da imprensa regional. Portanto, o Governo já evoluiu. Na altura, o Governo chamou-nos tudo por considerarmos que isso era incorrecto e que teriam de estabelecer-se critérios para que a imprensa regional, que, de facto, tem profissionais e faz um trabalho sério, não perdesse os 100% de porte pago. O Governo já evoluiu para essa nossa posição.

Vamos ver, agora, quais são os critérios estabelecidos. Mas o facto do Governo ter abandonado esta ideia de querer «cortar a direito» em todos os órgãos da imprensa regional já é um progresso, uma aproximação à nossa posição.

Agora, a questão fundamental é esta: é que o Sr Secretário de Estado da Comunicação Social – tenho comigo uma entrevista que deu à revista *Melos*, há uns meses – reconhece que os grupos económicos mais fortes têm interesse no investimento dos media regionais. Isso nós sabemos.

Aliás, não é por acaso que a maioria do capital do *Jornal do Fundão*, que é um título presidiadíssimo, já pertence, hoje, a um grupo económico multimédia, e quando o Sr Secretário de Estado diz que é inevitável que a imprensa regional funcione com regras em que o mercado tenha um papel determinante, está a reconhecer que a evolução que se verifica, em termos de mercado, é de os grupos multimédia poderem passar a controlar, dentro de algum tempo, a maioria da imprensa regional, asfixiando financeiramente os órgãos que não pertençam a esses grupos, isto é, que não sejam controlados por eles.

Essa é uma evolução que nos preocupa e gostaríamos que o Governo apresentasse medidas concretas para proteger a imprensa regional que resiste ainda à concentra-

ção, que é cada vez mais preocupante, dos órgãos de comunicação social

Vozes do PCP — Muito bem!

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Luís

O Sr. Carlos Luís (PS) — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Comunicação Social, como é do conhecimento de V. Ex.^a, certamente, na próxima segunda-feira vai ter lugar em Lisboa o primeiro Fórum da Comunicação Social para as Comunidades Portuguesas.

A primeira pergunta que formulo a V. Ex.^a é se a comunicação social vocacionada para as comunidades portuguesas irá continuar, ou não, com o porte pago

A segunda pergunta é se V. Ex.^a tem presente qual é, neste momento, o montante que o Governo gasta com o porte pago dos jornais para as comunidades portuguesas

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Macedo

O Sr. Miguel Macedo (PSD) — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Comunicação Social, só queria colocar-lhe duas questões complementares, anotando, em primeiro lugar, que o optimismo do Sr. Secretário de Estado começa a ser um hábito, nesta Casa

A verdade é que o Sr. Deputado António Filipe já teve oportunidade de apontar, aqui, algumas das incongruências e das mudanças políticas que se verificaram do anterior governo para este Governo, sem que, ao menos neste caso concreto, haja a justificação da mudança do titular ou do principal responsável pela área da comunicação social

O porte pago e a intenção que o Governo — basta recordar o debate e a intervenção que o Sr. Secretário de Estado fez aqui, na altura — tinha de «cortar» 10% em todos os valores do porte pago para todos os órgãos de comunicação social regional é apenas um dos exemplos, mas há mais exemplos que podem ser dados e que provam que, verdadeiramente, o Governo anda um pouco «às apalpadelas» em termos da política que deve prosseguir no domínio da comunicação social regional

Hoje, começo a ficar convencido que o Governo optou por fazer aquilo que sempre quis denunciar, ou seja, deixar que, a pouco e pouco, as empresas, sobretudo aquelas que são mais válidas, mais fortes e mais prestigiadas, sejam absorvidas por grupos multimédia e por grupos maiores na área da comunicação social, para depois vir dizer que já não se justifica, nessas circunstâncias, a manutenção do porte pago. Será essa a estratégia? Portanto, a estratégia é asfixiar lenta e progressivamente esses órgãos de comunicação

Ficamos à espera, Sr. Secretário de Estado, das suas intensas *démarches* com as associações do sector para sabermos, exactamente, qual vai ser o amplo consenso que vai resultar dessas *démarches*, mas, entretanto, queria fazer-lhe duas perguntas, sendo a primeira a seguir: o Sr. Secretário de Estado, quando iniciou funções no anterior governo, denunciou aquilo que entendia estar a ser um excesso para a comunicação social regional e que se tra-

duzia num conjunto de apoios, que eram designados por apoios à reconversão tecnológica

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente João Amaral

O Sr. Presidente — Sr. Deputado, tem de concluir.

O Orador — Vou terminar já, Sr. Presidente
Nessa altura, o Sr. Secretário de Estado entendia que parte dessas verbas, que eram verbas importantes, devia ser desviada para outros sectores, designadamente para as rádios locais

Aquilo que queria perguntar, em concreto, ao Sr. Secretário de Estado, neste momento, é qual é o resultado dessa política de quatro anos, que foi prosseguida no anterior governo, não deixando de anotar que os números que o Sr. Secretário de Estado deu para a distribuição da publicidade institucional, que só em Outubro, por protocolo, passou a ser feita através das associações do sector, registam um enormíssimo aumento justamente no ano em que houve eleições legislativas

Vozes do PSD — Muito bem!

O Sr. Presidente (João Amaral) — Tem a palavra o Sr. Deputado António Reis, para pedir esclarecimentos adicionais.

O Sr. António Reis (PS) — Sr. Presidente,

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP) — Sr. Presidente, era eu que devia estar no uso da palavra

O Sr. Presidente (João Amaral) — Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, peço desculpa, o erro foi meu.

Pode continuar, Sr. Deputado António Reis. Creio que o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo não se importa.

O Sr. António Reis (PS) — Sr. Presidente, não me importo de ceder a palavra, de imediato, ao Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP) — Não, Sr. Deputado, faça o favor de continuar

O Sr. António Reis (PS) — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Comunicação Social, o Sr. Deputado Miguel Macedo acabou de apresentar, aqui, uma visão verdadeiramente conspirativa da política do Governo para a revisão do sistema de porte pago, pretendendo que essa política se destina a favorecer uma concentração, verdadeiramente inadmissível, no sector.

Quero serenar o Sr. Deputado Miguel Macedo.,

O Sr. Miguel Macedo (PSD) — Já não consegue!

O Orador — ... pois não é essa, efectivamente, a política do Governo. A política do Governo visa, sim, a moralização da situação actualmente existente relativamente ao porte pago, moralização essa cuja necessidade, aliás, é reconhecida por uma boa parte da imprensa, sobretudo pela boa imprensa regional. Tanto assim é que, recentemente, foram apresentadas propostas à Secretaria de Estado da Comunicação Social, por parte das associações do sector,

que, pela primeira vez, reconhecem a necessidade de, em determinados casos, não haver comparticipação a 100% do porte pago. Isto parece-me ser a melhor prova de que, efectivamente, é necessário rever esse sistema.

Queria aproveitar esta ocasião para perguntar ao Sr. Secretário de Estado se não pensa que a revisão do sistema do porte pago deve não apenas constituir um factor preventivo, relativamente aos abusos que têm sido cometidos à luz do sistema actual, mas também um incentivo para que haja melhor imprensa regional, colocando-se determinadas condições, através do escalonamento dessa comparticipação, para que a imprensa regional reforce profissionalmente as suas redacções, cumpra um determinado número de critérios que possibilitem um melhor controlo do que é o objectivo do porte pago e possa também servir melhor os seus leitores.

O Sr. Presidente (João Amaral) — Tem a palavra, para pedir esclarecimentos adicionais, o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

Mais uma vez lhe peço desculpa pela alteração da ordem do seu pedido de esclarecimento.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado da Comunicação Social. Li com alguma atenção uma notícia do *Diário Económico*, de 22 de Abril, na qual vinham explicitados alguns dos fundamentos do Sr. Secretário de Estado a propósito da necessidade de redução do porte pago da imprensa regional.

De resto, estive recentemente com o Sr. Deputado António Reis num congresso patrocinado pela APIR (Associação Portuguesa de Imprensa Regional), em São Vicente, Estado de São Paulo, no Brasil, onde me apercebi da sensibilidade de cerca de 300 jornalistas da imprensa regional portuguesa. E todos eles convergiam no sentido claro da necessidade de se manter o porte pago na íntegra, o que já não acontecia quando se discutia a questão dos fundamentos que deveriam justificar o pagamento desse porte. Se todos estavam de acordo em que deveriam ser preenchidos certos requisitos para que o porte fosse pago na íntegra, o mesmo já não acontecia quanto à necessidade de esse pagamento ser feito indiscriminadamente.

De acordo com a notícia que referi, considera V. Ex.ª haver uma certa subsídio-dependência no pagamento integral indiscriminado do porte à imprensa regional. O que foi dito no congresso, por numerosos jornalistas, foi que seriam muitos os jornais locais a encerrar as suas portas caso houvesse uma redução, ainda que parcial, do porte pago, porque, por um lado, não têm capacidade para pagar a empresas de distribuição e, por outro, também não têm capacidade para pagar as despesas relativas a esse porte pago, e não têm publicidade que justifique outra coisa.

Todos sabemos da ligação muito estreita da imprensa regional às populações que serve. Todos sabemos que essa imprensa trata de assuntos específicos, que, de outra forma, nunca seriam tratados, desde o problema do pequeno campanário da igreja ao da misericórdia local ou ao da própria política local, e também todos sabemos da sua ligação muito estreita às próprias comunidades de emigrantes. Por tudo isto, todos sabemos que a imprensa regional presta, verdadeiramente, um serviço de interesse público,

e porque assim é justifica-se este incentivo do Estado prestado, nomeadamente, através do porte pago.

O Sr. Presidente (João Amaral) — Sr. Deputado, peço-lhe que conclua, pois já esgotou o tempo regimental.

O Orador — Terminei já, Sr. Presidente.

Assim, pergunto-lhe, Sr. Secretário de Estado se se considerar que o porte pago, tal como vem sendo prestado, traduz uma subsídio-dependência, o que dizer então dos incentivos dados pelo Estado à TAP e à CP, no montante de milhões de contos?

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — E à RTP!

O Orador — Ou à RTP e à RTP1?

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — À RTP1 não!

O Orador — Também à própria RTP1! O que dizer dos incentivos e apoios do Estado à RTP1?

O Sr. Presidente (João Amaral) — Sr. Deputado, peço-lhe que não entre em diálogo e que forneça a sua pergunta.

O Orador — Com certeza, Sr. Presidente.

Sr. Secretário de Estado, para terminar pergunto-lhe por que é que nestes casos da comunicação social, em que há uma grande repercussão da actividade do Estado, o Estado cede e presta todos os incentivos enquanto que no caso da imprensa regional o Estado, certamente porque não tem tanta repercussão, não cede?

E nos outros casos, CP, TAP, RTP, etc., também não haverá uma situação de subsídio-dependência que justificaria igual atitude do Governo?

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Sr. Presidente (João Amaral) — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Comunicação Social.

O Sr. Secretário de Estado da Comunicação Social — Sr. Presidente, Srs. Deputados, para esclarecer alguns eventuais mal-entendidos provocados pela má compreensão da minha primeira intervenção, devo dizer que o Governo vai procurar obter o máximo consenso possível com as associações do sector e a imprensa regional.

No entanto, tendo eu tido ocasião de fazer duas reuniões em cada um dos distritos do País com toda a imprensa regional e de receber variadíssimas vezes as diferentes associações do sector, tenho a noção clara de que a questão dos apoios do Estado à imprensa regional divide claramente a própria imprensa regional. Há quem seja partidário do porte pago a 100% e diga que, de outra forma, terá de fechar as portas — estes serão provavelmente os jornais com dificuldades e que, em muitos casos, não têm nem jornalistas nem assinantes —, e há quem me peça encarecidamente para que o Governo tenha finalmente a coragem de pôr cobro a uma forma de incentivo sem precedentes na Europa.

Aliás, Sr. Deputado António Filipe, muito me espanta que, tendo o seu partido recebido uma carta de um seu militante, director de um jornal regional, a defender o fim

do porte pago, o Sr Deputado tenha aqui essa posição tão fechada e tão conservadora em relação à necessidade da mudança

O Sr António Filipe (PCP) — Quem é?

O Orador — Dir-lhe-ei depois a que jornal e a que pessoa me refiro

O Sr António Filipe (PCP) — Estou curiosíssimo!

O Orador — De qualquer forma, quero dizer que procuraremos estabelecer o máximo consenso possível com as associações, em todo o caso, se for necessário fazer a mudança satisfazendo apenas alguns e não todos, fá-la-emos

O Governo é muitas vezes acusado de não fazer as reformas, mas temos a convicção de que quando as fazemos defrontamo-nos com obstáculos, com conservadorismos e uma estreiteza de vistos, muitas vezes até protagonizada muito mais pelos partidos da oposição do que pelos interessados no sector

O que eu disse, e reitero, é que todos os jornais deverão ter direito a uma percentagem a 100% do porte pago Para quê? Para o incentivo à leitura, para o envio às escolas, para a distribuição por entidades de solidariedade social, para a promoção de novas assinaturas, mas isto deverá ser a exceção e não a regra. A regra deverá ser um modelo mais próximo do modelo europeu Não é por acaso que Portugal é o País europeu com a imprensa regional mais fraca e é o único que tem, desde há 20 anos, um porte pago a 100% É indiscutível que esta ligação tem de ser feita, porque a relação entre o porte pago a 100% e a fragilidade da imprensa regional é, para qualquer estudioso do sector, absolutamente evidente

Em todo o caso, devo dizer que a comparticipação do Estado deve ser extremamente elevada Dou-lhes apenas um exemplo suponhamos – e desta forma acabo por desmentir uma notícia publicada no *Diário Económico*, que penso ter sido a que foi aqui citada – que o Estado comparticipará com 80% no porte pago Isto significa que um quinzenário, se não quiser ter qualquer prejuízo, deverá aumentar o preço da assinatura em 220\$/ano

Ora, para os jornais com assinantes, não há absolutamente qualquer problema, aliás, são estes que pedem para a situação mudar O problema é que, como todos sabemos, há nosso país milhares e milhares de exemplares de dois, três e quatro números da mesma edição distribuídos à mesma casa sem que seja paga qualquer assinatura Ou seja, alguma imprensa regional – felizmente que é cada vez menos e é a menos qualificada, a que tem menos futuro –, mesmo no quadro actual, não procura ter assinantes nem jornalistas, destina-se apenas a fazer uma tiragem artificial paga à custa do erário público e dos contribuintes e que é distribuída aos milhares, sem qualquer assinatura, sem qualquer retorno É a esta situação que importa pôr cobro para que haja uma concorrência leal entre as empresas e as máquinas de fazer dinheiro, porque, como todas as pessoas da imprensa regional sabem, elas existem! A meu ver, é esta situação que tem de ser modificada!

O Sr. António Filipe (PCP) — Nós sempre dissemos isso, o Governo é que não!

O Orador — Creio que existe a possibilidade de concretizarmos esta medida, porque muitos jornais e mesmo algumas associações terão a coragem de «pôr os pontos nos n» e de a apoiar

Sr Deputado António Filipe, aquando da minha primeira intervenção, tive ocasião de expor a V Ex^a e aos Deputados desta Câmara os apoios que o Estado tem dado e o que inovou nos últimos quatro anos E, dentro de algum tempo, terei certamente ocasião de expor os novos apoios que irão ser criados por forma a que algum do dinheiro mal gasto através do porte pago reverta para novas formas de incentivo que sejam um estímulo à qualidade, à concorrência e ao desempenho mais adequado da imprensa regional

O Sr António Filipe (PCP) — Ficamos à espera!

O Orador — Pode esperar, e verá que espera bem!

Sr Deputado Carlos Luís, não tenho memorizado o montante relativo à comunicação social para as comunidades, mas sei que a expedição do porte pago para o estrangeiro custa ao Estado cerca de 1,3 milhões de contos/ano De qualquer forma, creio que a pergunta versava sobre os jornais das comunidades para as comunidades E nesta matéria creio que o montante de porte pago ronda os 300 000 contos – e refiro-me apenas a dois jornais, se não estou em erro

Srs Deputados, penso ter respondido às perguntas que me dirigiram

O Sr Presidente (João Amaral) — Srs Deputados, passamos à pergunta seguinte, sobre a construção das escolas EB 2, 3 de Ermesinde e EB 3/S de Alfena, no concelho de Valongo, que será formulada pelo Sr Deputado Manuel Moreira e respondida pelo Sr Secretário de Estado da Administração Educativa

Tem a palavra, Sr Deputado Manuel Moreira

O Sr Manuel Moreira (PSD) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado da Administração Educativa, a Escola Secundária de Ermesinde está praticamente numa situação de ruptura pela sua sobrelotação com cerca de 2000 alunos, número que ultrapassa claramente a sua real capacidade Daí que se imponha, com urgência, a construção de uma nova escola EB 2, 3 na cidade de Ermesinde que resolva o problema da sobrelotação da sua escola secundária e a direccione exclusivamente para o ensino secundário

A Câmara Municipal de Valongo, como legítima representante e intérprete dos interesses das populações do concelho, já há muito manifestou a sua preocupação por esta grave situação, tendo alertado a Direcção Regional de Educação do Norte (DREN) para a mesma através de ofício de 8 de Julho de 1996, no qual solicitava a construção de um novo equipamento escolar, disponibilizando-se para colaborar na localização do terreno para o efeito

Em 11 de Setembro de 1996, o Sr Presidente da Câmara Municipal de Valongo, Dr Fernando Melo, reuniu com o Sr Ministro da Educação, ocasião em que abordou de novo esta questão, sensibilizando-o para a mesma e indicando-lhe um terreno de 21 300 m² para a construção da nova escola

A situação manteve-se inalterável e só em 21 de Dezembro de 1998 a DREN oficiou a Câmara Municipal de Valongo a solicitar-lhe a indicação de um terreno ou, even-

tualmente, mais do que um, para escolha, com área aproximada de 25 000 m² para a implementação da escola EB 2, 3 de Ermesinde A câmara municipal respondeu a esta solicitação em 15 de Janeiro de 1999, indicando três espaços possíveis para a localização da referida escola. Infelizmente, até à data a câmara municipal não obteve qualquer indicação da parte da DREN sobre o assunto, o que é completamente incompreensível.

Os órgãos autárquicos da freguesia de Ermesinde e o concelho executivo da escola secundária da cidade também já se manifestaram em sintonia com esta preocupação e com esta legítima e justa reivindicação da Câmara Municipal de Valongo, mas o problema continua a subsistir e a agravar-se sem solução a curto prazo.

No Orçamento do Estado, concretamente no PIDDAC para o corrente ano, encontra-se inscrita apenas uma verba simbólica de 1000 contos para a construção da escola EB 2, 3 da Palmilheira, em Ermesinde, de um investimento global de 456 000 contos, do que se conclui que a construção da escola continuará adiada.

Assim, pergunto para quando a escolha e aquisição do terreno que permita iniciar a construção da escola EB 2, 3 de Ermesinde, que tanta falta está a fazer aos alunos destes graus de ensino que ali vivem?

No que concerne à construção da escola EB 3/S de Alfena, também já tive a oportunidade de abordar aqui, em diversas oportunidades e de diferentes formas, a urgência da sua implementação, mas ainda não se vislumbra quando será desbloqueado o problema do terreno que permita o início da sua construção. E assim a população da freguesia e vila de Alfena, no concelho de Valongo, continuam, há anos, à espera de ver surgir uma escola EB 3/S na sua comunidade que sirva condignamente os jovens estudantes, evitando-se, deste modo, que eles continuem a ser obrigados a deslocarem-se para frequentar algumas escolas sobrelotadas das freguesias vizinhas.

Esta escola, apesar de já estar incluída no PIDDAC desde 1999, ainda não passou de uma mera intenção. A verba, para o efeito, inscrita no PIDDAC para 2000 é apenas de 5000 contos, dos 304 000 contos previstos para este ano no Orçamento do Estado para 1999, isto num investimento global de 475 000 contos, que é o custo necessário para a construção da referida escola.

Da análise destes números conclui-se facilmente que a implementação da escola continuará igualmente adiada. A Câmara Municipal de Valongo, profundamente preocupada com esta situação de adiamento permanente da construção da escola por falta de um terreno para o efeito, conseguiu, após apuradas negociações com entidades privadas, celebrar um protocolo com as mesmas para a cedência de um terreno de 20 400 m², informando deste facto imediatamente a DREN e colocando-o à sua disposição.

Posteriormente, deslocaram-se ao local técnicos da DREN para realizar a vistoria ao terreno que solicitaram à Câmara Municipal de Valongo elementos sobre outro terreno, onde, segundo eles, a localização da escola seria mais adequada e viável.

Foram-lhes enviados os elementos pretendidos com a anotação de que, se optassem por este novo local, a DREN teria de assumir os custos da aquisição do respectivo terreno. Infelizmente, o município de Valongo não obteve até ao momento mais qualquer informação sobre o processo.

A Junta de Freguesia de Alfena também tem acompanhado solidariamente a Câmara Municipal de Valongo,

exigindo, em nome da população da vila, a construção da escola.

Por tudo isto, pergunto qual o ponto da situação sobre o terreno para a localização da escola EB 3/S de Alfena e para quando o início da sua construção efectiva?

Aplausos do PSD

O Sr Presidente (João Amaral) — Para responder, tem a palavra o Sr Secretário de Estado da Administração Educativa

O Sr Secretário de Estado da Administração Educativa (Augusto Santos Silva) — Sr Presidente, Sr. Deputado Manuel Moreira, agradeço a pergunta que formulou e os termos factuais em que o fez, pois possibilita uma resposta nesses exactos termos.

Assim, com todo o gosto, informo a Câmara que, no que diz respeito à nova escola secundária de Alfena, estamos a partir para o processo de aprovação formal do terreno que foi indicado e disponibilizado pela Câmara Municipal de Valongo, gesto e iniciativa que me cumpre publicamente registar e agradecer. Para que esse processo prossiga, a Direcção Regional de Educação do Norte aguarda a comunicação por parte da câmara municipal das cotas altimétricas, isto é, há um conjunto de trabalhos que compete à câmara municipal desenvolver, com a projecção dos arruamentos previstos, etc., dos quais depende a aprovação formal do terreno por parte do Ministério da Educação.

Obtida essa aprovação, a sequência é a do costume, isto é, faz-se o projecto, lança-se o concurso, adjudica-se a obra. Os nossos prazos são os seguintes: contamos que a obra seja adjudicada ainda neste ano civil e que, portanto, a construção se faça em 2001 de modo a que a nova escola secundária com 3.º ciclo de Alfena possa entrar em parque em Setembro de 2001. É exactamente este processo que explica a dotação existente no PIDDAC para este ano para a escola de Alfena.

Entretanto, já em Setembro deste ano, a entrada em parque da nova escola EB 2/3 de Agrela, no concelho vizinho de Santo Tirso, permitirá libertar alguns dos alunos da actual Escola EB 2, 3 de Alfena.

No que diz respeito à nova escola básica de 2.º e 3.º ciclo de Ermesinde, o processo está mais atrasado e as condições são mais difíceis. É absolutamente essencial que a localização da escola se faça no núcleo urbano da cidade de Ermesinde, até porque já há suficientes exemplos, no próprio concelho de Valongo, de escolas que, por estarem descentradas do ponto de vista da sua localização geográfica, se encontram hoje abaixo da sua capacidade.

Portanto, a colaboração da Câmara Municipal de Valongo é e tem sido indispensável neste processo.

Em 1998, a câmara municipal teve oportunidade de indicar um terreno, a Direcção Regional de Educação do Norte concordou com ele, procedeu ao estudo da implantação da escola nesse local, mas a Comissão de Coordenação da Região Norte não aprovou o terreno por ele não respeitar o PDM do concelho. Por quê? Porque se encontrava em área de reserva florestal.

Os dois outros terrenos indicados são também da área de reserva florestal.

O Sr Artur Penedos (PS) — Ora ai tem a resposta!

O Orador. — e não se vê outra hipótese, dadas as características da cidade de Ermesinde, que não seja o uso de terrenos da área de reserva florestal. Mas isto obriga a uma revisão do PDM e ao pedido formal de libertação desses terrenos da área de reserva florestal, medidas que são da competência da Câmara Municipal de Valongo e não do Ministério da Educação. Nestas diligências, que são indispensáveis para que o terreno fique disponibilizado, o Ministério da Educação não pode substituir-se à câmara municipal. No entanto, só depois do terreno disponibilizado se poderá proceder, continuando a estreita colaboração que tem havido entre o Ministério da Educação e as câmaras municipais, o que há vários anos é timbre da actuação dos sucessivos governos em matéria de construções escolares, à análise cuidada dos custos desse terreno e ao entendimento entre a autarquia e o Ministério da Educação no sentido de tornar possível a construção da escola.

Portanto, a única coisa que está a obstar o início da construção da nova Escola EB 2. 3 de Ermesinde é a disponibilidade de um terreno, mas nas condições legais

O Sr. Artur Penedos (PS) — E é uma câmara do seu partido¹

O Sr. Presidente (João Amaral) — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos adicionais, os Srs Deputados Manuel Moreira, Pedro Mota Soares, Afonso Lobão e Honório Novo

Tem a palavra o Sr Deputado Manuel Moreira, a quem peço contenção no tempo, porque, há pouco, excedeu-o largamente

O Sr. Manuel Moreira (PSD) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado da Administração Educativa, agradeço, desde já, as respostas que me deu, mas, para além de não terem sido satisfatórias, não foram suficientes e completas

Em relação à escola secundária de Alfena, já há muito que a câmara municipal indicou o terreno à DREN, mas os técnicos desta, como já referi, quando se deslocaram a esse mesmo terreno, consideraram a existência de um outro terreno que, pelos vistos, seria mais adequado e viável para a implementação da escola e pediram elementos sobre o mesmo. A câmara municipal respondeu de imediato, dando os elementos necessários, mas até hoje não obteve qualquer resposta.

Então, se realmente a sua resposta é rigorosa, espero que o Governo e a DREN já tenham adoptado o terreno inicialmente indicado pela câmara municipal e que, rapidamente, se possa desbloquear a situação para que se lance o concurso para a adjudicação da construção desta escola, pois ela é muito necessária e a população há muito que a espera.

Quanto à escola de Ermesinde, penso que o Sr Secretário de Estado não está devidamente informado pela DREN. É que, também em 19 de Abril, a câmara municipal comunicou à DREN que, em relação a um dos terrenos que estava de facto situado na área florestal, estava disponível para fazer uma alteração ao PDM, retirando-o dessa área e classificando-o como zona de equipamento. E por isso há, à partida, disponibilidade da câmara municipal para encontrar a solução, mas a verdade é que a câmara não obteve até ao momento qualquer resposta da DREN. Daí continuarmos à espera que o assunto seja desbloqueado.

Por outro lado, como sabe, ainda recentemente, mais exactamente antes das férias da Páscoa, os alunos fecharam a escola de Ermesinde a cadeado por nela não haver condições para as aulas continuarem.

Consequentemente, é necessário desbloquear esta questão de uma vez por todas e tornar a construção da nova escola EB 2.3 de Ermesinde uma realidade.

O Sr Presidente (João Amaral) — Tem a palavra o Sr Deputado Pedro Mota Soares

O Sr Pedro Mota Soares (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado da Reforma Educativa, o assunto que hoje estamos aqui a discutir e que incide, especificamente, sobre o concelho de Valongo, é, infelizmente, uma realidade que se passa em muitas escolas das áreas metropolitanas, nomeadamente nas de Lisboa e do Porto, sobretudo no que respeita à sobrelocação das salas de aula. Esta realidade é-nos dada por um sem número de indicadores. E há de facto um número limite a partir do qual é muito difícil, torna-se quase impossível, leccionar em condições, para que quem ensina possa ensinar e quem aprende possa aprender. E, a meu ver, este problema coloca-se de uma forma muito acutilante nas escolas que hoje estamos aqui a discutir.

Ouvi muito atentamente a sua primeira intervenção, Sr Secretário de Estado, e confesso que fiquei muito contente com o que nos disse acerca da nova escola de Alfena, que há um prazo muito específico para a nova escola abrir — esperamos que esse prazo seja cumprido. E da mesma forma que fiquei contente, deixe-me dizer-lhe, também fiquei muito desiludido pelo cruzar de braços do Governo, foi o que me pareceu, acerca da nova escola EB 2.3 de Ermesinde. Infelizmente, Sr Secretário de Estado, o que vislumbrei na sua intervenção foi, de facto, um cruzar de braços. Parece que o Governo, neste caso o Ministério da Educação, se deixou soterrar por um conjunto de circunstâncias que não pode alterar.

Sr Secretário de Estado, de um governo espera-se mais do que isso, espera-se que o governo possa ter capacidade de acção para alterar um conjunto de circunstâncias fundamentais. O fundamental para os pais e alunos deste concelho é poderem ter uma escola nova, porque, infelizmente, na actual escola de Ermesinde, tal como está, não é possível leccionar nem aprender em condições satisfatórias.

Por isso mesmo, o que peço, Sr Secretário de Estado, é que consiga dizer a esta Câmara e, através dela, ao País e muito especificamente às populações daquele concelho, quando é que, finalmente, teremos uma escola nova.

O Sr Presidente (João Amaral) — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Lobão

O Sr Afonso Lobão (PS) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado da Administração Educativa, conheço bem a situação hoje aqui levantada pelo Sr Deputado Manuel Moreira, pois já se arrasta há longos anos. Mas fiquei contente com a informação dada pelo Sr. Secretário de Estado acerca da resolução do problema da escola de Alfena e com a disponibilidade manifestada pelo Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Alfena em resolver um problema que poderia ter sido poupadão aos pais, alunos e professores se a mesma disponibilidade tivesse ocorrido há

um ano atrás E recordo-lhe, Sr Deputado Manuel Moreira, que o PIDDAC para 1999 previa uma verba que hoje possibilitaria já o funcionamento da escola básica de Alfena No entanto, preferiu-se mediatizar o assunto, preferiu-se ignorar o esforço e as diligências da DREN, no sentido de estabelecer parceria com a câmara municipal, em nome da partidarização de um assunto que era preferível ter sido ultrapassado

O Sr Manuel Moreira (PSD) — Isso não é verdade!

O Orador — Felizmente, o assunto de Alfena está superado Parabéns ao Governo, parabéns à Junta de Freguesia de Alfena por terem conseguido encontrar uma solução para o problema

Quanto à situação que se verifica na cidade de Ermesinde, vamos ser claros O Sr Deputado conhece bem a razão que levou ao não arranque da construção da escola de Ermesinde, sabe bem que ela reside no facto de o PDM do concelho de Valongo conter, à partida, erros na sua elaboração que urge corrigir Daí que o terreno disponibilizado pela câmara municipal só possa ser aceite se houver uma revisão desse PDM, que todos reconhecemos estar mal elaborado, pois não previu equipamentos em Ermesinde

O Sr Manuel Moreira (PSD) — A câmara municipal já se disponibilizou para alterar!

O Sr Presidente (João Amaral) — Sr Deputado, faça favor de terminar

O Orador — Terminei já, Sr Presidente
Portanto, é necessário rever o PDM, situação que leva, seguramente, um ano

Para terminar, pergunto-lhe, Sr Secretário de Estado sendo certo que é possível, na Área Metropolitana do Porto — e basta olhar para o PIDDAC para 2000 —, estabelecer parcerias com seis dos seus concelhos para reconstruir ou criar novas escolas, o que, na sua opinião, impede o arranque da construção da escola secundária de Ermesinde, uma cidade em grande crescimento?

O Sr Presidente (João Amaral) — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr Deputado Honório Novo

O Sr Honório Novo (PCP) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado da Administração Educativa, registámos os compromissos públicos, em termos de prazos, que o Sr Secretário de Estado acaba de referir em relação à construção da escola de Alfena Esperamos que eles venham a ser cumpridos e aqui estaremos para o verificar

O problema da escola EB 2, 3 de Ermesinde tem anos e resulta do facto de a escola ter sido mal construída em termos de dimensionamento, pois hoje tem 2500 alunos quando deveria ter apenas 1500 e tem todas as turmas com mais de 30 alunos Os alunos de Ermesinde são enviados para escolas da Maia, para escolas do Porto, ou seja, para longe das suas famílias É, portanto, uma situação que podia e devia estar já resolvida No entanto, o que me parece é que, quer por parte da câmara municipal, quer por parte do Governo, tem sido dado privilégio à guerra

político-partidário, desprezando-se o contributo eficaz e consensual para a resolução deste problema

Trata-se da revisão do PDM — é verdade, é uma componente —, mas trata-se também de uma outra que é caracterizada por uma posição, porventura questionável, da DREN Está em causa um terreno que, incontornavelmente, vai ser urbano, de grande valorização, e o Sr Secretário de Estado sabe tão bem como eu que a DREN coloca-se na posição de exigir que a compra desse terreno seja feita à custa da câmara municipal

Pergunto face às condições objectivas, está o Governo disposto a colaborar na aquisição desse terreno, uma vez alterado o PDM? Porque senão, meus caros colegas e Sr Secretário de Estado, a saga desta escola vai continuar, ou seja, a resolução do problema para as famílias de Ermesinde vai continuar a ser adiada, por responsabilidade, partilhada, da câmara municipal e do Governo

Esta é a verdade a que não podemos fugir privilegiarmos as guerras político-partidárias e desprezarmos os interesses das populações

O Sr Presidente (João Amaral) — Para responder, tem a palavra o Sr Secretário de Estado da Administração Educativa

O Sr Secretário de Estado da Administração Educativa — Sr Presidente e Srs Deputados, agradeço os vossos comentários e vou tentar prestar os esclarecimentos devidos, assinalando contudo que — e esta é a vantagem deste tipo de sessões —, julgo eu, terão já havido avanços no processo, tendo em conta os esclarecimentos prestados pelo Sr Deputado Manuel Moreira em nome da câmara municipal e os que eu próprio tive oportunidade de prestar em nome do Ministério da Educação, que agora teremos de confirmar formalmente

Quanto às indicações dos dois terrenos para a construção da escola de Alfena, gostaria de esclarecer que foi indicado um terreno, que eu próprio visitei, como me compete nestas circunstâncias, cuja localização é um pouco excêntrica em relação à principal malha urbana da freguesia A DREN, tendo comunicado a preferência, como óptimo, por um outro terreno, aceitou a razoabilidade da localização do terreno indicado, pelo que não há aí qualquer problema.

Neste momento, a questão está meramente no seu registo técnico, e, insisto, cotas altimétricas comunicadas pela câmara municipal à DREN significam estudo de projecto, lançamento de concurso e adjudicação da obra E se isto correr assim, contamos que a obra seja adjudicada ainda este ano, que possa ser construída ao longo do próximo ano e entrar em parque em Setembro de 2001.

No que diz respeito ao terreno para a construção da escola de Ermesinde, a questão, como referi, é bem mais difícil Assim sendo, gostaria apenas de referir que, tendo em conta que a situação de carência em todo o concelho de Valongo e, especialmente, nas freguesias de Ermesinde e Alfena é conhecida de todos, agora é preciso proceder aos passos necessários para assegurar a disponibilidade do terreno. É a única coisa de que depende o inicio da construção da nova escola E essa disponibilidade do terreno passa não só por iniciativas do Ministério da Educação mas também, incontornavelmente, pela iniciativa da câmara municipal nas suas competências próprias, designadamente na revisão do PDM e do pedido de libertação dos terrenos para equipamentos Há aqui, evidentemente, uma ques-

tão de planeamento urbano pela qual o Ministério da Educação não pode ser responsabilizado

Agradeço também os comentários do Sr. Deputado Pedro Mota Soares que foram feitos em dois planos num mais geral e noutro mais específico. No plano mais geral, devo dizer que tem havido um esforço muito importante e sem paralelo nos anos anteriores de governação do País no sentido de melhorar o parque escolar, justamente para criar condições que, como todos sabemos, são favoráveis à qualidade das aprendizagens e ao sucesso educativo que é o objectivo que nos move a todos.

Assim, recordo que 140 milhões de contos foram investidos entre 1996 e 1999 em instalações escolares e que 40 milhões de contos estão previstos para construções escolares no inicio deste ano. Isto significou, no XIII Governo, a criação de 102 novas escolas, a ampliação de outras 62, 69 substituições e 151 pavilhões desportivos. Claro que a situação era, a bem dizer, calamitosa, pelo que demorará ainda muito tempo a recuperar as condições do parque escolar. E a provisão de instalações e de escolas em condições adequadas em todo os concelhos e para o serviço de todas as populações ainda demorará alguns anos, mas estamos todos a trabalhar para isso. câmaras municipais, Ministério da Educação, Parlamento, todos os factores que aqui importa relevar.

Como é evidente, a posição do Governo não é a de «cruzar os braços». Contudo, há uma coisa que não podemos esquecer: os terrenos não se inventam nem se decreta a sua existência, os terrenos identificam-se, procuram-se, assegura-se a sua disponibilidade, as suas condições e a sua localização. E é neste processo, que não é um processo de guerra político-partidária mas, sim, de colaboração institucional no corpo do mesmo Estado entre o Ministério da Educação e uma câmara municipal, que existe uma colaboração que até agora tem dado frutos e que, estou certo, continuará dará.

É justamente no espírito dessa parceria que a resposta ao Sr. Deputado Afonso Lobão pode ser dada. Estou certo que os desenvolvimentos progressivos na consolidação na Área Metropolitana do Porto servirão também os fins de uma programação mais racional da rede escolar que serve essa área.

Agradeço também os esclarecimentos do Sr. Deputado Honório Novo, gostaria, contudo, de esclarecer que a capacidade da Escola Secundária de Ermesinde, que está hoje em sobrelocação, é de 1500 alunos em regime diurno, o qual tem, neste momento, 1800 alunos, sendo, portanto, o excesso de capacidade de 20%. No entanto, já houve anos em que o excesso de capacidade era duas ou três vezes mais a capacidade das escolas. O número médio de alunos por turma nesta escola secundária, apesar de sobrelojada, insisto, não é acima dos 30, é de 27 alunos por turma. Tenhamos em conta os reais contornos do problema.

O Sr. Honório Novo (PCP) — Sr. Secretário de Estado, vão todos para a Maia e para o Porto! Já sabemos!

O Orador — Sr. Deputado, a única coisa que disse é que, do ponto de vista factual, não é verdadeira a sua afirmação de que na Escola Secundária de Ermesinde todas as turmas têm mais de 30 alunos. A essa informação contraponto a minha, segundo a qual o número médio de alunos por turma nesta escola é 27. São factos confirmáveis. É a única coisa que digo.

A disponibilidade de terrenos tem de ser vista passo a passo e etapa a etapa. Estamos, hoje, na etapa de identificar terrenos em condições para a construção da escola. O custo do terreno e a continuidade da colaboração entre Governo e câmara municipal no assegurar da disponibilização efectiva desse terreno são questões posteriores, para as quais o Governo também está disponível. Mas, primeiro, vamos ver quais são os terrenos e se eles estão disponíveis — disponíveis não nas notícias dos jornais mas em termos legais, que todos devemos respeitar — e só depois passaremos ao passo seguinte, sempre em função desta colaboração, entre Governo e câmaras municipais, que tem pautado, desde 1987, as construções escolares.

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr. Presidente (João Amaral). — Srs. Deputados, antes de passarmos à pergunta seguinte, sobre as provas de aferição no ensino básico, que vai ser formulada pela Sr.ª Deputada Ana Narciso e respondida pelo Sr. Secretário de Estado da Administração Educativa, peço aos Srs. Deputados, dado o adiantado da hora, que cumpramos estritamente os tempos regimentais, sob pena de sairmos daqui a horas completamente desajustadas.

Por outro lado, vou fixar a regra de só haver uma pergunta por partido, porque senão também não haverá qualquer possibilidade para, depois, se introduzir uma regulação aceitável deste debate.

O Sr. Artur Penedos (PS) — Tem todo o nosso apoio, Sr. Presidente!

O Sr. Presidente (João Amaral) — Para formular a pergunta, tem a palavra a Sr.ª Deputada Ana Narciso.

A Sr.ª Ana Narciso (PSD) — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Administração Educativa, o Ministério da Educação está a introduzir factores de perturbação no sistema, e espero ter oportunidade para, ao longo da minha intervenção, dar alguns exemplos desta instabilidade.

Dizia mesmo que o Ministério da Educação é responsável pela instabilidade no sistema educativo de que é prova a contestação que ainda ontem observámos em todo o País, de professores, alunos e encarregados de educação. Todos juntos numa contestação serrada ao Ministério da Educação.

É óbvio que o experimentalismo a que estamos a assistir denota que o Ministério da Educação tem hesitações e não sabe exactamente o que quer nesta matéria.

Vou dar-lhe alguns exemplos disto. Um deles é a reforma, de certa forma profunda mas mal planeada, do ensino secundário, em que o acompanhamento e a explicitação não estão claros, dai a contestação a que estamos a assistir.

Mas a minha pergunta hoje é sobre as provas de aferição do 4º ano de escolaridade. E aqui foi introduzido novamente um factor de perturbação que está a suscitar, e, com certeza, concordará comigo, imensa angústia e ansiedade quer a professores quer a alunos — estamos a falar de crianças com 9 ou 10 anos de idade e não de alunos do ensino secundário ou universitário. Mas parece-me que foram imitar regras dos exames destes alunos para

as aplicarem às escolas do 1º ciclo e a crianças de 9 ou 10 anos de idade. E isto é muito importante.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

A Oradora — Mais, esta ansiedade, falta de clarificação e hesitação é notória nos documentos que têm vindo a chegar às escolas. Lembro que o Despacho nº 5437/2000 diz claramente que todos os alunos matriculados no 4º ano de escolaridade devem fazer provas de língua portuguesa e matemática, mas, depois, as informações que chegam aos professores dizem exactamente o contrário, ou seja, que os alunos com currículos alternativos não contam.

Pergunto então, em que ficamos? E estes alunos que estão em currículos alternativos ou com dificuldades não contam para aferir o sistema?

Sr Secretário de Estado, não entendo, porque se há problemas que, de facto, precisam de ser aferidos e há a necessidade de propor medidas para os resolver são exactamente os que dizem respeito a estes alunos. Não são os alunos médios e os alunos bons que fazem problemas nas escolas, são exactamente estes! E os professores, ao verem isto escrito claramente, sentem que quem vai ser avaluado são os professores.

Afinal, as medidas a propor são para professores, são para alunos ou para o sistema? Sr Secretário de Estado, isto está a provocar uma grande ansiedade.

O Sr Presidente (João Amaral) — Srª Deputada, peço-lhe que conclua.

A Oradora — E o facto de avançar com esta medida, acabaram as escolas, acabou tudo, os alunos só fazem duas coisas. Sr Secretário de Estado língua portuguesa e matemática. Os projectos acabaram!

Aplausos do PSD e do CDS-PP

O Sr Presidente (João Amaral) — Para responder, tem a palavra o Sr Secretário de Estado da Administração Educativa.

O Sr Secretário de Estado da Administração Educativa — Sr Presidente, Srª Deputada Ana Narciso, devo dizer que a realização das provas de aferição significa o cumprimento do disposto no Despacho Normativo 98-A/92 – na altura, era Ministro da Educação o Engenheiro Couto dos Santos, era Secretário de Estado o Dr Joaquim Azevedo e era Primeiro-Ministro o Professor Cavaco Silva.

A Srª Manuela Ferreira Leite (PSD) — Isso não está em causa!

O Orador — As provas de aferição constituem uma das provas de avaliação das aprendizagens e de informação sobre as qualidades do sistema que se trata agora de implementar. Assim sendo, não depreendo nem deduzo da pergunta, embora ela não me pareça equivoca em alguma circunstância, que a Srª Deputada esteja contra a realização de provas de aferição nos 4º, 6º e 9º anos de escolaridade.

A finalidade das provas também é clara, não é proceder à avaliação sumativa dos alunos nem fazer depender a

progressão escolar dos alunos dos resultados obtidos. Também não é proceder à avaliação nominal da qualidade do trabalho dos professores. seria, aliás, muito discutível que se pudesse fazer isso através dos resultados escolares.

O Sr Rosado Fernandes (CDS-PP) — Então serve para quê?

O Orador — A finalidade das provas de aferição é produzir informação relevante sobre a qualidade das aprendizagens, informação relevante para o Ministério da Educação enquanto entidade reguladora do sistema educativo como um todo e informação relevante para cada uma das escolas enquanto instrumento de gestão dos seus programas, de produção dos seus materiais educativos de concepção e da prática das suas estratégias pedagógicas. E por isso, das provas de aferição, não resulta qualquer identificação de alunos, qualquer identificação de classificações por alunos, tanto assim é que elas são realizadas nos dias 24 e 26 de Maio e os seus resultados só são comunicados às escolas no ano lectivo seguinte, e, como é evidente, não são individualizados por alunos, nem por professores, nem por turmas. Os resultados das provas de aferição constituem, isso sim, a informação que o sistema precisa, que todos precisamos, e pensamos que todos concordam em que representa um elemento decisivo para a aferição, como o nome indica, da qualidade das aprendizagens, logo do produto que o sistema educativo vai elaborando «Produto» não no sentido economicista mas no sentido neutro da palavra.

Portanto, as provas não estão a ser mal planeadas e não estão a despertar ansiedade, exactamente porque as regras são claras. Contudo, como é o primeiro ano de realização de provas de aferição, haverá, evidentemente,

O Sr Presidente (João Amaral) — Sr Secretário de Estado, tem de concluir.

O Orador — Sr Presidente, vou já concluir.

Como eu estava a dizer, como é o primeiro ano de realização de provas de aferição, haverá, evidentemente, todo um cuidado na sua execução e lições a tirar do ponto de vista da sua realização.

Os currículos alternativos são uma medida limite de combate ao abandono e à exclusão escolar, que é residual no caso do ensino de 1º ciclo. Mas comprehendo que currículos alternativos, que possam implicar, portanto, uma formatação curricular diferente daquela em que a língua portuguesa e a matemática são expressões cruciais, não possam ser objecto de provas de avaliação que estão formatadas e organizadas por referência a essa matriz curricular normal.

O Sr Presidente (João Amaral) — Inscreveram-se para pedir esclarecimentos adicionais os Srs Deputados Ana Narciso, Luísa Mesquita e Rosado Fernandes.

Tem a palavra a Srª Deputada Ana Narciso.

A Srª Ana Narciso (PSD) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado da Administração Educativa, parece-me que não conseguiu responder exactamente à questão que coloquei que foi a de saber para que serve a avaliação. Então, é para avaliar as escolas? Será que, depois, os resultados vão ser sobre as escolas? Não sei exactamente para que serve a avaliação. Se calhar, é para os cágados.

para que serve a avaliação. Se calhar, é para os cágados que aparecem no texto da prova-modelo do Ministério...! Vamos avaliar o quê, exactamente?

É que, ao contrário do que disse o Sr. Secretário de Estado — e permito-me discordar de si completamente —, não é residual o número de casos de insucesso escolar em relação aos alunos de currículos alternativos e com dificuldades de aprendizagem. Este número não é assim tão insignificante e tais alunos são dispensados da avaliação, tal como é dito claramente pelo Ministério. Assim, gostaria de saber como é que justifica isto, já que é precisamente aí que residem os problemas. Tais alunos vão aprender o quê?

O Sr Presidente (João Amaral) — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Luisa Mesquita

A Sr.^a Luisa Mesquita (PCP). — Sr Presidente, Sr. Secretário de Estado, penso que já todos nos habituámos a que, neste país, em fins de Abril, inícios de Maio, os nossos alunos são confrontados, dia e noite, todos os dias, todas as semanas, até ao termo do ano lectivo, com processos de avaliação. Não descansam. Em determinada altura, isto acontecia em relação aos 10.^º, 11.^º e 12.^º anos e, agora, já se aplica aos quatro primeiros anos de escolaridade e, qualquer dia, chegaremos de certeza à avaliação no ensino pré-escolar.

O Sr. Secretário de Estado da Administração Educativa — Aos quatro primeiros anos!

A Oradora. — Sr Secretário de Estado, não fique tão espantado com o que digo, porque fazer-se avaliação aferida no 4.^º ano de escolaridade implica, como é óbvio, avaliar as aprendizagens dos 1.^º, 2.^º, 3.^º e 4.^º anos. Qualquer corrente da pedagogia, por mais leviana e simplista que seja, remete para esta realidade!

O Sr Secretário de Estado começou por dizer que a avaliação aferida era «filha» do Partido Social Democrata, mas concluímos que o Partido Socialista a «adoptou» por inteiro! Ao fazê-lo, compaginou-a e criou um conjunto de regras, cujo texto tenho comigo, das quais me limitarei a citar dois ou três exemplos que demonstram a falta de profundidade, de seriedade, com que se fazem as avaliações neste país, concretamente no sistema educativo, e demonstram algo muito mais grave ainda que é o facto de nunca se saber muito bem quem estamos a avaliar.

Aliás, é clara a questão que foi colocada, a este propósito, pela Sr.^a Deputada do Partido Social Democrata. Neste momento, os professores não sabem se o que está a ser avaliado são eles próprios, ou o sistema, ou os alunos. Mas o que os professores sabem é que, relativamente a esta avaliação aferida do 4.^º ano de escolaridade, deixaram de ser considerados professores, passaram a ser «aplicadores» e tanto assim é que foi-lhes distribuído um livrinho intitulado *O Manual do Aplicador*, ao longo do qual não há qualquer menção a «professores». Ora, Sr. Secretário de Estado, todos os pais e todas as mães deste país estão convencidos que quando os seus filhos vão para a escola é para contactarem com professores!

Como eu disse, tenho comigo o texto de um conjunto de normas relativas às provas de avaliação, que não lerei por falta de tempo, mas que estipulam que o professor deverá ter um relógio na sala de aula para controlar o tempo e que, à saída, quando acabar a prova de aferição, o pro-

fessor deverá dizer: «Os meninos podem sair. Muito obrigado, ...», ou «Muito obrigada, ...» — conforme o género — «... pela vossa colaboração.»; ou, então, «Os meninos podem entrar.», «Os meninos podem sentar-se», ou, ainda, «Pegue na prova. , volte a prova .., pode entregar-me a prova.. » É ridículo, Sr. Secretário de Estado!

Estamos a falar de professores, de quadros qualificados, e isto é feito para um conjunto de gente, não se sabe muito bem quem; não serão seres humanos com toda a certeza!

Vozes do PCP — Muito bem!

O Sr Rosado Fernandes (CDS-PP) — Tem toda a razão!

O Sr Presidente (João Amaral) — Tem a palavra o Sr Deputado Rosado Fernandes, igualmente para pedir esclarecimentos adicionais.

O Sr. Rosado Fernandes (CDS-PP). — Sr Presidente, Sr. Secretário de Estado, lamento que seja a vítima a imolar aqui, porque, certamente, não é o senhor o culpado disto. Acho que a Dr.^a Ana Benavente é que deve ser a principal culpada destas ideias brilhantes que, hoje, aqui nos são apresentadas

Risos do CDS-PP e PSD.

A verdade é que esta avaliação/aferição cria logo um *status ambiguitatis*, como o meu amigo sabe, cria a confusão. Ninguém sabe o que é, nem professores, nem alunos, nem famílias!

Especializados agora num *blitzkrieg* que não sabem levar até ao fim com sucesso, é evidente que vão sofrer uma contestação e vão, naturalmente, causar angústia

Imagine que a aferição não tem qualquer papel relativamente à avaliação sumativa — eu não sei o que isto é . mas não será uma soma de notas?!

Risos.

... e à progressão escolar dos alunos!

Risos.

Depois, há uma prova «maravilhosa» de matemática em que, pelo telefone, o aluno tem de explicar o que é um rectângulo, sem empregar as palavras «rectângulo» ou «retangular»! Sr Secretário de Estado, tente fazer esse exercício! Verá como se vê «à rasca». !

Risos do CDS-PP, do PSD, do PCP, de Os Verdes e do BE

Na prova de português, aparece um texto que começa assim: «Era uma vez três cágados. (...)». Lá para o fim da história dos cágados, um pouco chata e lenta, pode ler-se. «(...) Sete meses depois, chegaram a casa. O pai olhou para o calendário, fez várias contas de cabeça e decidiu, depois de regressarem à rua:

— Estamos atrasadíssimos. A única solução é metermos num táxi.

E o cágado pai, num gesto decidido, mandou parar uma tartaruga livre que ia a passar» Não era já uma «tartaruga

livre» mas uma «tortuga libre», porque seriam já os espanhóis a invadir o nosso mercado!

É que não dúvida alguma de que eu, que não sou «cágado», vou terminar a tempo, mas os senhores, que são «cágados», o que confirmará qualquer pequeno de 9 anos que seja do reviralho e não «situacionista». Os senhores são «cágados» e o vosso retrato é este maldito texto que impingem aos nossos estudantes, para os estropiarem ainda mais do que já estão!

Aplausos do CDS-PP

O Sr Presidente (João Amaral) — Tem a palavra a Sr^a Deputada Rosalina Martins, para pedir esclarecimentos adicionais

A Sr^a Rosalina Martins (PS) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado da Administração Educativa, saindo deste contexto anedótico das histórias das criancinhas que o Sr Deputado Rosado Fernandes aqui enunciou,

O Sr Pedro Mota Soares (CDS-PP) — É da prova de aferição!

A Oradora — Que eu saiba, o Ministério da Educação não divulgou qualquer prova-modelo, apenas divulgou instruções específicas relativamente às disciplinas de português e de matemática.

A Sr^a Ana Narciso (PSD): — Não, não!

O Sr Pedro Mota Soares (CDS-PP). — Tem aqui o texto!

A Oradora — Mas eu gostava de contextualizar esta questão das provas de aferição num âmbito um pouco mais alargado, uma vez que apenas estamos a falar sobre o 1º ciclo, mas as provas de aferição integram-se no contexto global de reforma do ensino básico

Esta reforma do ensino básico assenta em quatro componentes fundamentais, entre as quais uma, há vários anos reclamada por muitos dos partidos políticos, que é a questão do estudo acompanhado, precisamente para ajudar os jovens com dificuldades de aprendizagem. Esta não é uma experiência que esteja a nascer por acaso. Iniciou-se em 10 escolas, seguidamente, passou a ser aplicada em 32 e, neste momento, está a ser testada em 93 escolas.

Portanto, a revisão curricular não é um «sonho cor-de-rosa» deste Governo do Partido Socialista, é um projecto que tem vindo a ser consolidado e experimentado.

Posto isto, pergunto ao Sr Secretário de Estado, muito concretamente, quais são os mecanismos que o Ministério da Educação prevê para, no contexto dos resultados destas provas de aferição, fazê-los chegar à respectiva escola, de forma a que, posteriormente e em função dos resultados obtidos, esta última possa direcionar estratégicamente as suas formas de implementação das aprendizagens, a fim de, com o empenhamento da comunidade educativa e através desta avaliação externa, conseguirmos um ensino com cada vez maior qualidade?

O Sr Presidente (João Amaral). — Tem a palavra o Sr Secretário de Estado da Administração Educativa, para responder.

O Sr Secretário de Estado da Administração Educativa — Sr Presidente, começo por agradecer as questões que me foram colocadas, tanto pelas Sr^{as} Deputadas como pelos Srs Deputados, sobre as quais permitir-me-ei fazer várias observações.

Em primeiro lugar, creio que o que coloquei como hipótese na minha resposta inicial tenho de dar como verificado agora a Sr^a Deputada Ana Narciso desconhece a finalidade das provas de aferição, caso contrário, não perguntaria para que servem as mesmas.

A Sr^a Ana Narciso (PSD) — Não desconheço, não!

Vozes do CDS-PP — Ninguém percebe!

O Orador — As provas de aferição são realizadas para recolher informação sobre a qualidade das aprendizagens que se desenvolvem no sistema, não têm qualquer influência sobre as classificações e a progressão escolar dos alunos que as realizam e é por isso que não são provas de avaliação sumativa, ou, se preferirem, provas de avaliação no sentido estrito da palavra. Também não são provas de avaliação dos professores, são provas de avaliação comparada dos resultados das aprendizagens que se vão obtendo ao longo do sistema, no sistema educativo, e, portanto, têm duas finalidades principais. A primeira finalidade é a de todos dispormos de informação, que será divulgada a nível nacional, que permite a cada um de nós identificar em cada momento o que sejam os pontos fortes e os pontos fracos das aprendizagens que se desenvolvem no nosso sistema educativo. A segunda finalidade, no centro da prática pedagógica, é a de, em cada escola, como instituição educativa, autónoma e própria, disporem os professores dos resultados que lhes permitem, também, identificar pontos fortes e pontos fracos das aprendizagens que são realizadas nessas escolas e dos quais retiram instrumentos que são indispensáveis para a gestão pedagógica.

Portanto, são indispensáveis para a realização e execução de programas, para o desenvolvimento de estratégias, para a produção de materiais educativos, para o acompanhamento dos alunos. Trata-se, pois, de instrumentos de que o sistema dispõe para monitorizar e melhorar a qualidade das aprendizagens que se realizam.

Penso que é importante falarmos claro a este propósito.

Há correntes de opinião que defendem que não deve haver qualquer espécie de prova a nível nacional a que devam ser sujeitas as crianças do ensino básico. Há correntes de opinião que defendem que, logo no 4º ano de escolaridade, deve haver exames, isto é, provas de avaliação stricto sensu de que dependam as taxas de progressão dos alunos. Ora, importaria que cada um de nós dissesse claramente o que pensa a este propósito.

Quanto ao Governo, pensa que nem uma nem outra daquelas soluções é a indicada mas, sim, justamente, a que está expressa no despacho que referi e que modela o regime de avaliação na nossa escolaridade não superior. Entende o Governo que essa solução é a de dispormos, simultaneamente, de instrumentos de aferição nacional que dão conta da qualidade das aprendizagens, sem torná-las em provas de avaliação sumativa, isto é, em exames que não queremos e que julgamos serem incompatíveis com a predominância da avaliação contínua que deve guiar o nosso ensino básico.

De igual forma, é preciso não confundir dificuldades de aprendizagem e currículos alternativos. Por isso digo que os currículos alternativos são uma situação limite e residual, designadamente no 1º ciclo.

Através das provas de aferição não vão ser afastados os alunos que se entendam manifestarem dificuldades de aprendizagem no sistema. Nenhuma regra o diz e, evidentemente, não se pretende avaliar apenas as aprendizagens dos que, supostamente, sejam bons ou razoáveis alunos das nossas escolas. Todos os alunos são sujeitos a essas provas, nas áreas de língua portuguesa e de matemática.

O «aplicador» é um professor

A Srª Luísa Mesquita (PCP) — Não parece!

O Orador. — As regras que foram citadas valem apenas para a realização técnica das provas e, portanto, a pessoa que aplica as provas e que pode ou não ser o professor da classe, mas que, desejavelmente, quando as condições organizacionais o permitem, não é o professor da classe, é intitulado o «aplicador» para efeitos de aplicação da prova, como poderia intitular-se o «vigilante», já «examinador» não se pode dizer neste caso.

A Srª Luísa Mesquita (PCP) — Ou o polícia!

O Orador — Não, não é o polícia! Também é preciso falar claro a este propósito.

Ou as pessoas querem provas de aferição realizadas a sério, com preocupação de rigor e de transparência, com preocupação de igualdade de condições para toda a gente, ou não querem. Se não querem, precisam de dizer-ló!

O Sr Artur Penedos (PS) — Muito bem!

O Orador — Não se escondam por trás de regras supostamente inequívocas, porque elas são equívocas.

Aliás, as citações descontextualizadas feitas pela Srª Deputada Luísa Mesquita são a prova provada da minúcia, que pode parecer excessiva, mas, neste caso, mais vale pecar por excesso do que por defeito, de que as 400 000 crianças — no caso do 4º ano, as 100 000, não sei o número exacto de cor, em 10 000 escolas do 1.º ciclo do País —, todas elas, estão nas mesmas condições, todas elas estão sujeitas às mesmas provas e às mesmas regras.

Portanto, o professor é o pedagogo, é um elemento indispensável para as aprendizagens, como todos sabemos, e *O Manual do Aplicador* é um conjunto de regras claríssimas sobre a circunstância particular que aqui estamos a debater.

Reconheço, evidentemente, não só as regras específicas do discurso nos vários *fora* em que ele se realiza mas também as peculiaridades estilísticas de cada um, mas gostaria de dizer ao Professor Rosado Fernandes, pelo qual tenho admiração intelectual — que, aliás, suponho ser recíproca —, que contesto veementemente as insinuações que fez em relação à minha colega de Governo.

Como é evidente, não sou uma «vítima». Sou membro, com todo o orgulho, do Governo, de uma equipa coesa e respondo pelas decisões políticas do Governo e da minha equipa, sob a direcção do Dr Guilherme d'Oliveira Martins, meu Ministro, e com a colaboração dos meus colegas Secretários de Estado.

O Sr Rosado Fernandes (CDS-PP) — Também gosta de a ver aqui, de vez em quando!

O Orador: — Peço desculpa, mas não posso aceitar nem esse registo nem essas insinuações.

Também devo dizer que não posso discutir os termos precisos das provas, nem das que foram realizadas a título experimental, no ano passado — e elas realizam-se a título experimental para irmos aprendendo com elas —, nem dos exemplos que possam ser dados, por uma razão simples. nestas condições, sou político, membro de uma equipa política e é convicção do meu Governo, que eu defendo veementemente, que os políticos não devem «pôr a mão» nas provas de avaliação. Por isso é que há um Gabinete de Avaliação Educacional com autonomia plena para a realização das provas, através dos especialistas que contrata e consulta, e nenhum membro do Governo sabe absolutamente nada sobre as provas de avaliação. Tenho, evidentemente, confiança plena nesse organismo autónomo.

Não devemos confundir as coisas e nada seria pior do que fazermos análise em sede política e em termos políticos de instrumentos que têm qualidades ou defeitos em termos pedagógicos e técnicos. É, pois, nessa sede que devem ser discutidos os termos específicos das provas.

Aplausos do PS

O Sr. Presidente (João Amaral) — A Srª Deputada Ana Narciso pediu a palavra para que efeito?

A Srª Ana Narciso (PSD) — Para exercer o direito de defesa da honra.

O Sr Presidente (João Amaral) — Presumo que usará da palavra para esse efeito.

Tem a palavra, Srª Deputada.

A Srª Ana Narciso (PSD) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado, lamento profundamente que seja alguém ligado à educação que venha pôr em causa a minha qualidade em termos docentes. Lamento profundamente!

Já agora, aproveito para dizer que faço provas de aferição há muitos anos, inclusivamente com responsabilidade em termos regionais e nacionais, e permito-me fazer uma «trocada»: penso que as universidades também deveriam começar por fazer provas de aferição. Se calhar, seria muito bom que tal acontecesse, mas não é isso que acontece.

Por fim, se me permitem, remeto uma prova-modelo à Srª Deputada do Partido Socialista, Rosalina Martins, que, pelos vistos, não tem toda a documentação, elemento que lhe faço chegar com toda a amabilidade.

O Sr. Presidente (João Amaral) — Para dar explicações, querendo, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Administração Educativa.

O Sr. Secretário de Estado da Administração Educativa: — Sr Presidente, é a primeira vez que tenho o gosto de argumentar com a Srª Deputada Ana Narciso e gostaria de esclarecer que a minha afirmação é puramente política. Longe de mim pôr em causa as qualidades pessoais, técnicas ou profissionais da Srª Deputada!

Quando afirmei que, do meu ponto de vista, a Srª Deputada desconhecia as finalidades das provas de avaliação,

A Srª Ana Narciso (PSD) — Não desconheço!

O Orador — estava a fazer uma avaliação política tão legítima como aquela que a Srª Deputada realizou, com toda a legitimidade, acerca das decisões que eu tomo ou que o Governo em que participo toma

Em todo o caso, gostaria de deixar claro que estou certo, como é evidente, que as suas qualidades pessoais, técnicas e profissionais são de excelência, por uma razão simples a melhor prova que o são é o facto de ter sido eleita pelos nossos concidadãos para ocupar este nobre lugar e função

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr Rosado Fernandes (CDS-PP) — Essa é que é uma «aferiação» perigosa!

Risos

O Sr Presidente (João Amaral) — Srs Deputados, a pergunta, seguinte, sobre o balanço da aplicação do Decreto-Lei n.º 123/97, de 22 de Maio, será formulada pela Srª Deputada Isabel Castro, do Grupo Parlamentar de Os Verdes, e respondida pelo Sr Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Trabalho e da Solidariedade

Para formular a pergunta, tem a palavra a Srª Deputada Isabel Castro

A Srª Isabel Castro (Os Verdes) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Trabalho e da Solidariedade, formulamos esta questão por termos acolhido positivamente o Decreto-Lei n.º 123/97 como forma de corresponder não a uma necessidade assistencial mas ao dever do Estado de dar sentido a um direito constitucional o direito à não discriminação, o direito de não condicionar e permitir a plena autonomia a todos os cidadãos condicionados na sua mobilidade

Como o Sr Secretário de Estado bem sabe, quando este Decreto-Lei entrou em vigor, houve algumas reservas relativamente ao seu conteúdo e não em relação ao seu propósito, ou seja, suscitararam-se algumas dúvidas.

É evidente que, em relação aos edifícios já construídos — e estamos a falar de um universo grande —, a aplicação deste diploma teria de ser gradualista, só que não se definiu uma entidade que ficasse, de algum modo, responsável por coordenar as diferentes etapas deste processo, nem se definiu uma calendarização precisa

Ora, do ponto de vista de Os Verdes, neste momento, a questão que se coloca é de extrema apreensão, porque há uma enorme lentidão, passados três anos sobre aquela que deveria ter sido a adaptação de um conjunto muito extenso de edifícios públicos — tribunais, hospitais, teatros — e de transportes públicos, sem os quais, aliás, a autonomia e a não discriminação em termos de mobilidade não terá qualquer sentido E, reparem, também estamos a falar de edifícios novos que estão a ser construídos

Assim, partindo de realidades concretas, temos um universo muito grande de destinatários deste projecto, uma vez que a mobilidade condicionada não tem como sinónimo

«deficientes», mas, sim, um número muito grande de cidadãos portugueses, nomeadamente pessoas idosas, pessoas temporariamente limitadas na sua mobilidade em função de um acidente, por exemplo, ou qualquer mãe ou pai que queira passear os seus filhos na cidade, sem condições para o fazer E o que verificamos é a não adaptação em áreas de extrema sensibilidade

Dou-lhe o exemplo do edifício, em Tomar, funciona o instituto de solidariedade, edifício esse que não foi adaptado nos seus acessos e que é, aliás, um edifício paradigmático, também posso referir o caso da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, um edifício relativamente novo que se preocupou em eliminar barreiras na rampa de entrada, mas cujos acessos aos sanitários, ao bar ou à cantina apresentam barreiras Esta é, pois, a realidade de muitas escolas construídas sem barreiras, o que, do nosso ponto de vista, significa que não houve uma pedagogia e uma sensibilização para técnicos, projectistas e arquitectos.

Há, portanto, um «trabalho de casa» por fazer sobre o qual gostaríamos que nos desse notícias

O Sr Presidente (João Amaral) — Para responder, tem a palavra o Sr Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Trabalho e da Solidariedade

O Sr Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Trabalho e da Solidariedade (Rui Cunha) — Sr Presidente, Srª Deputada Isabel Castro, o Decreto-Lei n.º 123/97, publicado em 22 de Maio e em vigor desde 20 de Agosto do mesmo ano, aprova as normas técnicas destinadas a permitir a acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada, nomeadamente através da supressão das barreiras urbanísticas e arquitectónicas nos edifícios públicos, equipamentos colectivos e via pública

A fiscalização do seu cumprimento compete, nos termos do artigo 6º do mesmo diploma, às entidades licenciadoras previstas na legislação específica

A estratégia do Governo nesta matéria, desde a publicação das normas técnicas para a melhoria da acessibilidade dos cidadãos com mobilidade condicionada, foi a seguinte a propósito da realização da Expo 98 no nosso país, foram tomadas medidas para garantir a acessibilidade no recinto da Exposição, bem como para garantir os acessos, transportes das pessoas com deficiência, quer nacionais quer estrangeiras, que a visitaram, objectivo este que foi satisfatoriamente alcançado nos seus vários aspectos

Foi concebido e produzido um spot televisivo sobre acessibilidade, chamando a atenção do público em geral para os problemas da acessibilidade física inerente ao Decreto-Lei n.º 123/97 Este spot passou na RTP1 e na RTP2 durante 15 dias

Foram realizadas pelo Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência 18 reuniões distritais, uma em cada distrito, em sedes dos governos civis, com as respectivas autarquias, no sentido de sensibilizar e informar sobre a aplicação do Decreto-Lei n.º 123/97 e motivar as respectivas entidades da administração local, de forma a introduzi-las nos seus planos as intervenções necessárias à eliminação de barreiras e alertar para o licenciamento de obras novas ou de adaptações, em conformidade com o disposto no diploma legal

Fizeram-se, ainda, duas acções plenárias de informação uma, para as autarquias do Norte, em Gaia, e outra, para as autarquias do Sul, em Lisboa

Foram concebidos e produzidos vários desdobráveis respeitantes às normas técnicas e editada uma brochura do Decreto-Lei em causa. Estes documentos, para além de uma divulgação geral já efectuada oportunamente, foram distribuídos, através das organizações profissionais de arquitectos, de engenheiros e de outros técnicos urbanistas, a todos os associados.

No segundo semestre do ano findo, mais precisamente com início em Agosto, iniciou-se o processo de consulta às entidades licenciadoras, processo que ainda decorre e do qual foram obtidas, até ao momento, respostas de 1/3 das entidades consultadas.

A partir dos inquéritos já respondidos, foram identificadas e seleccionadas práticas consideradas como aceitáveis em matéria de eliminação de barreiras arquitectónicas, ainda que algumas das soluções encontradas careçam de aperfeiçoamento que, a seu tempo, irá ser sugerido. As quais, após compilação adequada, foram traduzidas sob a forma de um guia de bons exemplos que, no próximo mês, será lançado a público.

Foi concebida e construída a base de dados nacional de acessibilidade e inseridos os dados respondidos por todas as entidades a quem foram enviados os inquéritos. A partir dos *out-puts* da base de dados é possível o acesso a diferentes guias de acessibilidade. Esta base estará em breve disponível na Internet, através do site do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIDP), e permitirá fazer o acompanhamento da implementação nacional das normas técnicas sobre acessibilidade.

As autarquias, até pela sua natureza de emanação democrática do poder dos cidadãos, detêm especiais responsabilidades na concretização das condições

O Sr Presidente (João Amaral) — Sr Secretário de Estado, peço-lhe que tome atenção ao quadro dos tempos

O Orador — Sr Presidente, para encurtar, apenas vou referir que, nesta semana de comemoração do Dia Nacional da Segurança Social, foi celebrado um protocolo entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade e todas as câmaras municipais do distrito de Portalegre, distrito esse onde se realizaram as comemorações, no sentido, exactamente, de uma cooperação técnica para se fazer um levantamento exaustivo e planificado da situação das barreiras e das medidas tendentes à eliminação dessas mesmas barreiras.

Vamos, ainda, sugerir à Associação Nacional dos Municípios Portugueses que este protocolo assinado com as câmaras municipais do distrito de Portalegre possa ser repercutido em todas as outras autarquias do País, estando o Ministério disponível para assumir a sua parte que corresponde aos encargos decorrentes desse mesmo protocolo.

O Sr Presidente (João Amaral) — Estão inscritos, para pedir esclarecimentos adicionais, a Sr^a Deputada Isabel Castro e os Srs Deputados Bernardino Soares e Telmo Correia.

Tem a palavra a Sr^a Deputada Isabel Castro

A Sr^a Isabel Castro (Os Verdes) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado, estamos em face de um problema que exige uma intervenção diversa. O Ministério do Trabalho e da Solidariedade tem feito a sua parte e julgo que este será o momento de o Ministério do Equipamento Social o fazer, porque só conseguimos atingir os objectivos se os tivermos estabelecidos e se os tivermos orçamentados. E, no que toca à administração local, por exemplo, é juíza em causa própria. Não nos parece que seja um bom caminho. Não vejo as câmaras municipais faltosas a aplicarem a si próprias coimas.

Em algumas zonas da cidade de Lisboa, por exemplo, estão a projectar sem respeitar os regulamentos que estão definidos. Também não vejo como se resolve, por exemplo, o problema do Centro de Saúde de Alvalade, o qual funciona numa unidade do Hospital Júlio de Matos cheia de barreiras arquitectónicas. Isto significa que o que se fez está longe de resolver o problema e que é preciso trabalhar mais.

Parece-me, além do mais, Sr Secretário de Estado, que esta questão tem que ser encarada a sério e o Estado tem que ter uma função pedagógica em relação às transformações necessárias. Não me parece que seja comprehensível aquilo que se vive em muitos edifícios do Estado. Vou até dar-lhe um exemplo: a própria Assembleia não garante condições de acessibilidade a todos os cidadãos que querem assistir às sessões plenárias. Parece-nos, pois, que é preciso ir mais além.

Assim, pergunto esgotados que estão cerca de três anos, porque, para além da aprovação da lei, a sua publicação também demorou, de que forma estamos a colmatar uma situação gravíssima que tem custos sociais, custos morais e custos económicos? Se quisermos fazer a avaliação dos custos económicos — e essa óptica não é a nossa —, verificamos que são grandes, uma vez que uma pessoa que não tem autonomia, seguramente, não pode circular nem participar plenamente na sociedade.

Pergunto, ainda, como é que se comprehende que existe uma Ministra para a Igualdade e que trabalhe num edifício cheio de barreiras? Parece-me que é perfeitamente escandaloso!

O Sr Presidente (João Amaral) — Sr^a Deputada, julguei que ia dizer outra coisa a propósito da Ministra da Igualdade.

Tem a palavra o Sr Deputado Bernardino Soares

O Sr Bernardino Soares (PCP) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado, enumerou uma série de iniciativas e de actividades do seu Ministério que têm que ver com esta questão da acessibilidade.

Ficámos a saber que, no espaço da Expo 98, a acessibilidade está acautelada, que houve um spot na televisão, que se fizeram reuniões com câmaras municipais. Todavia, talvez fosse mais importante se o Sr Secretário de Estado nos dissesse quanto está consignado no Orçamento do Estado para a eliminação de barreiras arquitectónicas dos edifícios.

Aquando da discussão do Orçamento do Estado fizemos várias vezes esta pergunta e a resposta foi sempre difusa. Falavam no spot televisivo, nas reuniões que estavam a fazer, nas responsabilidades das autarquias — que evidentemente também as têm. No entanto, o papel da administração central tem que ser, por um lado, directo, porque nos edifícios que dependem da administração cen-

tral essas alterações também não estão a ser feitas ao ritmo que seria desejável, e, por outro, de fiscalização do cumprimento da lei e de apoio ao seu cumprimento pelas outras entidades que também são visadas no âmbito deste Decreto-Lei.

Sr Secretário de Estado, decorridos três anos sobre a entrada em vigor deste diploma, em que estado estamos? Já se eliminaram 20%, 10% ou 5% das barreiras arquitectónicas nos edifícios visados por este Decreto-Lei? Sr Secretário de Estado, diga-nos em que estado estamos. Porque não é possível continuarmos a querer fazer a avaliação deste diploma, a querer saber, por exemplo, se são precisos mais meios para este fim, sem que haja qualquer tipo de informação mais fidedigna do Governo sobre esta matéria que é tão importante para as pessoas que têm dificuldades de acessibilidade?

O Sr Presidente (João Amaral) — Tem a palavra o Sr Deputado Telmo Correia

O Sr Telmo Correia (CDS-PP) — Sr Presidente, fiquei curioso em saber o que a Sr^a Deputada Isabel Castro iria perguntar sobre a Ministra da Igualdade

Risos

Mas vamos ao que interessa

Sublinhando a importância desta matéria, penso que o Estado tem que ter, por um lado, uma acção pedagógica, de esclarecimento — e dessa o Sr Secretário de Estado falou —, e, por outro, uma acção fiscalizadora muito importante, uma acção de controlo.

Eu inscrevi-me para abordar esta matéria porque, há pouco tempo, tive ocasião de, juntamente com outro Deputado da minha bancada, receber algumas associações representativas de cidadãos portadores de deficiência e uma das questões que eles levantaram — e eu não fui verificar, portanto estou a dar conta de uma informação que me foi transmitida nessa reunião — foi a de que algumas grandes obras novas, públicas, não respeitam os requisitos fundamentais e necessários e estão muito longe do que se faz de mais moderno. E um dos exemplos apresentados foi o das novas estações do metropolitano de Lisboa. Ora, isto parece-me gravíssimo. Por seu turno, algumas estações do metropolitano de Londres que foram remodeladas, onde a utilização é muito maior, não só os cidadãos com deficiências — e a Sr^a Deputada Isabel Castro já falou sobre isso — mas também os idosos que transportam compras e os pais que levam os seus filhos ao colo têm zonas com acessos mais facilitados devido às rampas. Aliás, essas zonas são a maior parte das vezes utilizadas pela generalidade dos cidadãos.

O Sr Secretário de Estado terá de saber, caso não nos possa responder hoje, se, em relação às novas grandes obras públicas, estão ou não asseguradas essas condições, indispensáveis para a generalidade dos cidadãos. Construir-se uma estação de metropolitano e não se respeitar o que é exigido por lei e de mais moderno que houver sobre esta matéria parece-me completamente inaceitável, Sr Secretário de Estado.

O Sr Presidente (João Amaral) — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Trabalho e da Solidariedade

O Sr Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Trabalho e da Solidariedade — Sr. Presidente, Srs Deputados, a situação em Portugal no que concerne à existência de barreiras arquitectónicas era uma situação totalmente calamitosa. Andámos durante mais de 20 anos a «brincar ao gato e ao rato», a fazer tímidas tentativas de legislação que, apesar de tímidas, rapidamente ou eram anuladas ou nunca foram aplicadas.

Quando o anterior governo do PS tomou posse, houve uma determinação política clara de levar avante legislação sobre esta matéria, legislação essa, que, como se sabe, veio a ser publicada sob a forma do Decreto-Lei n° 123/97, foi amplamente participada pelo Movimento Associativo da Deficiência e os principais autores, digamos assim, deste Decreto-Lei foram as organizações representativas dos cidadãos portadores de deficiência.

Porém, todos tínhamos, e temos, consciência de que a aplicação da lei é uma matéria extremamente complexa. Ninguém quer iludir ninguém, pelo contrário. Penso que iniciativas como esta da Sr^a Deputada Isabel Castro só vêm ajudar, pois é necessário uma permanente sensibilização, para além das entidades responsáveis, da opinião pública, no seu conjunto, para esta matéria.

Evidentemente que não será uma lheaneza intelectual demasiado correcta dizermos que nada foi feito, da mesma forma não haverá a mesma lheaneza se dissermos que está tudo feito, porque não está. Muitas coisas foram feitas. Ainda agora, vieram à colação, tanto pela Sr^a Deputada Isabel Castro como pelo Sr Deputado Telmo Correia, questões da cidade de Lisboa Verão no Guia dos Bons Exemplos, que vai ser apresentado no próximo mês, que, na cidade de Lisboa, se fizeram imensas coisas. Todavia, estão ainda imensas coisas por fazer, como é evidente.

Agora, entendamo-nos sobre dois aspectos: primeiro, as entidades licenciadoras são as responsáveis pela fiscalização, pela aplicação de coimas, pelo acompanhamento, sejam elas empresas públicas ou privadas, empresas públicas tuteladas por ministérios ou autarquias locais. Porque, entendamo-nos, a responsabilidade do Estado não se esgota no poder central, o Estado é o conjunto do poder central e do poder local. Portanto, todo este conjunto é Estado e todas as entidades licenciadoras, estejam no poder central, estejam no poder local, têm as suas responsabilidades.

É evidente que se a Sr^a Deputada me perguntar se, começando pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade, todos os departamentos já estão adaptados, dir-lhe-ei que, como é evidente, não estão. Aliás, não é por acaso que a lei prevê uma dilação de sete anos para se procederem às necessárias adaptações. O decreto-lei em questão está em vigor desde Agosto de 1997, o que significa que tem pouco mais de dois anos e meio de vigência.

Se bem se recordam, na primeira versão que foi publicada para discussão pública, previam-se cinco anos de prazo e após os vários *apports* que foram recebidos nessa discussão o prazo foi alargado de cinco para sete anos, mas, mesmo assim, todos temos consciência que este prazo não é suficientemente grande face à situação calamitosa em que o País se apresentava nesta matéria de barreiras e face também — não tenhamos medo de o dizer — à falta de sensibilização que grassava em muitos sectores da sociedade portuguesa, seja da chamada sociedade civil, seja dos poderes constituídos em torno desta matéria.

Por isso, no que diz respeito ao Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, que está sob a tutela do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, a sua principal preocupação tem sido com as acções de informação, de sensibilização, de dinamização, pelo que, depois, cada Ministério tem de assumir as suas responsabilidades.

Há pouco referi que se iniciou em Agosto passado uma consulta às entidades. Todavia, não foi só às autarquias, mas também aos vários ministérios, como é evidente. Como já disse, há entidades licenciadoras tuteladas pelo poder central como há entidades licenciadoras que integram o poder local e todos temos de continuar a fazer um grande esforço de sensibilização.

Evidentemente, e como já disse, só um terço das entidades responderam até agora, pelo que ainda não posso ter uma percentagem a nível nacional. No entanto, dentro de muito pouco tempo, estará à disposição um site na Internet para que todos os cidadãos, não só os Srs. Deputados, possam ter acesso, a cada momento, ao avanço que vai sendo feito nestas matérias e para que todos tenhamos uma atitude vigilante e cooperante, no sentido de que as normas técnicas e as especificações contidas no diploma sejam aplicadas nas novas edificações e para que o prazo de sete anos não venha a ser dilatado.

Espero que consigamos neste período vir a ter pelo menos tudo o que é significativo no que respeita à acessibilidade dos cidadãos, não só nos hospitais, tribunais e escolas como também nos locais de lazer e onde qualquer cidadão tem direito de aceder. O espaço é de todos, e como a Sr.ª Deputada Isabel Castro disse, estas medidas estão longe de abrangerem apenas os cidadãos portadores de deficiência, embora já seja extremamente importante abranger esses cidadãos, mas, se elas forem bem entendidas, acabam por abranger toda a comunidade. Não há família que não tenha uma criança de colo, e é muito mais fácil transportá-la em carrinho, não há uma família que não tenha uma pessoa com a sua mobilidade condicionada transitoriamente, não há uma família que não tenha idosos com dificuldades de locomoção. Portanto, medidas deste tipo abrangem toda a sociedade, no seu conjunto, e não apenas uma pequena parte dos seus cidadãos. Mas mesmo que abrangessem uma pequena parte já seria extremamente importante, pois uma sociedade não pode estar organizada apenas para parte dos cidadãos, por muito maioritária que eventualmente possa ser, mas tem de estar organizada para todos.

O Sr Presidente (João Amaral) — Sr. Deputados, encerramos esta pergunta e vamos passar agora à última pergunta, formulada pelo Sr. Deputado Telmo Correia, sobre a verdadeira posição do Ministério do Trabalho e da Solidariedade perante o Decreto-Lei n.º 9/99, de 8 de Janeiro.

O Sr Telmo Correia (CDS-PP) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado, gostaria de saber qual é a verdadeira posição em relação a esse decreto-lei, por uma razão simples entendímos que a posição era uma, ou seja, era a que vem enunciada no próprio decreto-lei, da existência de uma noção de flexibilidade em relação às reformas e à possibilidade da reforma — flexibilidade nos dois sentidos, isto é, em relação à possibilidade de antecipação da reforma e em relação à possibilidade de diliação do período da reforma — e que o Decreto-Lei n.º 9/99

assumia aquilo a que chamávamos, o que nos parece bem, uma certa humildade da lei perante a vontade individual, permitindo que quem queira sair mais cedo do mercado de trabalho tenha essa possibilidade e que quem queira trabalhar até mais tarde, continuando para além dos 65 anos, também o possa fazer, não sendo, em qualquer dos casos, seriamente penalizado por isso.

Em relação à lei em si, pensávamos até que era pouco, designadamente em termos de antecipação, que é a matéria que mais nos preocupa agora. Pensávamos que era pouco porque — o Sr. Primeiro-Ministro diria que «é fazer as contas», sem querer fazê-las detalhadamente — se considerarmos que a reforma antecipada não é respeitante à totalidade (estamos a falar sensivelmente de dois terços), se considerarmos a taxa de penalização de 4,5% e a possibilidade de antecipação de 10 anos, o que fica, para uma pessoa que se reforme aos 55 anos, ou seja, aproveitando o prazo máximo de antecipação, é um valor realmente diminuto. Como tal, considerávamos que era pouco.

Mas, apesar de tudo, considerávamos que era uma boa ideia e que o Governo ia nesse sentido da flexibilização. Ora, se não estou em erro, a 13 de Abril — não foi de Maio, pelo que não se tratou de uma aparição! —, o Sr. Ministro Ferro Rodrigues veio dizer que agora o grande objectivo é o de combater as reformas antecipadas e a possibilidade de antecipação das reformas. Isto veio publicado em todo o lado e vários jornais fizeram referência a essa declaração, nomeadamente o *Público*, na primeira página.

Desta forma, ficámos sem perceber se o decreto-lei tem avaliação ou não, se a experiência deste decreto-lei, que é recente (é de 1999), é positiva ou negativa, se o Governo entende dever haver flexibilidade e que as reformas devem poder ser antecipadas ou dilatadas, ou se, pelo contrário, agora, o grande objectivo político é o de combater as reformas antecipadas e manter as pessoas no mercado de emprego até o mais tarde possível.

Ficámos preocupados com estas notícias e daí considerarmos importante este esclarecimento, não querendo, obviamente, antecipar aqui um debate que terá de ser travado sobre esta mesma flexibilidade no quadro da reforma da segurança social, como é evidente.

O Sr Presidente (João Amaral) — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado.

O Sr Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Trabalho e da Solidariedade. — Sr. Presidente, Sr. Deputado Telmo Correia, confirmando a data histórica — foi, de facto, no passado dia 13 de Abril —, aquando da realização da conferência «A protecção social como factor produtivo», em Santa Maria da Feira, o Ministro do Trabalho e da Solidariedade proferiu uma intervenção, na sessão de boas-vindas, em que enunciou os princípios orientadores da presidência portuguesa da União Europeia no domínio social e do emprego, debrucando-se sobre as conclusões da Cimeira Extraordinária de Lisboa.

Neste contexto, evidenciou os diversos objectivos estabelecidos, nomeadamente o respeitante à sustentabilidade financeira dos regimes de pensões, dando especial relevo às dimensões favorecedoras do emprego, da defesa da coesão social e da redistribuição dos rendimentos, no momento em que se afigura como verdadeiramente incontornável a questão que se prende com o envelhecimento da população e que aconselha à tomada de medi-

das de índole puramente financeira, como seja a modificação dos sistemas, métodos e formas de financiamento da segurança social, que serão aqui muito brevemente debatidos

Todavia, chamou a atenção para o facto de que todas as medidas a tomar no âmbito da reforma dos sistemas de segurança social dos 15 só fizerem sentido no contexto de uma política mais abrangente e coerente, que vise, de facto, contribuir para a viabilidade e a sustentabilidade financeira dos sistemas

O Ministro afirmou que nesta nova forma de encarar a reforma da proteção social reside a verdadeira essência da ideia de modernização. Assim, o desafio que se coloca a todos os responsáveis políticos é o de, através da interpretação autêntica das realidades demográfica, económica e cultural, que são marcantes na sociedade europeia de hoje, encontrar as respostas adaptadas aos condicionalismos que lhes estão associados

No que diz respeito à matéria objecto de dúvida por parte do CDS-PP, o Ministro considerou que se torna igualmente relevante avaliar os novos riscos sociais, em que se destaca a flexibilização laboral, que atinge, designadamente, as camadas mais jovens da população, mas também a população activa mais idosa

Há, por isso, que inverter a prática de utilizar a reforma antecipada e outros regimes que fomentem a retirada precoce do mercado de trabalho. Em conformidade, somos todos chamados a eliminar os incentivos a esse abandono precoce, não apenas pelos custos presentes e futuros que tal acarreta para o sistema mas ainda porque os esquemas de reforma antecipada obstam ao desenvolvimento de uma sociedade inclusiva e ao envelhecimento activo.

A questão colocada pelo CDS-PP pretende explorar uma eventual incoerência entre os discursos do Ministro do Trabalho e da Solidariedade e a prática legislativa do Ministério, ou, pelo menos, mediatizar uma alteração da orientação política, entre a que esteve subjacente ao Decreto-Lei n.º 9/99 e a actual

Torna-se, por isso, necessário tornar claro que o Decreto-Lei n.º 9/99 estabelece um regime de flexibilização da idade de acesso à pensão de velhice que permite quer a sua antecipação quer a sua diliação, estabelecendo para cada uma dessas situações taxas de penalização e de bonificação, respectivamente

Trata-se de um princípio de que não abdicaremos e que em nada colide com o que o Ministro disse em Santa Maria da Feira, por quanto do que se trata é de estar atento e não deixar que este mecanismo de flexibilização seja utilizado de forma perversa pelas empresas, empurrando os seus trabalhadores, nomeadamente os que não o desejem, para fora do mercado de trabalho, com o único e exclusivo propósito de favorecer os seus interesses estratégicos e económicos

O Sr Presidente (João Amaral) — Para pedir esclarecimentos adicionais, inscreveram-se os Srs Deputados Telmo Correia, Vicente Merendas e Barbosa de Oliveira

Tem a palavra o Sr Deputado Telmo Correia

O Sr Telmo Correia (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado, devo dizer que, tanto quanto era possível, fiquei esclarecido!

O Sr Barbosa de Oliveira (PS) — Melhor!

O Orador — É que agora tornou-se claro e já não há dúvida absolutamente alguma de que o Governo tem um discurso teórico sobre a necessidade de flexibilização, sobre o acesso, designadamente dos jovens, ao mercado de emprego, sobre o respeito pela opção individual de cada um em relação ao mercado de emprego e à data em que pretende concretizar a sua reforma. O Governo deveria entender isto, e portanto, a dúvida só será plenamente esclarecida quando soubermos qual é o caminho do Governo nesta matéria. E, Sr Secretário de Estado, devo dizer-lhe que não queremos, de forma alguma, mediatisar essa contradição, porque, se a quiséssemos mediatisar, não estaria aqui a fazer-lhe uma pergunta hoje e a esta hora mas teria certamente feito uma conferência de imprensa ontem ou anteontem a outra hora! Portanto, que não é isso que está em causa

Já temos dito várias vezes que uma segurança social moderna é uma segurança social mais flexível, com mais opções e com mais respeito pela liberdade individual de escolha de cada trabalhador. Como tal, apesar de todas essas afirmações do Governo, estas declarações do Ministro Ferro Rodrigues vêm efectivamente ao arrepio da prática legislativa, não havendo avaliação suficiente deste decreto-lei, que é de 1999 (o mínimo seria fazer a sua avaliação primeiro), e em contradição com tudo o que esperamos que venha a ser a reforma da segurança social. Mas, Sr Secretário de Estado, cá estaremos para ver!

O Sr Presidente (João Amaral) — Tem a palavra o Sr Deputado Vicente Merendas

O Sr Vicente Merendas (PCP) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado, começo por dizer que o Decreto-Lei n.º 9/99 foi, na altura, apresentado pelo Governo com grande pompa. Começou por ser uma «cenoura» e transformou-se num grande «nabo»!

Existe uma contradição muito grande entre a regulamentação e o que se passa nas empresas e as próprias afirmações já aqui avançadas pelo Deputado Telmo Correia. Além do Sr Ministro, o próprio Secretário de Estado da Segurança Social, Vieira da Silva, dizia, em determinada altura, «não» à reforma antecipada e que o Governo admite penalizar as empresas que aposentem os seus trabalhadores antes da idade legal

Sr Secretário de Estado, repare, por exemplo, no caso da Portugal Telecom. Esta empresa fez sair um folheto em que se diz: «Uma oportunidade única. É tempo para tomar decisões. 48 anos de idade, ou mais, e pelo menos 28 anos de serviço ou 50 anos de idade, ou mais, e pelo menos 25 anos de serviço? Aumento do vencimento base à data da saída. A sua saída no tempo certo. Benefícios das medidas exactas.» Isto mais parece um folheto de um stand de automóveis ou do Continente, para vender os seus produtos!

Vou dirigir duas perguntas muito concretas ao Sr Secretário de Estado. V. Ex.ª considera que os trabalhadores com profissões de rápido desgaste físico e mental possam beneficiar de esquemas de antecipação da idade legal de reforma, situação que já hoje se verifica em relação a algumas profissões?

A segunda pergunta é a seguinte para quando a satisfação da justa pretensão dos trabalhadores que tenham completado a carreira contributiva de terem direito à reforma sem qualquer tipo de penalização independentemente da sua idade?

O Sr Presidente (João Amaral) — Tem agora a palavra o Sr Deputado Barbosa de Oliveira

O Sr Barbosa de Oliveira (PS) — Sr Presidente, vou ser breve, dada o adiantado da hora, caso contrário, o Papa chega a Fátima e nós ainda aqui sem almoçar! De qualquer maneira, não vou aplicar aqui nenhum ditado popular

Sr Secretário de Estado, em relação a esta questão, devo dizer que penso que há aqui uma exploração de contradições que não existem. Basta ler o articulado do Decreto-Lei n.º 9/99 para se verificar que, ao abrigo deste diploma, a reforma antecipada apetece pouco.

O Sr Telmo Correia (CDS-PP). — Isso é verdade!

O Orador — Srs Deputados, se repararem na penalização anual sofrida por cada ano a menos, verificam que a reforma antecipada apetece pouco. Apesar dos anúncios tipo detergente ou sabonete, a verdade é que ela apetece pouco. E, ao encontro do que disse o Sr Ministro, que não comento, eu diria que apetece mais continuar, na justa medida em que a bonificação é razoável e apetecível.

Por outro lado, há que lembrar aqui que este decreto-lei surgiu na sequência do acordo de concertação social, com o objectivo de dar alguma cobertura a uma situação que se verificava nas empresas e que é necessário combater. Devo dizer que fiquei satisfeito com o que o Sr Secretário de Estado disse, ou seja, que há um combate sem tréguas ao uso e abuso, por parte das empresas, da figura da reforma antecipada, ou, se quisermos, da pré-reforma, o que é ainda mais complicado. De facto, esse combate não deve ter tréguas, deve ser continuado.

Como tal, Sr Secretário de Estado, não defendendo a penalização das empresas pelo facto de procederem a reformas antecipadas — porque isso também não é viável, na medida em que, em última análise, o castigo seria para os trabalhadores —, pergunto, no entanto, se estão pensadas, por parte do Governo, algumas medidas a esse nível. Ou seja, a nível de tornar ainda mais difícil o uso e abuso da figura da reforma antecipada, sem prejuízo de continuar na lei a possibilidade de o trabalhador, voluntariamente e de forma individual, poder sair ou mudar de actividade.

O Sr Presidente (João Amaral) — Para responder, tem a palavra o Sr Secretário de Estado.

O Sr Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Trabalho e da Solidariedade — Sr Presidente, o Sr Deputado Vicente Merendas falou-nos aqui na cenoura e no nabo mas, a esta hora, já merecemos algo mais substancial!

O Sr Barbosa de Oliveira (PS) — Um bom bife!

O Orador — Srs Deputados Telmo Correia, Vicente Merendas e Barbosa de Oliveira, o Decreto-Lei n.º 9/99 vai ao encontro de um grande respeito pela liberdade individual de cada cidadão querer, a partir de determinada idade, definir o seu futuro. Hoje em dia, reconhece-se que todas as idades são tempo de criar um novo projecto de vida, se assim for entendido, por cada cidadão.

Desta forma, se no projecto de vida de um cidadão que chega a uma determinada idade está incluída a saída mais

cedo do mercado de trabalho, ele sairá, embora, como foi aqui realçado pelo Sr Deputado Barbosa de Oliveira, sofrendo de penalizações, pois há uma taxa que o penaliza se ele quiser sair. Mas ele faz o seu projecto de vida a partir dessa altura, entende que quer sair, nós, no respeito pela liberdade individual desse cidadão, legislámos para que ele o possa fazer e a lei não o tolha, muito embora — como também já foi dito e já o tinha referido —, se há taxa de penalização no caso da antecipação, há taxa de bonificação no caso da dilação, porque é preciso que o envelhecimento seja activo e que também aí o cidadão não seja alvo de medidas atentatórias à sua liberdade. É que se quer continuar a trabalhar e está em condições de o poder fazer, deve continuar e, nesse caso, deve poder juntar um pequeno complemento à sua reforma de velhice.

Evidentemente, há algumas situações que têm de ser destacadas. Primeiro, os trabalhadores que têm profissões de rápido desgaste estão contemplados na lei. Não é uma questão de flexibilização, a lei determina que na idade X ou ao fim de X anos esse trabalhador possa ser reformado. Por isso, repito, não é uma questão de flexibilização mas de reconhecimento de que aquela profissão tem um desgaste rápido, seja do ponto de vista físico seja do ponto de vista intelectual, e, portanto, não se trata de uma flexibilização mas de uma lei especial dirigida a pessoas que têm profissões de desgaste rápido.

Também há outra situação, a das empresas não podem nem deverem fazer uma utilização perversa daquilo que o Decreto-Lei n.º 9/99, de 8 de Janeiro, permite através desta flexibilização.

O Sr. Deputado Vicente Merendas leu um folheto com o qual uma empresa procura aliciar trabalhadores a partir de uma determinada idade a reformarem-se, dizendo-lhes que vão usufruir de uma série de benefícios. Não é pelo facto de existir o Decreto-Lei n.º 9/99, de 8 de Janeiro, que esse folheto é feito. Trata-se antes de uma tentativa de aliciamento que não tem a ver nem com o espírito nem com a letra do referido decreto-lei, porque a empresa não tem mecanismos legais que obriguem os trabalhadores a aceitarem essa situação. A empresa está a tentar convencer os trabalhadores, no uso da sua liberdade individual, a adoptarem aquela solução que a mesma lhes propõe, mas não pela aplicação do mecanismo legal, porque, se assim fosse, a empresa possivelmente escrever-lhes-ia uma carta a dizer «nos termos do n.º tal do decreto-lei tal os senhores saem e, como está previsto na lei, têm direito a X, Y ou Z». Não é disto que se trata mas, sim, de situações marginais, que não se enquadram no âmbito do Decreto-Lei n.º 9/99, de 8 de Janeiro.

Portanto, é preciso intensificarmos uma grande vigilância no sentido de não permitirmos a utilização perversa da flexibilização prevista neste diploma.

Devo dizer ao Sr Deputado Telmo Correia que não há apenas um discurso teórico do Governo, há um discurso teórico-prático, que irá ter ocasião de ser amplamente debatido aquando da discussão da lei de bases da segurança social, que muito proximamente se realizará neste Plenário.

O Sr Barbosa de Oliveira (PS) — Muito bem!

O Sr. Presidente (João Amaral) — Sr Secretário de Estado, não há mais perguntas, pelo que está encerrada a ordem do dia.

A próxima reunião plenária terá lugar na próxima terça-feira, às 15 horas, constando de uma sessão solene

morativa dos 500 anos do achamento do Brasil e de boas-vindas ao Presidente do Congresso Nacional da República Federativa do Brasil, Senador Antônio Carlos Magalhães

Teremos também reunião plenária na quarta-feira, às 15 horas, tendo como ordem do dia um debate requerido pelo Governo sobre a situação política no País e a estratégia do Governo para Portugal

Srs Deputados, não havendo mais matérias para tratar, dou por encerrada a sessão

Eram 14 horas e 10 minutos.

Faltaram à sessão os seguintes Srs Deputados

Partido Socialista (PS)

Agostinho Moreira Gonçalves
 Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
 António Bento da Silva Galamba
 António de Almeida Santos
 António Jorge Freire de Brito Calvete
 António José Gavino Paixão
 Bruno Renato Sutil Moreira de Almeida
 Carlos Alberto
 Carlos José Gonçalves Vieira de Matos
 Casimiro Francisco Ramos
 Cláudio Ramos Monteiro
 Eduarda Maria Castro de Sousa
 Filipe Mesquita Vital
 Jamila Bárbara Madeira e Madeira
 Joaquim Sebastião Sarmiento da Fonseca Almeida
 José Carlos das Dores Zorrinho
 José da Conceição Saraiva
 José Rodrigues Pereira dos Penedos
 Jovita de Fátima Romano Ladeira
 Luís Pedro de Carvalho Martins
 Luiz Manuel Fagundes Duarte
 Mafalda Cristina Mata de Oliveira Troncho
 Manuel Alegre de Melo Duarte

Maria Amélia do Carmo Mota Santos
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
 Maria Luísa Silva Vasconcelos
 Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
 Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
 Vitor Manuel Caio Roque

Partido Social Democrata (PSD)

António Paulo Martins Pereira Coelho
 Artur Ryder Torres Pereira
 Eugénio Fernando Sá Cerqueira Marinho
 Henrique José Montero Chaves
 Hugo José Teixeira Velosa
 Joaquim Martins Ferreira do Amaral
 José Eduardo Rêgo Mendes Martins
 José Frederico de Lemos Salter Cid
 José Luis Fazenda Arnaut Duarte
 José Manuel Durão Barroso
 Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo
 Mário Patinha Antão
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas
 Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte
 Rui Fernando da Silva Rio

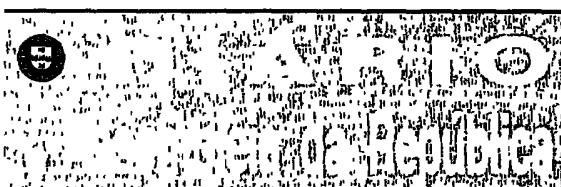
Partido Comunista Português (PCP)

Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)

Sílvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, 10\$00 (IVA incluído)

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República

PREÇO DESTE NÚMERO 380\$00 (IVA INCLUÍDO 5%)

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «*Diário da República*» e do «*Diário da Assembleia da República*», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1099-002 Lisboa